



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXX Nº 94, SÁBADO, 14 DE JUNHO DE 2025

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)

2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)

1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)

4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 62ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 13 DE JUNHO DE 2025

1.1 – ABERTURA	9
----------------------	---

1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

1.2.1 – Oradores

Senador Eduardo Girão – Crítica à tendência do STF em considerar inconstitucional o art. 19 do Marco Civil da Internet, por, segundo S. Exa., comprometer a liberdade de expressão. Censura ao uso de emendas parlamentares para cooptação política. Repúdio ao encerramento da CPI das <i>Bets</i> sem responsabilização dos investigados e à possível ampliação do orçamento secreto e do número de Deputados Federais.	9
--	---

Senador Confúcio Moura – Preocupação com os baixos índices de poupança e alto endividamento dos brasileiros. Apoio a políticas públicas de educação financeira, incentivo a programas de finanças populares e criação de políticas que valorizem a poupança familiar como instrumento de estabilidade e dignidade no futuro.	14
---	----

1.2.2 – Convocação de Sessões

Convocação de sessão especial para as 14 horas, destinada a comemorar o Dia Nacional da Ciência e do Pesquisador Científico.	18
---	----

Convocação de sessão de debates temáticos para 16 de junho, às 10 horas, destinada a debater o papel da ciência, tecnologia e inovação na prevenção e mitigação de futuros desastres e enchentes no Rio Grande do Sul e, na oportunidade, homenagear as vítimas dessa tragédia.	18
--	----

Convocação de sessão não deliberativa para 16 de junho, às 14 horas.	18
---	----

1.3 – ENCERRAMENTO	19
--------------------------	----

2 – ATA DA 63ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 13 DE JUNHO DE 2025

2.1 – ABERTURA	21
----------------------	----

2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar o Dia Nacional da Ciência e do Pesquisador Científico, nos termos do Requerimento nº 53/2025, do Senador Astronauta Marcos Pontes e outros Senadores.	21
--	----



2.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	21
2.2.2 – Discurso do Presidente (Senador Astronauta Marcos Pontes)	21
2.2.3 – Exibição de vídeo institucional	24
2.2.4 – Oradores	
Senador Izalci Lucas	24
Sra. Mercedes Maria da Cunha Bustamante, Vice-Presidente Regional da Academia Brasileira de Ciências (ABC)	26
Sr. Osvaldo Moraes, Secretário Substituto de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	28
Sr. Paulo Nicholas de Freitas Nunes, Vice-Presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal	29
Sr. Marcos Fricks Cavalcante, Diretor do Centro Tecnológico da Marinha no Rio de Janeiro	30
Sra. Maysa Furlan, Reitora da Universidade Estadual Paulista (Unesp)	33
Sr. Marcelo Marcos Morales, representante da Academia Nacional de Medicina (ANM)	35
Sr. Clenio Nailto Pillon, Diretor-Executivo de Pesquisa e Desenvolvimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	38
Sr. Marcelo Ramada, pesquisador da área polar, representando o campo da pesquisa científica em regiões antárticas	40
Sr. Rogério Luiz Veríssimo Cruz, Diretor de Governança do Setor Espacial da Agência Espacial Brasileira (AEB)	43
Sr. Eduardo Colombari, Presidente da Federação de Sociedades de Biologia Experimental (Fesbe)	44
2.2.5 – Homenagem à arqueóloga e antropóloga, Sra. Niède Guidon, falecida em 4 de junho	47
2.3 – ENCERRAMENTO	48

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Abertura de Prazos

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei nº 5569/2023 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 16/2025-CTFC)	50
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei nº 375/2023 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 12/2025-CAS)	52
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que os Projetos de Lei nºs 2093/2021 e 2154/2022 sejam apreciados pelo Plenário (Ofícios nºs 58 e 59/2025-CDR)	54



Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, ao Projeto de Lei nº 2810/2025	57
---	----

3.1.2 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 552/2021, que <i>aprova o texto do Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos, celebrado em Brasília, em 15 de março de 2019.</i>	59
Projeto de Decreto Legislativo nº 610/2021, que <i>aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativa da Guiana, assinado em Brasília, em 13 de dezembro de 2018.</i>	81
Projeto de Lei nº 1663/2023, que <i>altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.</i>	112
Projeto de Decreto Legislativo nº 340/2024, que <i>aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia, celebrado em Zagreb, em 14 de fevereiro de 2023.</i>	127
Projeto de Decreto Legislativo nº 468/2024, que <i>aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Careiro da Várzea, Estado do Amazonas.</i>	142
Projeto de Lei nº 3339/2024, que <i>altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para agravar penas cominadas a crimes ambientais, proibir a contratação com o poder público e o recebimento de recursos públicos no caso de uso irregular do fogo e estabelecer circunstâncias agravantes nos casos que especifica.</i>	145
Projeto de Lei nº 4497/2024, que <i>altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, a fim de estabelecer procedimentos para a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e de concessões de terras públicas situadas em faixa de fronteira; e altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos).</i>	151
Projeto de Lei nº 1694/2025, que <i>dispõe sobre a transformação de cargos vagos no quadro permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sem aumento de despesas.</i>	162
Projeto de Lei nº 2875/2025 (nº 7906/2014, na Câmara dos Deputados), que <i>cria cargos de Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.</i>	167
Projeto de Lei nº 2876/2025 (nº 4149/2004, na Câmara dos Deputados), que <i>altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para criar qualificadora do crime de disparo de arma de fogo, aumentar a pena do crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido e alterar causa de aumento de pena relativa ao comércio ilegal e ao tráfico internacional de arma de fogo proibida.</i>	171

3.1.3 – Mensagem do Presidente da República

Nº 713/2025, na origem, que <i>restitui o autógrafo do Projeto de Lei nº 2.121, de 2022, sancionado e convertido na Lei nº 15.148, de 11 de junho de 2025.</i>	178
---	-----

3.1.4 – Prejudicialidade

Prejudicialidade do Projeto de Resolução nº 7/2025.	181
--	-----



3.1.5 – Requerimentos

Nº 451/2025, de Líderes, requer urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 177/2023, nos termos do art. 336, III, e 338,III, do Regimento Interno do Senado Federal.	183
Nº 452/2025, da Senadora Damares Alves, requer informações ao Senhor Enrique Ricardo Lewandowski, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, sobre as ações promovidas por esta Pasta em alusão ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado anualmente em 15 de junho, e sobre as políticas públicas em curso para prevenção, combate e enfrentamento do problema.	185
Nº 453/2025, da Senadora Damares Alves, requer informações à Senhora Macaé Maria Evaristo dos Santos, Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, sobre as ações promovidas por esta Pasta, em alusão ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado anualmente em 15 de junho, e sobre as políticas públicas em curso para prevenção, combate e enfrentamento do problema.	193
Nº 454/2025, da Senadora Damares Alves, requer informações ao Senhor José Wellington Barroso de Araujo Dias, Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, sobre as políticas públicas e as ações promovidas por esta Pasta em alusão ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado anualmente em 15 de junho.	201
Nº 455/2025, da Senadora Damares Alves, requer informações ao Senhor Alexandre Rocha Santos Padilha, Ministro de Estado da Saúde, sobre as ações promovidas por esta Pasta em alusão ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado anualmente em 15 de junho, e sobre as políticas públicas em curso para prevenção, combate e enfrentamento do problema.	210

PARTE III**4 – RESOLUÇÕES**

Nº 7/2025 (proveniente do Projeto de Resolução do Senado nº 57/2023), que <i>institui o Grupo Parlamentar Brasil-União Europeia</i>	220
Nº 8/2025 (proveniente do Projeto de Resolução do Senado nº 10/2025), que <i>institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa, destinada a homenagear governadoras e governadores que tenham se destacado na implementação de políticas públicas efetivas em prol da alfabetização infantil</i>	222
Nº 9/2025 (proveniente do Projeto de Resolução do Senado nº 2/2025), que <i>institui a Frente Parlamentar do Senado Federal em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial do Brasil</i>	224
Nº 10/2025 (proveniente do Projeto de Resolução do Senado nº 41/2024), que <i>institui a Frente Parlamentar Mista das Ferrovias Autorizadas (FRENFER)</i>	225
Nº 11/2025 (proveniente do Projeto de Resolução do Senado nº 17/2025), que <i>autoriza o Estado de Pernambuco a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 32.800.000,00 (trinta e dois milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América)</i>	226
Nº 12/2025 (proveniente do Projeto de Resolução do Senado nº 29/2023), que <i>institui a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Médicos Brasileiros Formados no Exterior e da Revalidação</i>	229

5 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA	231
---	-----



6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 274

7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 277

8 – LIDERANÇAS 278

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 281

10 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 286

11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 287

12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 331

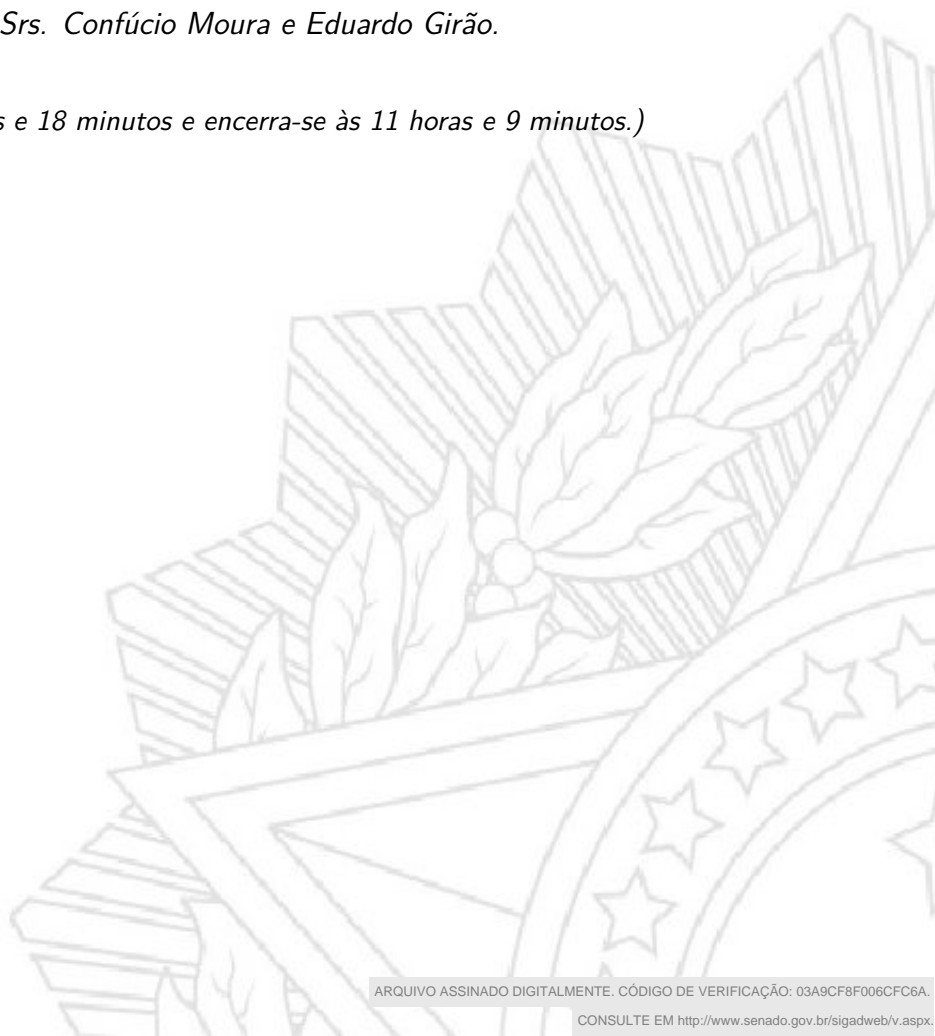


Ata da 62ª Sessão, Não Deliberativa,
em 13 de junho de 2025

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência dos Srs. Confúcio Moura e Eduardo Girão.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 18 minutos e encerra-se às 11 horas e 9 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão, não deliberativa, destina-se a discursos, comunicações e outros assuntos de interesse partidário ou parlamentar.

Passamos à lista de oradores.

Muito bem, antes de iniciarmos o primeiro discurso da manhã, eu registro a presença, na galeria do Senado Federal, dos alunos do ensino fundamental do Centro Educacional Taquara, de Planaltina, que visitam o Congresso Nacional dentro do programa de cooperação técnica entre a Câmara dos Deputados e a Adasa, Brasília, Distrito Federal.

Bem-vindos todos os alunos lá de Planaltina, querida cidade satélite, das mais antigas de Brasília, se não for a mais antiga, não é? Deve ser, muito bonita. Mistura lá uma parte tradicional, antes de Brasília, a parte Planaltina Velha, com a parte Planaltina Nova. E vocês estão aqui hoje para conhecer aqui o Plenário do Senado, num dia de sexta-feira, quando tem só eu presidindo e o Senador Eduardo Girão, que é lá do Estado do Ceará. Hoje não teremos votações, é só uma sessão de pronunciamentos. Por isso que está assim vazio, está assim parado.

Então eu passo a palavra ao Senador Girão, como primeiro orador desta manhã.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Paz e bem, meu querido irmão, Senador Confúcio Moura.

Quero, antes da saída desses jovens que aqui estão nos visitando, dizer que sejam muito bem-vindos sempre, voltem outras vezes, a Casa é de vocês. Quero cumprimentar esta equipe sempre atenciosa, a Secretaria-Geral da Mesa, os funcionários desta Casa, assessores, brasileiras e brasileiros, Sr. Presidente, nesta sexta-feira, graças ao seu compromisso com o Senado Federal. Quero reiterar que o senhor sempre é muito presente, disposto a servir, e eu fico muito feliz em caminhar ao seu lado aqui nesta Casa.

Sr. Presidente, esta semana foi a semana mais frustrante que nós tivemos desde que eu cheguei aqui ao Senado Federal, em 2019. Foi angustiante! Dormi muito mal esta noite, essas noites, porque a gente sente a dor, o desespero do brasileiro, que está querendo ver uma luz no fim do túnel, com esses desmandos que nós estamos vendo, de algumas instituições, em que avançou a censura – aliás, essa palavra avanço para a censura... Avanço é coisa positiva, né? –, em que a censura foi instituída no Brasil da forma mais sádica, da forma mais covarde com os brasileiros, que já tinham, 61%, medo de se manifestar, segundo uma pesquisa recente, por medo de retaliação.

E, agora, com essa decisão do Supremo Tribunal Federal... É sempre o Supremo Tribunal Federal mandando, desmandando no Brasil, ignorando as outras Casas. Eu não espero... Posso estar errado. Tudo pode acontecer, porque quem está no controle, muitas vezes, se acha que são as pessoas que estão presidindo Poderes, enfim, mas o poder emana do povo.

Eu não sei o que pode acontecer, mas eu – aos olhos dos homens, e não de Deus, que está no controle de tudo –, aos olhos dos homens, nesta legislatura, eu não vejo a possibilidade de o Senado se dar o respeito e se levantar perante a nação defendendo a sua Constituição, a Constituição do Brasil, a Constituição deste país, que tem essa bandeira que está aqui atrás de mim, que vem sendo vilipendiada numa ditadura clássica, escancarada. E nós estamos assistindo a isso acontecer. Eu jamais esperava estar aqui no Senado Federal, jamais planejei isso. Mas eu confesso para o senhor, Presidente, que eu vou passar para a história também aqui neste Senado, por mais que possamos tentar fazer diferente, por sermos minoria, a gente não tem conseguido... Nós vamos passar para a história – eu também – como os Senadores que viram, que assistiram de camarote ao Brasil se transformar em uma nação onde a censura domina, os desmandos, onde os direitos humanos são desrespeitados.



Mas, como a gente é cristão, não vai desistir. Nós estamos a serviço do Cristo e das pessoas de boa vontade desta nação, das pessoas que acordam cedo para trabalhar, que se dedicam, que respeitam as leis, que respeitam as leis do país, que são íntegras – a maioria dos brasileiros – e que esperam, que estão à espera de um milagre. Essa é a grande realidade.

Para o que vou relatar aqui, eu peço a atenção de todo o Brasil. Em 2014, depois de mais de quatro anos de intensos debates e muitas audiências públicas, ouvindo especialistas, o Congresso Nacional, mais uma vez, cumprindo o seu dever primordial, legislou; o Congresso fez a parte dele, em 2014. O senhor estava aqui, não é? Ou era Governador, em 2014?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Era Governador do Estado de Rondônia. Mas os Congressistas que estavam aqui cumpriram o seu dever, o seu papel. Fizeram sabe o quê? Legislaram corretamente, aprovando a importante lei conhecida como marco civil da internet.

Mas agora, 11 anos depois, o STF, a Suprema Corte brasileira, decidiu novamente invadir a competência legislativa, como já fez em vários temas, como o das drogas, do aborto. Todo santo dia eles desrespeitam isso aqui. Mas agora, 11 anos depois, eles vêm reinterpretar o art. 19 do marco civil. Ele existe, esse artigo, para dificultar a aplicação de censura nas redes sociais.

Até agora, seis Ministros já votaram pela inconstitucionalidade. Aliás, sete, Alexandre de Moraes, ontem à noite. São 7 a 1. É o retrato do Brasil. Só o Ministro André Mendonça votou corretamente, pela sua constitucionalidade, que deve ser mantida a decisão do Congresso, porque nós fomos eleitos pela população para fazer isso.

O Supremo não teve voto de ninguém e manda e desmanda neste país. É ele que está comandando o país, alinhado política e ideologicamente com este Governo Lula, Governo vergonhoso.

Agora, veja bem, a mídia do Brasil, grande parte dela, com raríssimas exceções, elogiou o voto do Ministro André Mendonça, um voto pela liberdade de expressão, de forma coerente, com atenção à letra da lei.

Esse art. 19, conforme foi redigido, é a base de proteção contra a censura, ao estabelecer que uma plataforma só pode sofrer sanções da Justiça por conteúdo de terceiro, quando desobedecer às ordens judiciais.

Com a nova redação que o Supremo quer dar – e vai dar –, sabem o que vai acontecer aqui, no Brasil? Simplesmente vão fazer com que, por medo das punições, as plataformas passem a remover conteúdo de forma preventiva. Isso é loucura!

Quem é que vai querer se indispor com o todo poderoso Supremo para receber multas milionárias? Isso não existe em nenhum lugar do mundo; ou seja, na prática estão querendo legalizar a censura prévia no Brasil. Isso é democracia? Eu pergunto para quem está nos assistindo, nos ouvindo.

Quem pode esquecer o voto envergonhado da Ministra Carmen Lúcia durante as eleições de 2022, quando ela seguiu o voto de Alexandre de Moraes, que, simplesmente, promoveu censura prévia a um documentário que iria ser lançado pelo Brasil Paralelo, intitulado: Quem mandou matar Bolsonaro? Já teve a censura. E ela disse assim: “Olha, não devemos fazer censura, é uma coisa inconstitucional”, mas, nesse caso, abriu-se a exceção.

Eles interpretam, eles fazem o que eles querem. Na cara dura. Perderam o pudor. Aliás, esse julgamento que nós tivemos nesta semana... Esta semana foi triste! Esta semana é uma semana para ter um levante do Brasil. É uma semana para as pessoas de bem se manifestarem, de forma ordeira, pacífica, mas se manifestarem naturalmente, nas suas famílias, nas suas empresas, com o seu colega de trabalho, no ônibus. Acorda, Brasil! Acorda! Vergonhoso o que nós estamos vendo todo dia.



Olha, dá embrulho no estômago em ver aquele julgamento ali, parece a Escolinha do Professor Raimundo. Uma Suprema Corte; um negócio que teve coação de delator. Os depoimentos cruzados, tudo caindo. Tudo, tudo ruindo. Não para nada em pé e brincadeira de um lado e de outro. Gracinha, com abusador – e se faz gracinha com abusador.

Olha, Sr. Presidente, querem agora institucionalizar o que é flagrantemente inconstitucional e que só existe nas ditaduras, nas piores ditaduras. É óbvio que isso abre imensas brechas para que discursos críticos às instituições brasileiras sejam considerados como ameaças à democracia; ou seja, criticar é ameaça, é ataque. Criticar é ameaça? Que democracia é essa? Brasil, acorda! Acorda, Brasil!

Gilmar Mendes, que recentemente fez rasgados elogios ao regime ditatorial da China, nessa semana emblemática, fez questão de ressaltar em seu voto as sete hipóteses de situações que estariam totalmente proibidas nas redes. Algumas até são corretas, consensuais e necessárias, como terrorismo, pornografia infantil e incitação ao suicídio, que é uma pandemia do momento. O.k. Mas Gilmar Mendes fez questão de acrescentar duas categorias muito vagas e subjetivas: discurso de ódio e ataques ao Estado democrático de direito. E, o pior, isso pode levar ao bloqueio de perfis, algo que é proibido pelo marco civil da internet. Uma coisa é você retirar o conteúdo, outra é você acabar com o perfil da pessoa.

Essa é uma das provas de que o objetivo maior por trás desse julgamento é que eles – os Ministros do Supremo Tribunal Federal e os poderosos de outras instituições, inclusive desta aqui, que se omite, se acovarda diante dessas interferências malignas no Supremo –, querem, esses poderosos de plantão, das instituições do Brasil, querem se blindar, se blindar de quaisquer críticas, mesmo quando são comprovadamente verdadeiras. Quem é que gosta de ser criticado – ainda mais quem se acha Deus? Não gosta. Mas isso faz parte da democracia. E tem lá no Código Penal para você que se sentiu injuriado, caluniado e difamado ir atrás dos seus direitos, pedir indenização. Mas não, eles querem ir à forra. Tirar perfil...

Por exemplo, Sr. Presidente, seria impossível, doravante, alguém criticar a participação do Ministro Dias Toffoli no esquema, que saiu na revista *Crusoe*, que começou a esculhambação do Brasil, em 2019, quando nós chegamos aqui, com a censura na *IstoÉ*, que mostrava o esquema de propinas da Odebrecht com o nome do ministro de um amigo do amigo do meu pai. Possivelmente isso vai ser considerado sabe o quê? Discurso de ódio.

Também receberia censura prévia qualquer crítica aos *habeas corpus* dados pelo Ministro Gilmar Mendes. Tiveram tantos, não é? Mas teve. Aquela liminar da CBF, por exemplo, em que o então Presidente da CBF, atolado em escândalos, sendo um deles um contrato de R\$10 milhões com o IDP, instituto fundado pelo próprio Ministro Gilmar Mendes e dirigido pelo seu filho... E ele vai e dá uma liminar. É a certeza da impunidade.

Estamos entrando com um pedido de *impeachment*, embasado, assinado por juristas. Esse é o nosso papel, esse é o nosso trabalho.

É só isso que eles querem, Sr. Presidente. Querem se blindar de críticas, porque fica ruim com o nome deles saindo nas redes sociais, criticando... Quer dizer, o povo não pode mais criticar essa turma que recebe o dinheiro da gente, com mandato aí vitalício, que é a gente que paga, cheios de mordomia?

Estão censurando 220 milhões de brasileiros apenas para não serem mais criticados. Isso porque estão muito incomodados por terem dificuldade de sair, sabem onde? Nas ruas. Eles é que estão presos, estão prendendo gente inocente. Não estão dando direito à defesa, ao contraditório, à individualização das condutas, tudo errado, sem dupla jurisdição. Mas quem não sai às ruas são eles. Açam que vai resolver vindo de cima para baixo? Açam que vai resolver? Não é assim na história. Isso piora; isso não pacifica; isso não reconcilia; isso divide, porque é muita injustiça, gente. Não é por acaso que o Ministro Gilmar Mendes elogiou tanto a ditadura chinesa. Essa forma de censura que está sendo imposta pelo STF é muito



pior do que aquela feita pelo Governo chinês, porque lá todo mundo sabe quem é que está fazendo... todo mundo sabe lá quem está fazendo essa arbitrariedade. Lá na China, todo mundo sabe quem é, mas aqui, não. Eles não querem deixar suas impressões digitais, transferindo todo o ônus para a plataforma; se escondem de uma forma covarde.

E a população, ao se ver censurada nas redes, fará inevitavelmente essa pergunta: “Por que vocês, Parlamentares, deixaram isso acontecer?”. Já me perguntam isso. “Por que vocês, pagos por nós, estão deixando isso acontecer na venta de vocês – nas vendas?”. E a resposta é uma só: por causa da omissão, da letargia do Senado da República, que está prostrado diante de tantos abusos de autoridade praticados por alguns Ministros do STF.

O povo pergunta nas ruas também para mim: “Cadê a abertura do primeiro pedido de *impeachment*?”. Agora, eu acho que teria que ser coletivo o pedido de *impeachment* pelo que aconteceu no STF. Um pilar da nossa democracia caiu. E o Ministro Barroso chegou a falar em censura. Chegou a reconhecer, quase um réu confesso. Falou a palavra censura sobre o que está acontecendo.

Isso aqui se tornou, Presidente, um mero teatro. Só que é o teatro mais caro do mundo aqui. Aqui nós custamos R\$6 bilhões, só o Senado, R\$6 bilhões – “b” de bola e “i” de índio –, milhões, bilhões de reais por ano, além de um monte de privilégios que, se um Senador quiser, ele pode utilizar R\$90 milhões em emendas parlamentares para se perpetuar no poder, como tiveram aqui alguns colegas que, em entrevistas recentes, disseram: “Não, essas emendas aí são para buscar aliados políticos”. Olha só o nível a que nós chegamos. São os currais eleitorais!

Como é que vai entrar alguém na política nova?

(*Soa a campanha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Como é que alguém vem aqui para o Senado, de fora, que não tem mandato? Está muito cômodo para a gente: recebe o salário todo mês – gordo salário –, R\$42 mil, que é o salário da gente; carro com motorista, plano de saúde vitalício... É muito cômodo. Está caindo o Brasil, e a gente aqui, recebendo o salário, com essas emendas para mandar para os estados. Cada um tem seu procedimento, claro. Eu abri mão. Nas emendas, eu faço de forma transparente, para os 184 municípios – sem uso eleitoral, zero. Não vou nem para inauguração, porque esse dinheiro não é meu, é do povo. Por que eu vou ganhar louros com ele?

Mas eu vou dizer uma coisa: ainda tem Senador que defende aumentar o mandato para dez anos! E olha, não duvidem se isso acontecer, não; não duvidem. Nós aprovamos. Nós aprovamos, agora, na CCJ, uma emenda que reduz o mandato do Senador para cinco – uma emenda minha, inclusive. Foi unanimidade, um acordo. Mas vocês acham que não teve reação dos caciques da velha política? No dia seguinte, na reunião de Líderes, já teve! Agora você vai lá, vai ter que botar digital, dizer que quer dez anos. Com o fim da reeleição todo mundo concorda; com o calendário único, para uma eleição a cada cinco anos, todo mundo concorda; agora, dez anos para o Senado? Você está de brincadeira! Isso é mandato vitalício! Isso não existe em nenhum lugar do mundo, é um verdadeiro tapa na cara de quem banca tudo isso, pagando impostos com muito suor e lágrimas, que é você – você! –, brasileira, brasileiro.

Agora mesmo, visando à aprovação da inaceitável medida provisória que aumenta impostos sobre o IOF, o Governo mandou acelerar a liberação de emendas parlamentares. Olhem o jogo bruto, sujo, escancarado! Eu não acho isso republicano; eu não acho isso republicano. O brasileiro não aguenta mais imposto, está desesperado com tanto imposto! O Governo Lula a cada 37 dias bota imposto; desde que assumiu, a cada 37 dias bota imposto! E aí, agora, para passar essa aprovação, quer liberar emenda parlamentar...? É um indecente balcão de negócios para a cooptação de apoio no Congresso. A gente sabe no que isso dá.



Mas as maldades não param por aí. Além da queda, o coice: nós tivemos ontem, também, uma semana trágica, com direito a uma blindagem – uma blindagem! – na CPI das Bets. Ela acabou com um final melancólico, triste. Senadores que nunca participaram, nunca foram nem um dia, durante seis meses, apareceram – e alguns nem apareceram, fizeram voto virtual – para votar contra o relatório que indiciava pessoas por uma tragédia humanitária, que são essas *bets*, que estão acabando com o Brasil e com os brasileiros de todas as formas, e com o futebol também; que estão acabando com o prazer do brasileiro, com o lazer.

Olhe, Sr. Presidente, ainda tem mais. Ontem, a Comissão Mista de Orçamento aprovou algo indecoroso: o Governo, de forma surpreendente, enviou um projeto correto para a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$5 mil. Está de parabéns; o.k., estamos juntos! Mas poderíamos estar batendo palmas para a redução do Imposto de Renda... Mas eu estou batendo essas palmas também para acordar; para acordar. Eu já bati outras vezes aqui. A Comissão de Orçamento simplesmente introduziu dois jabutis. Sabem quais são os dois jabutis?

Para encerrar, Sr. Presidente.

O primeiro é o indecente aumento do número de Deputados Federais, de 513 para 531. Sabem quanto é que vai custar, por ano, no mínimo, isso aí? Serão R\$65 milhões! Não tem nem estrutura de gabinete para aguentar essa turma toda!

O segundo jabuti é o mais indecente ainda: estão querendo aumentar o vergonhoso orçamento secreto em R\$2 bilhões – “b” de “bola”, “i” de “índio”. Em 2024, o Governo tinha vetado, na LDO, todas as obras com problemas técnicos, como falta de licitação. A farra das emendas propõe retomar tudo, mesmo com irregularidades! Eu não encontro adjetivo possível para expressar...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... a inevitável indignação da sociedade.

Eu encerro com um inspirado pensamento nos deixado pelo Papa João Paulo II, que nos ajuda a manter esperança no progresso das criaturas humanas e de suas instituições, mesmo diante de tantas adversidades. Abro aspas: “A liberdade não é somente um direito que se reclama para si próprio: ela é também um dever que se assume em relação aos outros”.

Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Deus abençoe a nossa nação.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Girão. Parabéns pelo seu pronunciamento.

Eu quero registrar também aqui, Senador, a presença em nossas galerias dos alunos do ensino fundamental do Colégio Adventista da Cidade de Anápolis, Goiás.

Sejam todos bem-vindos.

Anápolis fica aqui perto, entre Goiânia e Brasília, uma cidade industrial muito forte, muito bonita, muito antiga, das mais antigas, uma das maiores cidades do Estado de Goiás.

É berço de grandes políticos, grandes profissionais, tem um grande serviço de saúde, há grandes médicos trabalhando em Anápolis, um lugar extraordinário.

Então, bem-vindos vocês aqui ao Senado, para vocês conhecerem, porque no Plenário hoje está um dia parado, uma sexta-feira, hoje são só alguns discursos, pouca presença, o pessoal viajando; mas vocês



mesmo assim estão observando a beleza aqui do ambiente do Senado Federal.

Bem-vindos.

Senador Girão, pode assumir aqui, por gentileza?

(O Sr. Confúcio Moura, Segundo-Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Girão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Imediatamente, já passo a palavra para o meu amigo, irmão, Senador Confúcio Moura, do Estado de Rondônia. O senhor tem 20 minutos, com a tolerância da Casa.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para discursar.) – Perfeitamente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, presentes e ausentes, eu venho a esta tribuna para tratar de um tema que parece simples, mas que revela uma das maiores distorções da nossa economia e da nossa sociedade, que é a dificuldade que o brasileiro tem de poupar, de economizar; e não é por falta de vontade que o brasileiro gasta muito, é por falta de formação.

Segundo os dados recentes da Confederação Nacional do Comércio, mais de 77% das famílias brasileiras estão endividadadas, e quase 30% delas estão inadimplentes.

Uma pesquisa do Banco Central, em parceria com a Febraban, revelou algo ainda mais preocupante: sete de cada dez brasileiros não têm nenhuma reserva financeira, nada. Ninguém guarda dinheiro, pouca gente guardando pequenas reservas, nenhum real guardado, vivem no fio da navalha.

Isso significa uma vulnerabilidade total diante de qualquer imprevisto: uma doença, uma demissão, uma despesa inesperada, qualquer dessas intercorrências pode derrubar toda a estrutura familiar.

Eu tenho aí no gabinete um profissional da área de comunicação, e ele fala o seguinte, ele vive de cargos comissionados e fala assim: “Olha, eu tenho que poupar para, caso eu seja demitido, ter dez meses garantidos com o dinheiro guardado para eu aguentar o sufoco da demissão”.

Então, ele faz uma poupança mensal, guardando direitinho para eventuais intercorrências do futuro. Ele é bem precavido, e assim poderiam ser outros tantos brasileiros, também deixando uma reserva para uma doença, um problema qualquer, uma necessidade de um filho, algum imprevisto, porque tem que ter um dinheirinho guardado, senão fica bate aqui, bate ali, vai atrás de um parente, pega emprestado, termina até na mão de agiota. Isso é perigoso.

Segundo o IBGE e o Banco Mundial, a taxa de poupança brasileira é uma das mais baixas do mundo, menos de 15% do PIB. Enquanto isso, a China e a Índia, os países mais populosos do mundo, que enfrentam, em razão disso, múltiplos desafios, possuem uma taxa de poupança familiar mais ou menos de 30%, o dobro do Brasil.

E o que explica isso, gente? Nesses países, a educação financeira começa cedo, é parte da cultura da formação dos cidadãos. O incentivo à poupança não ocorre apenas por meio da doutrina governamental, mas é tido como um valor familiar e nacional.

Eu tenho um exemplo assim: eu tenho três netas, e sempre no aniversário a gente dá um dinheirinho de presente para elas. Uma delas guarda o dinheiro do presente e a outra, enquanto não gasta tudo, não sossega, tem que gastar rápido, parece que tem uma necessidade de gastança muito rápida.

E aqui no Brasil o que é feito? Aqui a TV bem como as mídias sociais incentivam os jogos de azar – e o Girão bate muito nessa questão de jogo de azar, acabou de falar aqui agora mesmo sobre o jogo de *bets*, esses jogos, todo tipo de jogo de azar. Então, aqui as mídias incentivam o jogo de azar, seja por meio de *bets*, seja pela venda de sonhos fáceis, seja por loterias, enriquecimento. Quando chega aquela Mega-Sena da Virada no fim do ano, todo mundo quer ganhar aqueles 500 bilhões e joga, joga, joga, não é? E vai



assim.

Por meio também dos velhos. É ainda ilegal o jogo do bicho, mas todo mundo sabe que em todo lugar... em toda cidade brasileira a gente conhece um jogador, uma pessoa que vive do jogo do bicho. É uma banquinha, sempre na frente de uma loja ou de um bar, em que aquela pessoa está ali vendendo aquele bilhete do jogo do bicho todo dia, e o pessoal compra e vai embora. Aquele velho vai e compra e vai voltando, às vezes ganha; joga no cachorro, joga no leão, joga no bicho tal, no bicho tal e vai levando essa vida de jogo.

Um povo sem alternativa entrega-se à ilusão dos jogos e das apostas. É uma ilusão substituindo uma realidade. É o Brasil dando exemplo: é um Estado gastador, que gera um povo gastador também. Uma cultura do imediatismo, que reflete o comportamento do próprio Estado.

Na verdade, não se pode atribuir culpa ao povo que não aprendeu a economizar, até porque não foi educado para isso. Quando se pensou em introduzir, por exemplo, educação financeira nas escolas desde cedo, eu nunca vi este debate aqui no Brasil.

Eu lembro, assim, que a questão de poupança é uma questão interessante. Eu tinha uma tia, a tia Luizinha, que era costureira. Era viúva, sozinha. E ela conseguia guardar um dinheirinho; eu não sei que milagre ela fazia. Quando um parente tinha um sufoco, “vai lá na Luizinha, vai lá”, porque ela sempre tinha uma reservinha e podia socorrer, emprestar, para um parente sufocado, um pouquinho de dinheiro. Ela tinha o dinheirinho dela, que ela economizava nas costurinhas que ela fazia, e ia guardando aquele pouquinho. Depois, aquilo servia para ela ou para outros, parentes ou quaisquer amigos pessoais.

Sem dúvida, o cidadão comum só aprende aquilo que chega até ele. Indefeso, é bombardeado por uma propaganda de mídias que induz a comprar eletrodoméstico. “Vai na casa tal, loja tal, que está faturando em 24 meses sem entrada”, “vamos comprar uma geladeira nova, uma televisão nova”. “Tenho uma televisãozinha que está funcionando, mas chegou uma nova grandona, com internet. Eu vou lá comprar, a gente vai pagar aos poucos, com prestação leve”. Uma geladeira, uma coisinha daqui, outra dali, e ele é bombardeado por essa propaganda. É colchão novo, o seu sonho em suaves prestações, tudo com juros embutidos. Dizem que não tem juro, mas tem juro, sim.

Na verdade, essas grandes lojas, esses grandes conglomerados são verdadeiros bancos, porque realmente essa carteira de parcelamentos, de compras a prazo é uma carteira rica, tudo com juro embutido.

A melhor aplicação financeira do mundo é vender a prazo. Isso é muito bom.

Precisamos mudar esse cenário. Vamos introduzir este tema em nossas vidas, como se fez na China, na Índia, e isso servirá de exemplo até para os nossos entes federados que se acostumaram ao endividamento.

A causa é boa, é importantíssima.

E a poupança, mesmo familiar, cada um que está me ouvindo aí agora, dona de casa e tal... o que é guardado, deixado na poupança lá no banco, esse dinheiro, depois, é aproveitado pelo próprio Governo para financiar a casa própria, para alguns investimentos sociais importantes. Quanto mais poupança tiver, mais recurso tem para políticas públicas para investimentos na área de habitação e em outras áreas importantes.

Poupar no Brasil virou um ato de coragem. Tem que ser corajoso para poupar. Quem o faz diante deste cenário merece uma medalha, uma medalha de ouro.

É essa a coragem que o Estado precisa reconhecer e incentivar.

Mas o que podemos fazer assim, na prática, para nós incentivarmos a poupança das famílias brasileiras e reduzirmos o endividamento?

Um dos fatores que vem estimulando...



Quando eu era Deputado na década de 90, não tinha esse tal de consignado, não. Não tinha, não.

Aqui na Câmara dos Deputados, foi criada na época – eu fazia parte da Mesa – essa possibilidade de credenciar uma empresa para fazer o consignado. Foi uma só empresa.

Então, a gente foi testando, foi testando, e foi assim um desenfreno tão grande na Câmara, na época, que teve até suicídio, funcionárias endividadas por pressão do marido ou do namorado, para fazer isso, fazer aquilo. Daí a pouco, não tinham salário e foram ficando devendo, devendo, e houve o suicídio.

Consignado é até bom, porque o juro é pequeno e tudo, mas, se a pessoa fizer a poupança, não precisa do consignado.

Faz a poupança para fazer a reforma da casa, melhorar a cozinha, comprar uma geladeira, comprar uma coisa e outra. Às vezes é poupando: “Vamos devagar aqui, eu vou poupar e, lá na frente, daqui a um ano ou dois, eu compro à vista.” Mas o pessoal: “Não, vou logo fazer um endividamento.” E os aposentados, aqueles que são pensionistas, aqueles mesmos dos benefícios sociais, às vezes uma velhinha aposentada, uma avó... chega a neta ou o neto e fala: “Ô, vó, me arruma aí um dinheiro?”. “Eu não tenho, meu filho”. “Mas pega um consignado para me ajudar?”. E ela vai lá – sabem como é avô, avó, pai e mãe, aquilo dói no coração – e termina por fazer o consignado para ajudar o filho ou o neto. E lá vem a dívida. Aí vai haver, daqui a pouco, outro consignado, até a margem ir ficando pouquinho. Daí a pouco, ela recebe é R\$1,5 mil, R\$1,6 mil e, quando pensa que não, está recebendo só uns trocados. Isso é cruel para essas famílias, para essas pessoas, porque é a destruição do pequeno benefício que ela recebe de pensão ou aposentadoria.

Então, quais são as propostas que a gente pode apresentar aqui? Primeiro, a educação financeira como uma política de Estado: incluir no currículo obrigatório a educação financeira – se não puserem no currículo, coloquem como opção extracurricular, mas introduzam a educação financeira para as crianças aprenderem a poupar. Mesmo antigamente, eu me lembro, eu era menino, tinha um cofrinho. Minha avó me deu um cofrinho. Ali a gente colocava moedinhas, naquele cofrinho, até o cofrinho ficar pesado. Então, aquele cofrinho era a poupança antiga. Não tinha ainda a poupança, e a gente guardava o dinheiro no cofrinho. Era um estímulo que as famílias tinham, os mais velhos, com os netos, com os filhos, para poderem guardar as moedinhas que sobravam. Esse incentivo é fundamental à poupança –; ampliar também a Estratégia Nacional de Educação Financeira, coordenada pelo Banco Central, cujo objetivo, entre outros, é promover uma educação como ferramenta de tomada de decisões ao longo da vida da pessoa; apoiar programas comunitários de finanças populares nas periferias; e direcionar incentivos para a pessoa poupar. Uma pessoa pobre vai poupar, talvez seja criado isso através do Ministério da Fazenda, através do Governo, um incentivo, quando puder, para a formação da cultura popular da poupança. Isso é importante.

Quais incentivos populares são esses? Primeiro, rendimentos superiores à poupança tradicional para quem ganha até cinco salários mínimos, rendimentos isentos de Imposto de Renda, mesmo para aqueles que poupem em outro meio que não seja a poupança convencional, porque a poupança de hoje não está sendo compensadora. Ela rende muito baixo, menos que a inflação. Então, a pessoa fala: Eu não vou deixar dinheiro na poupança, não.“ Mas a poupança ainda é o meio de aplicação financeira mais popular do povão. Qualquer dinheirinho fala: ”Eu vou botar na poupança.“ Pegou! É uma palavra: ”Eu vou colocar o dinheiro na poupança“. Então, sobrou esse dinheirinho, põe na poupança. Isso é muito importante. Segundo, uma campanha nacional de valorização da poupança doméstica. Uma campanha nacional, com linguagem clara, exemplo do que já tivemos contra a dengue, a violência doméstica. Poupar é proteger o futuro, seu futuro. E o país vai te ajudar a conseguir isso através de uma boa mídia, de educar nosso povo a gastar bem gasto, a não gastar à toa, a não jogar dinheiro fora, porque tem muito estímulo, gente.

Chega o Natal, todo mundo quer dar presente, todo mundo quer ganhar presente, e, às vezes, a



pessoa não está em condição de comprar presente caro. Então, é um casamento, tem que comprar presente; é aniversário, tem que comprar presente; é São João, tem que comprar presente; é Dia dos Namorados, tem que comprar presente. E assim vai: vêm o Dia dos Pais, o Dia das Mães, o Dia da Criança, e, em tudo isso, comprar presente, gastar dinheiro.

Sr. Presidente, o Brasil precisa de um novo rumo: o da responsabilidade financeira, e isso começa com o exemplo do próprio Estado, com o estímulo real aos que precisam viver com dignidade hoje e também amanhã.

Como Senador da República, eu gostaria de transformar essas propostas em algo de uma ação verdadeira. Não adianta ficar fazendo discurso, é importante que essas coisas que a gente fala aqui aconteçam na realidade, saiam para as ruas, caiam no coração das pessoas, para que possam realmente tomar uma decisão diferente.

Eu conclamo a todos os Parlamentares, aos telespectadores e aos ouvintes a debatermos com seriedade o tema do endividamento das famílias brasileiras. Nós não temos poupança. As famílias brasileiras estão endividadas, estão todas enroladas, muitas estão com dificuldade, com o nome sujo na praça. Com esse intuito, devemos encontrar soluções para os problemas apresentados.

Poupança não é luxo. Quem poupa não é só rico. “Ah, eu não tenho dinheiro para poupar, não”, não é? Mas sempre tem. Eu falo o seguinte: pague um dízimo para você mesmo, tire um pouquinho e invista em você. Quem é evangélico, todo mês, dá lá o dízimo para a igreja: 10% do seu salário, dos seus negócios. Dê um jeito de colocar 10% para você mesmo e guarde-os, faça uma poupança, pague o seu dízimo para você. Isso é fundamental.

É um direito poupar. Poupança não é luxo. E é tempo de o Brasil reconhecer esse direito do povo para construir uma cultura que valorize o seu próprio futuro. Ninguém pensa que vai ficar velho. Ninguém pensa que um dia vai se aposentar. A gente pensa eternamente na juventude. Parece que a idade não passa, mas ela passa, e a gente fica velho, a gente se aposenta, a gente vai ter que aguentar essa marcha. Então, quem não se prepara para ter uma aposentadoria, para ter um dinheirinho para sobreviver... porque a gente pensa assim: “Eu vou ficar velho, e vai diminuir a minha despesa”; pelo contrário, ela aumenta: aumenta com remédio, aumenta com as visitas aos médicos, aumenta com as despesas para ajudar a família. Então, mesmo a pessoa mais velha, aposentada, aquele dinheiro que ela recebe termina gastando quase todo. Então, essa é a marcha da vida, nós todos passamos por isso, não é?

Então, o meu discurso de hoje é muito prático, é um discurso para nós orientarmos o nosso povo a economizar um pouquinho, a guardar um pouquinho de dinheiro para o futuro, para as necessidades, para, na hora de um apuro ou daquele arrocho, ter aquele dinheirinho ali que socorrerá. Isso é indispensável para que a gente tenha uma certa paz e consiga viver adequadamente.

Quero agradecer ao nosso Presidente Eduardo Girão por este espaço, e agradecer a presença dessa comitiva que está aí nas galerias. Ainda não sei a origem de onde eles vêm, mas pelo jeito são gente boa – todo mundo está com a cara boa –, experiente, e vêm aqui conhecer o Plenário – hoje, vazio – do Senado Federal, onde apenas um Senador fica aqui bravateando seus discursos e ideais, presidido pelo Eduardo Girão, lá do Estado do Ceará. E eu sou lá do Norte, de Rondônia, e estou aqui também fazendo o meu discursinho de sexta-feira.

É como se diz: “Sextoul”, né? E nós estamos aqui fazendo o nosso trabalho.

Muito obrigado a vocês e a todos os telespectadores e ouvintes que estão ligados na TV Senado.

Um bom-dia a todos, e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bom dia e muito obrigado, meu querido irmão, Senador Confúcio Moura, do Estado de Rondônia, que foi Governador e Senador aqui, muito atuante, muito presente. E a gente fica muito feliz em caminhar ao



lado de homens como ele.

Eu recebi a informação, Senador Confúcio, que tem pessoas aqui de alguns estados avulsos. Quais são os estados?

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Rio de Janeiro.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Rio Grande do Sul.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Minas Gerais.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Roraima.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Paraná.
Sejam muito bem-vindos!

E tem ali um amigo, um irmão, que é o meu querido Rodrigo Marinho, que é constitucionalista, cearense, torcedor do Fortaleza – está triste, porque ontem chegou a empatar o jogo, mas levou um gol no final.

Mas eu quero também saudar as pessoas que estão fazendo pós-graduação – não é isso? – no IDP.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mestrado e doutorado no IDP.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mato grosso. Minas Gerais eu já tinha citado; Mato Grosso ainda não.

Então, sejam muito bem-vindos, aqui, ao Senado, a Casa revisora da República, tá?

Presidente, posso encerrar?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fora do microfone.*) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Fala da Presidência.) – Pronto.

Então, a Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que estão convocadas as seguintes sessões:

– Sessão especial hoje, às 14h, destinada a comemorar o Dia Nacional da Ciência e do Pesquisador Científico;

– Sessão de debates temáticos na segunda-feira, dia 16 de junho, às 10h, destinada a debater o papel da ciência, tecnologia e inovação na prevenção e mitigação de futuros desastres e enchentes no Rio Grande do Sul; e, na oportunidade, homenagear as vítimas dessa tragédia; e também



– Sessão não deliberativa, também na segunda-feira, às 14h.

Se Deus quiser, estaremos juntos aqui.

Desejo um final de semana de muita luz, de muita paz e de esperança para você.

O Senador Confúcio fez, agora há pouco, um discurso maravilhoso da importância de poupar. Quem pode separar algum dinheiro para deixar... Já tem até escolas... Tem legislação nesse sentido para as escolas fazerem essa questão da economia e trabalharem com essa economia doméstica mesmo. É importante trabalhar, desde a infância, isso, esse sentimento, porque ninguém sabe o dia de amanhã, ainda mais no Brasil em que a gente está vivendo hoje.

Eu fiz um discurso muito firme sobre a censura que está acontecendo no Brasil, os desmandos, a omissão desta Casa, né? E eu quero dizer para vocês que não vamos perder a esperança, não, porque a gente não vai desistir. O que eu e muitos colegas aqui mais ouvimos na rua é o seguinte: “Não desistam! A gente sabe que está duro, que está difícil, mas não desistam!” – e o brasileiro não desiste nunca. E a gente sabe que quem está no comando é Jesus – é Jesus –, não é ninguém mais. Então, tudo é possível, e o bem vai prevalecer, a justiça, nesta nação.

Um grande abraço, um final de semana abençoado, de muita luz, paz. Abrace seus filhos, sua família; viva este momento.

Vamos orar pela paz no mundo. Estamos tendo operações, desde ontem, de Israel no Irã; possibilidade de retaliação; guerra na invasão da Rússia na Ucrânia; e outras complicações mundiais mais. Nós estamos vivendo provações inimagináveis neste 2025. Parece que o mundo está de cabeça para baixo, mas vamos ter fé e esperança, porque a gente sabe: Deus está no controle, e vai dar tudo certo. Só o amor é real – só o amor é real –, por isso esteja junto dos seus filhos, da sua família e dos seus amigos, que o amam.

Um grande abraço e que Deus abençoe esta nação!

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento.

Deus o abençoe.

Paz e bem!

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 09 minutos.)



Ata da 63ª Sessão, Especial,
em 13 de junho de 2025

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência do Sr. Astronauta Marcos Pontes.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 18 minutos e encerra-se às 16 horas e 30 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Fala da Presidência.) – Boa tarde! Boa tarde a todos!

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 53, de 2025, de autoria desta Presidência e de outros Senadores, aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

A sessão é destinada a comemorar o Dia Nacional da Ciência e do Pesquisador Científico.

Convido, para compor a mesa desta sessão especial, os seguintes convidados: Sr. Contra-Almirante Marcos Fricks Cavalcante, Diretor do Centro Tecnológico da Marinha no Rio de Janeiro, celebrando a memória do Almirante Álvaro Alberto (*Palmas.*); Sra. Mercedes Maria da Cunha Bustamante, Vice-Presidente Regional da Academia Brasileira de Ciências (ABC) (*Palmas.*); Sr. Osvaldo Moraes, Secretário Substituto de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, representando a Secretária Andrea Brito Latge (*Palmas.*); Sr. Paulo Nicholas de Freitas Nunes, Vice-Presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal e representante do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (*Palmas.*); Sra. Maysa Furlan, Reitora da Universidade Estadual Paulista (Unesp). (*Palmas.*)

A Presidência informa que esta sessão terá também a participação dos seguintes convidados: Sr. Marcelo Morales, aliás Marcelo Marcos Morales – são três “m” –, representante da Academia Nacional de Medicina; Sr. Clenio Pillon, Diretor-Executivo de Pesquisa e Desenvolvimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), representando a Presidente, Sra. Silvia Maria Fonseca Silveira; Sr. Marcelo Ramada, Pesquisador da área polar, representando o campo de pesquisa em regiões antárticas; Sr. Rogério Luiz Veríssimo Cruz, Diretor de Governança do Setor Espacial da Agência Espacial Brasileira, representando o Presidente Marco Antonio Chamon; e Sr. Eduardo Colombari, Presidente da Federação de Sociedades de Biologia Experimental.

Para iniciar, eu convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional brasileiro.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discursar - Presidente.) – Boa tarde novamente, boa tarde a todos.

Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer a presença de cada um dos senhores e senhoras aqui neste Plenário, que representa a Casa da população brasileira.

Hoje é um dia muito especial: a comemoração do Dia Nacional da Ciência e do Pesquisador Científico. Sem dúvida nenhuma, isso precisa ser comemorado no nosso país, apesar de todas as dificuldades que o setor sempre passou e passa aqui no Brasil. E nós temos uma capacidade neste país de conseguir fazer muito mais com pouco.

Eu vejo aqui muitos rostos conhecidos, e isso é muito bom. Você vê que é uma comunidade relativamente pequena, mas é uma comunidade que faz a diferença.

Eu tive a honra de ser Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação – ali está o Paulo Alvim, que também foi Ministro logo na sequência da minha passagem pelo ministério –, e ali nós buscamos, a cada dia, estruturar os programas de pesquisa e desenvolvimento no país, estruturar o financiamento dos programas, a coordenação de todo o setor, recursos humanos, infraestrutura. Eu coloquei aqui alguns dos pontos principais que nós temos que trabalhar neste nosso país muito mais ainda.

Quando a gente fala de infraestrutura no país, eu estou me referindo às universidades, aos centros de pesquisas, aos equipamentos que nós temos nessas instituições e à necessidade que nós temos não



só de trazer mais equipamentos, mas também de fazer uma distribuição inteligente e eficiente desses equipamentos dentro da distribuição geográfica e necessária para o desenvolvimento. Também há a manutenção. Eu lembro que, lá no ministério, junto com a Finep, nós estabelecemos um sistema de manutenção do equipamento. Não é só comprá-lo e deixá-lo lá, porque ele vai se perder; esse equipamento tem que ser colocado em algum lugar. Então, tem toda a infraestrutura dos laboratórios. Havia laboratórios em que estava pingando água, para se ter uma ideia. A gente precisa melhorar essa situação no país.

Quando a gente fala de recursos humanos, há toda a nossa dificuldade em contratar pesquisadores, em colocar, equipar os nossos centros de pesquisas com a quantidade e a qualidade necessária de recursos humanos, e isso foi uma luta constante. Acho que todo mundo acompanhou ali, durante o tempo no ministério, a luta para a gente conseguir colocar. Alguns dos nossos institutos de pesquisas simplesmente fechariam as portas porque não tinham o número de pesquisadores suficiente. Eu me refiro, lembrando aqui, ao Instituto Nacional da Mata Atlântica, de pesquisa.

Quando a gente fala de recursos... Eu estava deixando um pouquinho isso aqui para o final, porque essa parece ser a minha missão de vida depois de algum tempo, que é lutar por recursos para ciência e tecnologia. Nós sabemos, todos os que estão aqui – e aqueles que nos acompanham pela TV eu tenho certeza de que, se pensarem um pouquinho, se pesquisarem um pouco, vão saber também –, todos aqui sabem que todos os países desenvolvidos, sem exceção, sem qualquer exceção... O que eles fizeram para ser desenvolvidos como são hoje? Não é questão de posição geográfica, não é questão de religião, não é questão de língua, não é questão de cultura, é só questão de usar a inteligência para fazer um investimento consistente em pesquisa e desenvolvimento, de forma que nós consigamos fazer aqui no Brasil o que eles fizeram lá, usando uma receita simples: educação focada; investimento consistente em ciência, tecnologia e inovação; ambiente de negócios favorável para o desenvolvimento de empresas, principalmente de base tecnológica, para que os pesquisadores formados consigam ter empregos.

A maior parte dos nossos pesquisadores trabalham na academia. Nós precisamos ter um certo tipo de transferência para o setor privado, as empresas precisam contratar. Para isso – eu vejo o Senador Izalci aqui, então nós estamos com a bancada completa, para vocês saberem, a bancada do Senado de ciência e tecnologia está aqui –, nós precisamos que as empresas possam contratar o recurso humano que nós formamos no país. Nós formamos mestres, doutores, pós-doctors, com todo o sacrifício no setor público. E aí o que acontece na maioria das vezes? Eles vão trabalhar no exterior, porque lá eles têm melhores condições de trabalho, melhores laboratórios, melhores empresas para trabalharem. E isso não pode continuar assim. A gente precisa ter um campo de trabalho para esses pesquisadores aqui, para que eles possam colocar em prática tudo que eles aprenderam, seus talentos, em prol do nosso país. E isso é uma coisa que não se faz de um dia para o outro.

Eu era Ministro da Ciência e Tecnologia. A luta foi enorme ali para a gente conseguir, por exemplo, liberar o FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Parecia que eu estava falando no deserto muitas vezes, porque, parece incrível, você tem que falar o óbvio; falar assim: “Olha, isso aí, esse recurso, todos os países desenvolvidos utilizaram isso aí, eles chegaram lá assim. A gente tem prova do que funciona”. Por que a gente tem que ficar lutando aqui para preservar o pequeno orçamento de ciência e tecnologia? E é difícil, né? Muitas vezes você fala, fala, fala, fala, porque... Lá no ministério a gente colocava no plano de orçamento para o ano seguinte; aí ia para o setor de economia, lá eles fazem o primeiro corte; depois vem para cá. No Congresso tem um monte de gente que fala que é a favor da ciência e tecnologia, é a favor da educação. O Izalci está cansado de ouvir isso também, não é não? É a favor da educação, é a favor da ciência. E na hora H de fazer, de votar e colocar isso aí realmente na prática, o que acontece? Os recursos vão para outros setores menos estratégicos – não quer dizer que são menos importantes, são menos estratégicos –, e aí a gente fica na penúria de novo.



Liberamos o FNDCT com a Lei 177, em 2021, depois de muita luta, muita briga. Quem acompanhou na imprensa deve ter visto isso. Mas volta e meia ele tende a ser confiscado de novo, seja por uma razão, seja por outra, para servir de superávit ou coisas assim. Isso está errado, isso está errado. Então nós colocamos aqui, eu coloquei uma PEC este ano para proibir o contingenciamento do FNDCT. Parece incrível, mas você tem que colocar como Constituição isso, uma coisa óbvia, porque não é interessante para nenhum país você contingenciar recursos de uma área estratégica.

Também acho que na mesa de vocês – não sei se tem aí – está essa PEC da ciência. Isso aqui é a PEC 31, que eu coloquei logo quando cheguei aqui, para que o país – eu vou falar assim: “o país”, para não falar “Governo”, porque o pessoal do Governo é contra isso aí, falar que vai gastar dinheiro do Governo... Não é isso; é para aumentar os recursos investidos em pesquisa e desenvolvimento no país, que são ridiculamente baixos: cerca de 1% do PIB para aproximadamente 2,5%, ou acima de 2,5% do PIB, num prazo de dez anos, o que nos levaria a ficar próximos da OCDE, dos países da média da OCDE, de 2,73%, e ainda muito distantes de alguns países como Japão, Coreia, Israel, que estão lá nos 5%. Isso nos daria uma luz, pelo menos, de ir para a frente com a nossa ciência – e isso significa com correlação direta – e para a frente também com o desenvolvimento econômico e social do país. Mas é incrível que isso aqui esteja parado lá na CCJ, porque o Governo não quer que vá para a frente. Parece incrível, o Governo não quer que se desenvolva a ciência no país. Isso não significa aumentar o orçamento simplesmente do Ministério da Ciência e Tecnologia. Isso aí significa, na prática, toda a articulação feita com as empresas, com o setor do terceiro setor, para que investimentos sejam feitos. Então, quando a Samsung, por exemplo, constrói um laboratório lá em Manaus, isso aí é computado; quando o Eldorado constrói um laboratório lá em Campinas, isso é computado. Não é só dinheiro público, isso aí é dinheiro privado – a maior parte vem disso. A gente está na luta, eu e o Izalci, para passar a Lei do Bem também, para melhorar a Lei do Bem, que vai permitir mais investimento privado. Também existe uma resistência, por incrível que pareça.

Eu estou falando essas coisas não é para desanimar ninguém, não; é para dizer que a gente precisa lutar junto para conseguir vencer essas barreiras e colocar o país na direção correta. Nem eu, nem o Izalci temos a caneta de Presidente da República, por exemplo, mas, se nós tivéssemos, podem ter certeza de que a gente iria colocar a ciência, a tecnologia, a educação como prioridade, como merecem em qualquer país que pretenda ser desenvolvido.

Então, eu estou muito feliz de estar aqui hoje comemorando o Dia Nacional da Ciência e do Pesquisador Científico, mas, além da comemoração, é importante que este dia sirva como uma conscientização, para todos que estão nos acompanhando na TV e em todos os lugares, aqui também – obrigado a quem está aqui acompanhando, no Plenário –, e para que todo mundo perceba a necessidade que nós temos. Nós temos um caminho claro a seguir, só precisamos ter coragem para seguir neste país e colocar realmente prioridade nas coisas que são prioritárias. E a ciência e a tecnologia são prioritárias.

Parabéns aos nossos pesquisadores, a todos aqueles que construíram a história e a estrutura da ciência e tecnologia no país, pessoas e instituições que lutaram para que a gente chegasse aonde nós chegamos. Por conta disso, nós temos que ir para a frente. A gente não pode deixar esse legado simplesmente desaparecer no meio da história. A gente precisa, sim, fazer por merecer o respeito dessas pessoas que já partiram.

Então, eu agradeço muito a presença de cada um. A gente vai tocar em frente aqui esta cerimônia, mas eu sempre vou pedir, do esforço de cada um, um pouco a mais. Eu sei que cada um aqui já deu muito pela ciência, mas é para a gente convencer os tomadores de decisão, vamos dizer assim, para que eles tenham ciência da importância da ciência e tecnologia e façam o que falam. Meu pai falava assim: “Você pense, fale e faça tudo na mesma direção, porque, se você fala uma coisa e faz outra, ou se pensa uma coisa e faz diferente, disso aí você vai se arrepender a vida inteira, vai perder a credibilidade”. E o que a gente vê muitas vezes é isto aqui: pessoas que falam uma coisa e fazem outra. Então, a gente tem que



convencê-las do óbvio: que ciência e tecnologia são importantes.

Eu solicito à Secretaria-Geral da Mesa a exibição de um vídeo especialmente preparado para esta sessão, em homenagem aos cientistas brasileiros que fazem da pesquisa um caminho de transformação para o nosso país.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Neste momento, eu gostaria de convidar o Senador Izalci Lucas para algumas palavras.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discursar.) – Boa tarde.

Quero aqui cumprimentar e, ao mesmo tempo, parabenizar o nosso querido Senador Astronauta Marcos Pontes, que representa 50% da bancada da ciência e tecnologia aqui no Senado, por essa iniciativa maravilhosa.

Hoje, sexta-feira, é dia de visitar as bases, né? Os Senadores visitam os Prefeitos, e aqui eu visito os eleitores, mas eu não poderia deixar de passar aqui porque são raros os momentos também de valorização realmente da ciência, da educação e da pesquisa. Então, fiz questão de passar aqui.

Eu fui secretário por dois mandatos. Eu sou contador, sou auditor, não tinha nada a ver com a área de ciência e tecnologia, mas fui convidado para criar a secretaria aqui no DF, fiquei, por dois mandatos, como secretário e vi realmente as dificuldades, primeiro, do nosso sistema – não é, Senador Marcos Pontes? Na iniciativa privada, você faz o que quiser, só não pode fazer o que é proibido; mas, na área pública, você só pode fazer o que é permitido. E, na ciência e tecnologia – eu que fui secretário em 2004, 21 anos atrás –, nada podia ser feito, né? Tudo que você ia fazer: “Não pode, não pode, não pode”. Não se valoriza resultado neste país, valoriza-se a burocracia. O pesquisador pode estar lá com o seu projeto, mas, se mudou um reagente no meio do projeto, ele é penalizado porque mudou o reagente, por mais que tenha um resultado maravilhoso. Agora, se fizer tudo certinho, bonitinho, e não tiver resultado nenhum, parabéns para ele, está tudo certo, depois pode pegar mais recurso.

Então, quando secretário e depois também como Vice-Presidente do Consecti, que é o conselho nacional de secretários, a gente se encontrava praticamente todo mês com as fundações de amparo e também com as universidades e a gente foi percebendo todas as dificuldades, principalmente com o “sistema U”: AGU, CGU, TCU. As dificuldades até hoje ainda permanecem, por mais que a gente tenha buscado resolver esses problemas aqui, e eu vim para a área federal, para o Congresso Nacional com este objetivo, como Deputado e agora como Senador, para buscar realmente melhorar a situação legislativa, para que a gente pudesse fazer as coisas.

Ainda sou da época em que pesquisador era dedicação exclusiva, não podia sequer participar do projeto de pesquisa na sua patente ou nos resultados. Dificilmente você via um pesquisador nas empresas, mesmo sabendo que a inovação está nas empresas, o conhecimento está na universidade. Então, essa aliança não foi uma coisa fácil. Ainda estamos trabalhando nisso, mas a gente vê as dificuldades.

Nós conseguimos colocar a inovação na Constituição, que não tinha. Fizemos toda a mudança do marco de ciência e tecnologia, mudamos muita coisa, como Deputado. Ficou faltando ainda alguma coisa com relação às patentes – algumas coisas –, mas a gente avançou bem, em função das demandas das fundações de amparo, dos secretários, também das universidades. Mas nos deparamos talvez com o maior problema, que é a questão financeira. Eu fiquei aqui, na Câmara Federal, pelo menos uns dez anos, vendo todo ano o recurso ser totalmente contingenciado – noventa por cento do recurso era contingenciado. E com luta, o Marcos Pontes era nosso Ministro, a gente ainda conseguiu aprovar a Lei 177, eu fui o autor da lei, que Marcos Pontes, com muita sabedoria, queria transformar agora numa PEC, com razão, porque lei ordinária aqui, se tiver 21 Senadores, derrubam. Então, a PEC já dá mais consistência e dificilmente



você muda de qualquer jeito.

(Soa a campanha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, a gente avançou muito, mas eu acho que o maior desafio que nós temos – e vocês também – é realmente a popularização da ciência. As pessoas precisam entender a importância da ciência, a importância da inovação, da tecnologia. A China botou recentemente no plano nacional de educação dela, como missão, como objetivo, a tecnologia e a inteligência artificial, como prioridade. Hoje ela disputa com os Estados Unidos, mas a gente perdeu isso. Fizemos isso nos anos 60. Mandamos milhares de jovens estudar no exterior e está aí a Embrapa, que é uma referência internacional. Todo mundo, em qualquer lugar do país, do mundo, conhece a Embrapa. E depois acho que esqueceram e não fizeram mais isso. Aliás, fizeram o Ciência sem Fronteiras. E eu acompanhei bem aqui. Os meninos faziam doutorado na Alemanha – Senador Marcos Pontes –, eu pedi até uma relação dos dessa turma que conseguiram fazer essa... Aí chegavam aqui e tinham que ficar dois anos prestando serviço. Estavam trabalhando com Uber. O cara tinha doutorado em astronomia, aí você via que ele tinha que trabalhar com Uber, porque não tinha, não tem projeto aqui.

Então, a gente não tem política de Estado, a gente tem política de governo. Cada governo que entra acaba com tudo e começa novamente. Isso é um desastre, né? E eu tenho falado nas minhas reuniões: “Ó, quem não gosta de política [porque é comum as pessoas dizerem que não querem saber disso, só tem ladrão, só tem corrupto] vai ser governado por quem gosta. Se você não participa, alguém vai decidir por você”.

Então, nós precisamos – vocês, que são referência, vocês, que são líderes neste país – realmente colocar de uma forma muito intensa essa questão de participação, de popularização da ciência, para a gente começar a criar essa cultura, porque não dá para só eu e o Marcos aqui no Senado, em termos práticos... Porque, em discurso, todos são favoráveis aqui, 100% são favoráveis à educação, saúde, ciência e tecnologia, mas, na hora do vamos ver, fica em último lugar. E com razão, porque quando o recurso é pequeno, chega aqui o Prefeito, vem aqui no ministério e o ministério diz assim: “Olha, se você investir em infraestrutura, é um para vinte. Para cada R\$1 que você investir, nós colocamos R\$20”. Aí, chega na ciência, não tem contrapartida ou, se tem, é um para um, um para dois, não é? E aí, o que o Prefeito faz? Vai botar onde tem mais contrapartida. O Governador vai colocar onde tem mais contrapartida.

Então, a gente precisa discutir isso, precisa participar disso. E vocês têm credibilidade para a gente poder realmente fornecer esse trabalho e avançar muito.

Mas, Marcos Pontes, parabéns. Os nomes já foram citados aqui, sintam-se todos cumprimentados – acho que todos aqui merecem –, sintam-se cumprimentados por mim, porque vocês são heróis neste país.

Eu estava agora, de manhã, numa escola lá no Gama. Fizeram um foguete – viu, Marcos? – de plástico, de PET. Eles arremessavam lá com 400m, 500m. Vão disputar agora. É uma PET, um refrigerante com, acho que, vinagre com carbonato, bicarbonato. Aí dá uma pressão danada, um negócio maravilhoso.

Hoje você não tem ciência nas escolas. Essa é uma exceção. A maioria das escolas não tem mais laboratório de ciência. Como é que nós queremos difundir ciência, botar os jovens, se a gente não tem sequer nas escolas públicas laboratório de ciência?

Parabéns a todos. Feliz Dia Nacional da Ciência e do Pesquisador, que é dia 8. Sintam-se todos cumprimentados. Vida longa para todos!

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senador Izalci Lucas. Aqui 100% da bancada da ciência e tecnologia aqui no Senado... E também, ele não falou, mas também existe um outro projeto que a gente colocou – está passando aqui



agora, ele é o Relator, inclusive – para se destinar uma parte dos recursos do FNDCT – parece óbvio também – para divulgação, para promoção e popularização da ciência. A gente precisa trazer novos talentos, isso é importante e geralmente essas coisas são esquecidas. E é difícil depois a gente convencer os jovens, principalmente as meninas, na ciência. A gente precisa trazer mais mulheres para a ciência. O número, o percentual ainda é muito baixo. A gente precisa trazer, convencer as meninas a participarem mais da ciência.

Eu concedo a palavra à Sra. Mercedes Maria da Cunha Bustamante, Vice-Presidente Regional da Academia Brasileira de Ciências, por cinco minutos.

A SRA. MERCEDES MARIA DA CUNHA BUSTAMANTE (Para discursar.) – Boa tarde. Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes. Eu inicio cumprimentando o Senador Marcos Pontes, a quem eu já agradeço pelo convite de participar desta cerimônia. Na sua pessoa, também cumprimento a todos os colegas da mesa. Em nome da Academia Brasileira de Ciências, eu agradeço o convite para compor a mesa de honra da sessão especial de comemoração do Dia Nacional da Ciência e do Pesquisador Científico.

Eu inicio essa fala já com a nossa mensagem principal. A ciência é a nossa bússola indispensável e deve ser prioridade de financiamento em uma era de desafios globais. Estamos em uma encruzilhada sem igual na história da humanidade. Nosso planeta responde a um clima em transformação, elevação do nível do oceano, intensificação dos eventos extremos, mudança de ecossistemas, perda de biodiversidade. Ainda a recente pandemia de covid-19 e a propagação da gripe aviária nos lembram de nossa vulnerabilidade interconectada. As desigualdades se aprofundam, ameaçando a coesão social. A segurança alimentar persiste, enquanto os recursos diminuem. Novas tecnologias surgem a um ritmo veloz, prometendo progresso, mas também apresentando profundas questões éticas e sociais.

Diante da complexidade e múltiplos desafios globais e de desenvolvimento, temos uma ferramenta indispensável: a ciência. A ciência não é apenas uma coleção de fatos em livros didáticos ou experimentos em laboratórios distantes. É um processo de investigação dinâmico e autocorretivo. É a busca rigorosa da compreensão das leis fundamentais que regem nosso universo, nosso planeta e nós mesmos. E o mais importante, é o mecanismo que transforma esse entendimento em soluções. A mudança climática não é uma crença, é uma realidade física medida e modelada por cientistas do clima. Para enfrentá-la, são necessários avanços em energia renovável, captura de carbono, agricultura sustentável e infraestrutura resiliente, todos nascidos da pesquisa científica.

Quando a próxima pandemia surgir, ela não será derrotada pela retórica, mas por epidemiologistas que rastreiam sua propagação, por virologistas que decifram a estrutura de vírus e por imunologistas que desenvolvem vacinas e terapias em uma velocidade sem precedentes. Tudo isso alimentado por décadas de pesquisas prévias e fundamentais.

A ciência feita para pessoas e por pessoas é a pedra angular do progresso. Ela sustenta os avanços na medicina, erradicando doenças, prolongando vidas saudáveis. A ciência agrícola desenvolve culturas resistentes à seca e práticas agrícolas sustentáveis para alimentar uma população crescente. A ciência dos materiais cria blocos de construção mais leves, mais fortes e mais baratos para a infraestrutura. As tecnologias digitais, com base na ciência da computação e na engenharia, conectam comunidades, democratizam as informações e criam novas oportunidades econômicas. As ciências ambientais que nos indicam que somos dependentes das interações de milhares de espécies em ecossistemas complexos. A ciência é a chave para desbloquear as metas de desenvolvimento sustentável.

À medida que a inteligência artificial, a engenharia genética e outras tecnologias poderosas remodelam o nosso mundo, precisamos da ciência não apenas para criá-las, mas também para entender as suas implicações.



Cientistas sociais, especialistas em ética e filósofos que trabalham ao lado de engenheiros e biólogos são essenciais para orientar a inovação responsável, garantindo que a tecnologia sirva a humanidade e não o contrário. A ciência fornece a base de evidências para decisões políticas sólidas em tudo, desde a saúde pública até a estratégia econômica. Trata-se de desenvolvimento responsável para uma sociedade mais justa. Mas esse motor vital, a ciência, não funciona apenas com boa vontade. Ela exige financiamento constante, robusto e previsível, instituições sólidas e formação contínua de recursos humanos.

Por que o financiamento é tão essencial? Aqui eu elenco algumas das razões.

Primeiro, esse jogo é longo: as verdadeiras descobertas...

(Soa a campanha.)

A SRA. MERCEDES MARIA DA CUNHA BUSTAMANTE – ... raramente acontecem da noite para o dia. A tecnologia de RNA mensageiro por trás das revolucionárias vacinas de covid-19 não foi inventada em 2020, foi resultado de décadas de pesquisa com recursos públicos muito antes de a pandemia tornar-se urgente. Telescópios de última geração que sondam as origens do universo, colisores de partículas que desvendam os segredos da matéria, tudo isso exige investimento contínuo durante anos e até mesmo gerações. Os ciclos de financiamento de curto prazo matam as descobertas de longo prazo.

O talento deve ser incentivado: o progresso científico é impulsionado por mentes brilhantes e curiosas. Um robusto financiamento científico atrai e retém os melhores talentos, pesquisadores, técnicos e estudantes.

Infraestrutura e ferramentas são essenciais: a ciência moderna depende de uma infraestrutura sofisticada, desde sequenciadores de genes a supercomputadores, até navios de pesquisa e redes de satélites. Não é possível explorar as novas fronteiras do conhecimento com ferramentas desatualizadas.

(Soa a campanha.)

A SRA. MERCEDES MARIA DA CUNHA BUSTAMANTE – Já vou encerrando aqui.

Abordar as incógnitas desconhecidas: algumas das descobertas mais transformadoras vêm da exploração do que parece obscuro, impulsionadas pela mera curiosidade. Financiar a pesquisa básica, a ciência em prol da compreensão, é um investimento em soluções imprevistas. Não sabemos qual descoberta aparentemente de nicho resolverá a crise de amanhã. Cortar esse financiamento é como recusar a comprar um mapa porque você não sabe exatamente qual estrada irá precisar.

Eu deixo aqui, então, a mensagem de que defendemos a ciência não como um luxo, mas como uma necessidade básica e demandamos de todas as esferas de Governo e do nosso setor privado que se comprometam com o financiamento constante da ciência, que promovam a colaboração apoiando a pesquisa internacional e interdisciplinar.

A ciência é nosso esforço humano e compartilhado. Ela dissipa a ignorância, constrói a resiliência e nos guia em direção a um futuro melhor, mais sustentável e mais equitativo para todos.

(Soa a campanha.)

A SRA. MERCEDES MARIA DA CUNHA BUSTAMANTE – Vamos financiá-la não apenas de forma adequada, mas de forma ambiciosa. O nosso futuro depende literalmente disso.

Agradeço mais uma vez a oportunidade e o tempo dispensado aqui. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado à Sra. Mercedes Maria da Cunha Bustamante, Vice-Presidente Regional da Academia Brasileira de Ciências.

Pego desculpas pela campanha, mas é assim mesmo, ela toca automaticamente aqui. Então, não é



ninguém apressando, não. (*Risos.*)

Parabéns pelas palavras. Realmente, simplesmente é assim: não existe outro caminho que não seja pela ciência. Ponto, não é? Não tem como.

Eu gostaria de agradecer às pessoas que comparecem, neste momento, na galeria aqui do Senado. Parabéns, sejam bem-vindos no Dia Nacional da Ciência e do Pesquisador Científico!

Concedo a palavra ao Sr. Osvaldo Moraes, Secretário Substituto de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, representando a Secretária Andréa Brito Latgé, por cinco minutos.

O SR. OSVALDO MORAES (Para discursar.) – Boa tarde a todos e a todas, senhoras e senhores; Sr. Presidente requerente desta sessão, Senador Astronauta Marcos Pontes – eu gostaria de parabenizá-lo por essa iniciativa –; Sr. Diretor do Centro Tecnológico da Marinha do Rio de Janeiro, Contra-Almirante Marcos Cavalcante; Sr. Vice-Presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, aqui representando o Confap (Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa); Reitora da Universidade Estadual Paulista, Maysa Furlan – eu sou professor do programa de pós-graduação em desastres na Unesp –; minha amiga Mercedes Bustamante, Vice-Presidente Regional da Academia Brasileira de Ciências.

Eu gostaria, antes de fazer a minha saudação para a ciência e para os cientistas, de fazer uma pequena reflexão sobre a minha trajetória nesse meio. Eu sou Professor da Universidade Federal de Santa Maria, mas estou de alguma maneira nesse meio de gestão de ciência há aproximadamente quase 15 anos, quando eu fui Coordenador-Geral do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Inpe, depois, passei um tempo aqui no Ministério da Ciência e Tecnologia, vindo a convite do então Secretário Carlos Nobre, quando o Ministro Marco Antonio Raupp, e naquela oportunidade eu substituí a Mercedes Bustamante na diretoria da então Ceped.

Eu não vou fazer nenhum comentário a respeito da realidade da ciência no Brasil, porque isso é por demais conhecido e seria repetitivo. O Ministro, hoje Senador, na sua introdução, já fez uma digressão sobre os desafios que nós pesquisadores e cientistas enfrentamos. E isso é alguma coisa que a gente está quase num regime estacionário. Não é um regime de transição, mas nós precisamos encontrar uma maneira de ampliar os investimentos em ciência e tecnologia no país. E por que a gente precisa fazer isso? Não é apenas para possibilitar que o Brasil se torne um *player* importante no mundo acadêmico, no mundo científico e no mundo desenvolvido, mas é porque nós enfrentamos neste momento algumas peculiaridades que requerem o uso da ciência como uma ferramenta poderosa para nós enfrentarmos o negacionismo.

E, quando eu falo em negacionismo, não estou apenas falando no negacionismo climático, eu estou inclusive falando do negacionismo que se propaga através das *fake news*. E por que eu falo isso? Porque, se nós fôssemos fazer uma reflexão sobre qual foi a maior contribuição que a ciência deu para a humanidade, talvez cada um de nós tivéssemos uma ideia de que a ciência contribuiu para a humanidade, no exemplo mais recente, que foi o desenvolvimento super-rápido das vacinas que salvaram milhões de pessoas no planeta; talvez nós pudéssemos também refletir sobre o desenvolvimento tecnológico, que levou ao desenvolvimento da capacidade de nós nos comunicarmos imediatamente com qualquer pessoa não apenas neste planeta, mas com pessoas que estão fora deste planeta. O desenvolvimento, hoje, da agricultura possibilita que nós alimentemos bilhões de pessoas nesse mundo. Tudo isso é resultado da ciência, não tem dúvida nenhuma disso.

Mas existe, talvez, outra contribuição que a ciência deu para a humanidade que é, no meu ponto de vista, superior a essas que eu citei: o método científico. O método científico é alguma coisa tão poderosa, tão poderosa, que nós não nos damos conta do que ele representa. O método científico é aquilo que possibilita que nós separemos os charlatões de quem fala com capacidade e baseado em evidências.



Tem um exemplo que eu costumo dar para os meus alunos que é a resistência que Einstein teve logo que ele estava desenvolvendo a teoria da relatividade.

(Soa a campanha.)

O SR. OSVALDO MORAES – Ele estava desenvolvendo a teoria da relatividade, ou melhor, havia desenvolvido a teoria da relatividade antes de o nazismo se colocar na Alemanha. E, naquela oportunidade, havia um grande cientista que foi um dos pais da mecânica quântica, que era alemão, e ele e outros cientistas escreveram um livro que se chamava *100 Cientistas contra Einstein*. A resposta do Einstein mostra exatamente o que eu quis dizer com a contribuição do método científico. A resposta dele foi exatamente a resposta de uma mente brilhante: “Se eu estiver errado, não precisa cem, basta um”. Ou seja, eu acho que, quando nós temos uma arma poderosa para enfrentar esses momentos por que nós estamos passando hoje, que são de extrema sensibilidade para o planeta e para a sustentabilidade da raça humana, nenhuma...

(Soa a campanha.)

O SR. OSVALDO MORAES – ... outra arma é mais poderosa e apropriada do que a ciência.

Então, nesse momento, hoje, trabalhando no Ministério de Ciência e Tecnologia, eu gostaria, em nome do Ministério de Ciência e Tecnologia, de parabenizar todos os cientistas brasileiros pela sua resiliência.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Osvaldo Moraes, Secretário Substituto de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, representando a Secretária Andréa Brito Latgé.

Aliás, o Osvaldo tem um trabalho magnífico lá no Cemaden também – ele foi Diretor do Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais). Durante o meu tempo ali no ministério, a gente procurou ampliar a estrutura, mas muita coisa precisa ser feita ainda. E esse centro é essencial, principalmente com as mudanças climáticas – que tem gente que insiste em falar que não existem –, que dificultam a vida em tantos locais. Então, o trabalho deles é essencial para se ter alguma antecipação, mas, além disso, é necessário também que as autoridades trabalhem no planejamento dessas situações. Esse também é outro ponto.

Eu converso com muitos Prefeitos, e uma das perguntas que eu faço é: como está a sua cidade em termos de planos de contingenciamento, plano de prevenção, plano de preparação, plano de resposta, plano de recuperação? Geralmente, a resposta é zero.

Concedo a palavra ao Sr. Paulo Nicholas de Freitas Nunes, Vice-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal e representante do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, por cinco minutos.

O SR. PAULO NICHOLAS DE FREITAS NUNES (Para discursar.) – França, 1799: Napoleão Bonaparte havia acabado de se autointitular imperador e assumir o poder naquele país, onde, dez anos antes, havia sido iniciada a Revolução Francesa, acabando com a nobreza. Uma das primeiras medidas tomadas por Napoleão Bonaparte naquele momento foi dar títulos de nobreza aos engenheiros e aos indutores da tecnologia e da inovação naquele país. O resultado é claro, catapultou-se a França, a partir daquela época, no alvorecer do século XVIII, para ser o que é até hoje, uma das grandes potências do mundo, dando títulos de nobreza aos cientistas.

Senador Astronauta Marcos Pontes, demais autoridades presentes, ainda que o objetivo aqui seja muito menos dramático, ele é de igual importância – dar notoriedade e conferir a importância necessária para a ciência e especialmente para o pesquisador científico. A ciência hoje, desde então, na Era Moderna,



é um instrumento de soberania, de desenvolvimento, de combate à pobreza, e mais, de sobrevivência. Nós só conseguimos ser 8 bilhões, talvez 9 bilhões de habitantes no planeta, graças à ciência e graças ao pesquisador científico.

Hoje, a ciência é o nosso soldado. Antigamente, precisávamos de armas; hoje, a gente precisa de ciência e de tecnologia. O cientista hoje é nossa ponta da lança, é o nosso último escudo, é o nosso instrumento de defesa contra desmandos, contra doenças e contra dominação. Por isso a importância de se comemorar e de se dar importância ao dia de hoje, valorizando, definindo metas e cobrando dos nossos governantes verba, estratégia e, mais ainda, a importância que a ciência e o pesquisador científico devem ter nos dias de hoje.

Por isso, estou aqui representando o Confap, que é o Conselho Nacional das Fundações de Apoio à Pesquisa. Para quem não sabe, cada estado do Brasil e o Distrito Federal possuem uma fundação de apoio à pesquisa, uma fundação estadual – e aqui, no Distrito Federal, no caso, distrital –, cuja parte do orçamento é destinada unicamente para o investimento em ciência, tecnologia e inovação. E juntos formamos o Confap, que é o conselho dessas fundações.

Estou aqui hoje representando o nosso Presidente, Márcio de Araújo Pereira, e, em nome dos 27 representantes de fundações de apoio à pesquisa do Brasil, reafirmo o nosso apoio à ciência mais plural, mais impositiva e mais digna para todo o Brasil.

Vou acabar por aqui, porque dizem que discurso bom é discurso pequeno e, se for pequeno, não precisa nem ser bom.

Muito obrigado a todos e uma boa sexta-feira. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado pelas palavras, Paulo Nicholas de Freitas Nunes, Vice-Presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal e representante do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, que faz um trabalho muito importante, porque a gente, quem está no estado, sabe da necessidade.

Esse trabalho de coordenação é uma das dificuldades que a gente sempre tem no Ministério de Ciência e Tecnologia, poder coordenar a ciência do Brasil como um todo. Para isso, as fundações são essenciais.

Eu concedo a palavra ao Sr. Contra-Almirante Marcos Fricks Calvalcante, Diretor do Centro Tecnológico da Marinha, no Rio de Janeiro, celebrando a memória do Almirante Álvaro Alberto, que viveu de 22/04/1889 a 31/01/1976.

O SR. MARCOS FRICKS CAVALCANTE (Para discursar.) – Sr. Presidente, requerente desta sessão, Senador Astronauta Marcos Pontes, na pessoa de quem cumprimento os demais Parlamentares e funcionários do Senado aqui presentes, pesquisadores e cientistas; Vice-Presidente Regional da Academia Brasileira de Ciências, Profa. Mercedes Maria; Presidente do CNPq, Dr. Ricardo Magnus; Secretário Substituto da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos do MCTI, Sr. Osvaldo Moraes; Vice-Presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, Sr. Paulo Nicholas de Freitas Nunes; e Reitora da Unesp, Sra. Maysa Furlan, meu cordial boa tarde a todos.

O Dia Nacional da Ciência e do Pesquisador Científico, celebrado no dia 8 de julho, reporta-se à criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em 1948. A data é um reconhecimento simbólico da importância da ciência e da pesquisa para o desenvolvimento do país, bem como uma homenagem aos pesquisadores e cientistas que contribuíram e contribuem para o avanço do conhecimento em nosso país, visando ao progresso social e dos nossos cidadãos.

A ciência nacional é feita de heróis e, entre eles, destaco alguns nomes conhecidos de todos, como Cesar Lattes, Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Adolfo Lutz, Vital Brazil e, com especial deferência, o grande



marinheiro e cientista Almirante Álvaro Alberto de Motta e Silva, fundador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Comissão Nacional de Energia Nuclear, Presidente da Academia Brasileira de Ciências em dois mandatos, e hoje empresta seu nome ao principal prêmio em ciência e tecnologia no país, outorgado anualmente pelo CNPq/MCTI, com a colaboração da Marinha do Brasil.

Deste e tantos outros pioneiros, recebemos como legado os avanços científicos, os exemplos de dedicação e as instituições estabelecidas, além daquelas já mencionadas, tantas outras que hoje formam a base de sustentação da nossa ciência. Em especial deferência, cito a criação do Instituto de Pesquisas da Marinha, em 1959, no Rio de Janeiro; a criação do Centro de Análise de Sistemas Navais, em 1975, também no Rio de Janeiro, que completou, no dia 9 de junho, seu jubileu de ouro; e a criação do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira, em 1984, em Arraial do Cabo, no Rio de Janeiro.

Hoje, orgulho-me de dirigir o Centro de Tecnológico da Marinha, no Rio de Janeiro, que congrega essas três instituições de ciência e tecnologia, de tradição na área de defesa e dos recursos do mar. A Marinha do Brasil tem ainda o Centro Tecnológico da Marinha, em São Paulo, que juntamente com a Diretoria de Desenvolvimento Nuclear da Marinha se debruçam sobre o Programa Nuclear da Marinha, que já desenvolveu o projeto de enriquecimento de urânio por ultracentrifugação e se encontra rumo ao nosso primeiro submarino de propulsão nuclear convencionalmente armado, seguindo as águas do idealizador desse programa, o Almirante Álvaro Alberto.

De fato, a Marinha congrega 15 instituições de ciência e tecnologia subordinadas ou vinculadas à nossa Diretoria de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha, sob o comando do Almirante de Esquadra Alexandre Rabello de Faria. Desde a criação do Instituto de Pesquisas da Marinha, foram 66 anos...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS FRICKS CAVALCANTE – ... de dedicação e árduo trabalho de gerações de brilhantes pesquisadores civis e militares, apoiados pelo sistema administrativo e operacional da Marinha.

Graças a esse esforço, a Marinha do Brasil se modernizou incluindo conteúdo local, dentro de suas limitações orçamentárias e restrições geopolíticas, e ousou adentrar o restrito clube de países que produzem e operam o principal poder dissuasório existente, o submarino de propulsão nuclear.

Além de sua responsabilidade como poder naval, a Marinha tem um papel determinante na área social, em particular nos rincões mais isolados do nosso país, pois lá também a ciência e tecnologia se fazem presentes, seja em missões da própria Força, seja em apoio a missões civis em cooperação. Estamos presentes em diversas demandas de avanço do conhecimento emanadas...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS FRICKS CAVALCANTE – ... da sociedade, com participação relevante ou liderança, como nos estudos de poluição ambiental no mar, fruto de um derramamento criminoso de óleo bruto em nossa costa em passado recente. Atuamos no gerenciamento da Consciência Situacional da Amazônia Azul, que nos possibilita monitorar em tempo real atividades de interesse, prevenindo ilícitos, protegendo infraestruturas e recursos naturais e assegurando a presença do Estado, permitindo o exercício da soberania nas águas jurisdicionais brasileiras.

Lembremos também a liderança da Marinha no Programa Antártico Brasileiro (Proantar), que tem por objetivo a promoção de pesquisa científica diversificada e de alta qualidade na região Antártica, desde que o Brasil aderiu ao Tratado da Antártica em 1975. Esse apoio ganhou ainda maior vulto com a reinauguração em 2020...



(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS FRICKS CAVALCANTE – ... da Estação Antártica Comandante Ferraz.

Projetos em desenvolvimento como o Multidata Link Processor permitirão uma maior flexibilidade na utilização de enlace de dados de fabricantes diferentes, permitindo, assim, um aumento da consciência situacional no teatro de operações conjuntas entre as três Forças.

O desenvolvimento do veículo de superfície não tripulado com capacidade autônoma permitirá a aplicação em diversos cenários, acompanhando a evolução tecnológica dessa área estratégica.

O desenvolvimento de sistemas para análises operacionais dos meios navais e o desenvolvimento de sistema de integração e controle de máquinas dos navios também são produtos desenvolvidos nas nossas instituições de ciência e tecnologia.

No campo da biotecnologia marinha, o Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira possui cursos de pós-graduação nos níveis de mestrado e doutorado, desenvolve estudos relevantes em parceria com a academia, além de desenvolver...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS FRICKS CAVALCANTE – ... programas de acústica submarina importantes para o acompanhamento da biodiversidade marinha.

A Marinha encontra-se de portas abertas para toda a comunidade científica nacional, tanto para parcerias em projetos de pesquisa conjuntos, em muitos casos com dualidade importante para nossas missões, quanto para ações sociais e humanitárias dentro do escopo de ação da Força.

Nossa vibrante atuação na Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como diversos pleitos recentes junto aos órgãos de fomento federais e estaduais, demonstra a maior inserção da Marinha na rede nacional de pesquisas e pesquisadores.

Em todas essas ações, tem sido fundamental e sempre lembrada a iniciativa do nosso Congresso para preservar os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico dos frequentes contingenciamentos que ocorreram ao longo de sua existência.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS FRICKS CAVALCANTE – Hoje, sanadas em parte as dificuldades de suporte financeiro, principalmente pelos programas da Finep/MCTI, esforçamo-nos diante das dificuldades enfrentadas com as sucessivas perdas de pesquisadores por aposentadoria, em particular os civis, que não tiveram reposição por concurso nos últimos tempos.

Por outro lado, temos acumulado bolsistas de pós-doutorado, sem perspectivas de contratação formal por falta de oportunidades, que são eventualmente perdidos para o mercado de trabalho em geral, sem conexão com sua formação avançada de alto custo e duramente obtida, quando não são, mais lamentavelmente ainda, perdidos para o exterior. Esse é um problema comum à maioria das instituições de ciência e tecnologia públicas, que merece um olhar mais cuidadoso.

A ciência é movida por desafios, e, para enfrentá-los, precisamos dos profissionais mais qualificados para tal, com entradas mais previsíveis, naturalmente por concorrência, para sua fixação funcional.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS FRICKS CAVALCANTE – As universidades, os institutos de pesquisa, os centros de inovação, os órgãos de governo e as empresas de tecnologia dividem essa angústia relativa à necessidade de um plano nacional para incremento na formação e aproveitamento dos nossos melhores cérebros com especialização avançada dentro do nosso país.



Por fim, quero externar o agradecimento da Marinha do Brasil ao honroso convite desta Casa, para trazer a nossa contribuição a esta importante homenagem. Estamos sempre à disposição do nosso Legislativo para quaisquer ações em prol do nosso país e da nossa sociedade, dentro de nossas competências.

Termino com uma frase do Almirante Álvaro Alberto, que expressa algo que já não mais se questiona...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS FRICKS CAVALCANTE – ... mas que precisa ser lembrado a cada oportunidade, para não perder a sua importância em sua essência: “Acreditamos que a ciência e a tecnologia são os principais instrumentos para a construção de um Brasil forte e desenvolvido”.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado ao Sr. Contra-Almirante Marcos Fricks Cavalcante, Diretor do Centro Tecnológico da Marinha no Rio de Janeiro, celebrando a memória do Almirante Álvaro Alberto.

No momento, eu concedo a palavra à Sra. Maysa Furlan, Reitora da Universidade Estadual Paulista (Unesp), por cinco minutos. *(Pausa.)*

A SRA. MAYSA FURLAN (Para discursar.) – Boa tarde a todas as pessoas presentes.

Eu gostaria, de um modo muito especial, de cumprimentar o nosso querido Senador Astronauta Marcos Pontes, não só pelo evento, mas por tudo que dedicou à ciência e tecnologia do nosso país.

Eu gostaria também de cumprimentar o Contra-Almirante Marcos Fricks Cavalcante; cumprimentar o Sr. Paulo Nicholas de Freitas Nunes, representando aqui o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – eu penso que essas fundações, hoje muito mais sólidas, representam um papel importante na ciência brasileira, especialmente no financiamento das pesquisas e bolsas para a formação de recursos humanos –; a Profa. Mercedes Bustamante, é um prazer enorme revê-la; e o nosso Osvaldo Moraes. Ele me disse aqui que é nosso Professor lá da Unesp. Então, é um prazer enorme também conhecê-lo.

Bem, eu gostaria de começar hoje...

Eu gostaria antes também de saudar a todos vocês, especialmente os nossos pesquisadores, e louvar aqui o Dia Nacional da Ciência.

Quando se fala em ciência, no mundo atual, neste novo mundo em que nós vivemos, ela nos remete a este século XXI, repleto de desafios, os quais nós temos que romper, e a ciência é a válvula propulsora para que a gente avance em várias questões que são fundamentais e que nós já estamos vivenciando. Nós vivenciamos hoje desafios relacionados às mudanças climáticas, como nosso Senador já citou; nós enfrentamos desafios hoje com a transição energética – esse é um desafio fenomenal, e o Brasil hoje desponta como nação soberana nesse campo, mas nós temos muito o que avançar –; e há a inteligência artificial, que nós estamos vivenciando, e temos que criar neste país políticas para que a gente possa falar sobre inteligência artificial, discutir inteligência artificial e usá-la, com respeito à ética, mas usando também a nossa língua. Então, nós temos desafios fenomenais que nós temos que romper. E todos esses desafios nós temos que romper com o compromisso estrito social.

Então, a universidade, nessa perspectiva... E aqui eu venho representando uma universidade que preza pelo compromisso social, uma universidade que hoje se insere não só no país, mas no mundo de organismos internacionais, visando adotar, nos seus mecanismos de ensino, pesquisa, extensão e gestão, a sustentabilidade.

(Soa a campanha.)



A SRA. MAYSA FURLAN – Hoje nós temos...

Já falei cinco minutos? (*Risos.*)

Hoje nós estamos avançando para incluir a nossa universidade num projeto internacional – nós já temos outras universidades também do país –, que é o Zero Campus, que traz aí a concepção de carbono zero. Então, nós estamos aí com um projeto, e um projeto de ações. Nós temos aí que avançar de forma, eu acho, bastante incisiva na formação de recursos humanos aderentes a essas questões sociais, essas questões que nos desafiam aí num século repleto de, eu penso... questões que vão muito além dessas, que eu gostaria de chamar aqui também de questões geopolíticas, que são fundamentais.

Então, assim, nós vamos vivenciar um novo mundo com essas questões em que a ciência avança, e a ciência vai ter um papel fundamental também para conversar com esse mundo, que, do ponto de vista geopolítico, se transforma também. E nós vamos ter, em pouco tempo, eu penso, um círculo transformando a geopolítica desse novo mundo.

Então, eu gostaria aqui de dizer que a universidade, a Unesp, se sente muito honrada de estar aqui. Ela preza pela formação dos seus recursos humanos. Nós formamos 1,2 mil doutores por ano. Somos hoje o segundo programa de pós-graduação em número...

(*Soa a campanha.*)

A SRA. MAYSA FURLAN – Somos a segunda universidade em termos de programa de pós-graduação que forma doutores, doutores em áreas estratégicas para este país. Formamos aí quase 6 mil graduados. Somos uma universidade incrível, uma universidade que permeia todo o Estado de São Paulo, então ela tem *campus* por todo o Estado de São Paulo e tem uma presença regional transformadora nesses municípios, não só do ponto de vista acadêmico e científico, mas também do ponto de vista econômico. Então, a Unesp tem um papel fundamental no Estado de São Paulo e um papel fundamental também neste país e tem um *campus* na cidade natal do nosso Senador, que é Bauru.

Então, eu gostaria de dizer que...

(*Soa a campanha.*)

A SRA. MAYSA FURLAN – ... os cientistas, os pesquisadores cientistas e a ciência são hoje as válvulas propulsoras para que a gente possa avançar nessas questões fundamentais, com base numa ciência que nós já alicerçamos e temos que preservar.

Eu só queria falar uma última coisinha aqui. Todos nós falamos, todos falaram e eu gostaria de colocar a importância do FNDCT. E nós estamos muito preocupados agora com a Cide – todos nós, não é, Senador? A Cide tem um papel fundamental nesses projetos importantes não só para a ciência, mas também para todos esses outros desafios que se colocam para o Brasil. Então se nós imaginarmos que nós não vamos levar em consideração processos e também serviços financiados pela Cide, mas só a aquisição de bens físicos, a ciência brasileira vai sofrer muito, porque a Cide é responsável por quase 74% da verba do FNDCT.

Então, eu conclamo todos a um movimento de conscientização. Eu penso que essa questão é importante. Já falamos aqui do letramento científico, que é importante para nossa sociedade, para que ela veja sentido na ciência, mas eu conclamo todos a defender o FNDCT da forma como ele se encontra hoje, e que a Cide seja realmente também voltada a processos e serviços, que são tão importantes...

(*Soa a campanha.*)

A SRA. MAYSA FURLAN – ... para o seu desenvolvimento.

Muito obrigada!



Parabéns a todos os cientistas, parabéns à ciência! Eu sempre fecho os meus discursos – que eu nunca preparo, vocês viram, eu falo sempre de improviso – com um viva à ciência e um viva aos nossos pesquisadores.

Muito obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado à Magnífica Reitora Maysa Furlan, Reitora da Universidade Estadual Paulista (Unesp), lá do meu Estado de São Paulo.

Só queria fazer um comentário; aliás, dois, porque eu acabei não falando sobre a Marinha também.

As Forças Armadas obviamente têm um papel muito maior do que simplesmente o de defesa nacional. Elas participam do dia a dia da integração do país nos lugares mais difíceis, mais distantes. E o desenvolvimento de tecnologia que se faz nas três Forças é primordial. A Marinha do Brasil tem suportado, apoiado o programa nuclear desde o início, e isso tem que ser levado em conta. Nós estamos trabalhando agora com a Marinha, inclusive, para uma legislação apropriada para isso, assim como com a Força Aérea com o programa espacial, com o Exército com a defesa cibernética. E tudo o que é desenvolvido tem uma dualidade, que é muito importante. Então, quero parabenizar a Marinha pelo trabalho que faz no dia a dia pela ciência do Brasil.

E quero parabenizar a nossa Unesp, né? A Unesp é uma universidade que eu considero extremamente operacional. Entendam o que quer dizer operacional: que as pesquisas andam ali e se transformam, se transformam rapidamente em nota fiscal, empregos e dão o resultado que a população espera. Então é uma coisa muito importante. Estavam aqui outro dia o Prof. Rui Seabra também e o Prof. Benedito ali do Cevap de Botucatu, que fazem um trabalho também muito bonito lá. É importante a gente conhecer as nossas universidades, saber que, obviamente, a pesquisa básica depende das universidades – mais de 90% –, mas também muita coisa sai das universidades para a sociedade. É importante sempre lembrar isso.

Eu concedo a palavra ao Sr. Marcelo Marcos Morales, representante da Academia Nacional de Medicina, por cinco minutos.

O SR. MARCELO MARCOS MORALES (Para discursar.) – Boa tarde a todas as pessoas presentes, ao Sr. Senador Astronauta Marcos Pontes, Presidente desta sessão; à Profa. Mercedes Bustamante; ao Dr. Ricardo, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que vai estar aqui, que vai estar aqui, segundo a assessoria; o Osvaldo – Dr. Osvaldo –, que sempre trabalhou conosco no desenvolvimento da ciência e tecnologia; o Dr. Paulo Nicholas de Freitas Nunes, representante da Confap; o Contra-Almirante – parabéns! –, pela Marinha, e sustentáculo também da ciência e tecnologia; e a nossa Profa. Maysa Furlan, pela nossa Universidade Estadual Paulista.

Eu falo aqui, hoje, em nome da Academia Nacional de Medicina, que é, antes de tudo – eu queria fazer um relato histórico da academia –, uma instituição, Senador, fundada há quase dois séculos, em 1829, por um decreto imperial. Essa casa da ciência nasceu com a missão de respaldar as decisões de Estado com conhecimento técnico e científico para definir e ajudar nas decisões do Imperador. Desde então, nós mantemos na academia a nossa vocação, que é servir ao Brasil pelo saber e ao saber pela ética.

Celebrar hoje o Dia Nacional da Ciência e do Pesquisador nesta Casa, no Senado Federal, não é apenas um ato simbólico, é um gesto civilizatório. É afirmar que o conhecimento deve ser ouvido não apenas em momentos solenes, mas na tessitura cotidiana das políticas públicas, nas quais se moldam os destinos da nossa nação.

Vivemos hoje um momento crucial, o país está desafiado a transformar o conhecimento acumulado em decisões estruturantes, e, para isso, nós precisamos mais do que laboratórios produtivos e universidades resilientes, nós precisamos de um pacto entre a ciência e o Estado. Esse pacto começa a se fortalecer por ações legislativas, e elas precisam ser concretas.



E nós temos acompanhado com atenção, Senador, o conjunto de propostas que revelam uma disposição para o diálogo com a ciência, muitas delas de autoria inequívoca de V. Exa., Senador Astronauta Marcos Pontes. Eu me refiro ao Projeto de Lei 2.294, de 2024, que trata do Exame Nacional de Proficiência Médica. Esse PL, que propõe o Exame Nacional de Proficiência Médica, trata de um tema muito delicado, mas necessário, em uma era de expansão desenfreada de cursos, em que não basta formar médicos, é preciso formar bem.

A Academia Nacional de Medicina tem reiterado que a excelência em saúde começa pela formação médica e de qualidade, e qualidade exige avaliação. Não se trata de punir, mas de proteger, e proteger a sociedade, proteger o Sistema Único de Saúde e proteger, principalmente, a dignidade da própria medicina e do cidadão que mais precisa do serviço do Sistema Único de Saúde.

Também observamos com interesse, Senador, o debate sobre a regulação da inteligência artificial, o Projeto de Lei 2.338, de 2023.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCELO MARCOS MORALES – A tecnologia, cada vez mais presente no diálogo, no cuidado, na gestão hospitalar, precisa de um marco que garanta ética, responsabilidade e humanidade. Regulamentar a inteligência artificial não é limitar o futuro do seu desenvolvimento tecnológico, é qualificá-lo. E a medicina jamais abrirá mão da centralidade do ser humano.

A prevenção, princípio fundamental da medicina, também se traduz na política pública. O Projeto de Lei 5.002, de 2023, ao propor uma política nacional de gestão de risco de desastres naturais – que teve contribuição aqui do Dr. Osvaldo do Cemaden também –, inscreve no ordenamento o que o desastre climático nos ensina diariamente: o imprevisto custa caro, e a ciência salva vidas. Planejamento, dados, articulação institucional devem anteceder a tragédia e não apenas sucedê-la.

Não menos importante é o debate em torno de uma proposta de segurança previdenciária voltada a mestres, doutores e pós-doutores, um passo civilizatório que reconhece e dá estabilidade à massa científica que investe nesse futuro do país. A ciência precisa de permanência, e permanência exige proteção institucional. Tem um projeto de lei aqui – também complementado com os pós-doutores – pelo Senador Astronauta Marcos Pontes, mas também tem outro projeto de lei que trata dos serviços previdenciários para mestres e doutores, e os dois se complementam.

Mas nenhuma dessas iniciativas seria viável sem a sustentabilidade orçamentária e o compromisso institucional com o futuro. Por isso, defendemos com veemência, na Academia Nacional de Medicina, a PEC 31, de 2023...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCELO MARCOS MORALES – ... que estabelece o aumento progressivo do investimento público em ciência e tecnologia até 2,5% do PIB. Essa proposta não é um privilégio setorial: é a soberania nacional em construção. Nenhuma nação se afirma no século XXI sem investir intensamente no conhecimento.

Esse esforço soma-se à PEC 26, de 2025, que visa a proteger o FNDCT contra a fragilidade do contingenciamento orçamentário. O FNDCT não pode mais ser tratado como margem de ajuste fiscal, como vimos, há décadas e recentemente, que aconteceu. Ele é o motor de um país que deseja pensar com autonomia. E, quando se propõe a inscrição de Carlos Chagas no Livro dos Heróis da Pátria, pelo PL 3.967, de 2024, Senador, não se trata apenas de um reconhecimento póstumo: é uma afirmação de valores de que o sistema brasileiro ao curar, ao descobrir, ao estudar também serve à pátria.

(Soa a campanha.)



O SR. MARCELO MARCOS MORALES – Então, senhoras e senhores, a Academia Nacional de Medicina tem buscado cumprir seu papel com serenidade, firmeza, e temos contribuído com várias ações de resistência para promover a melhor medicina, com terapias, enfrentamentos da desinformação, prevenção de saúde mental, entre outros. E é por isso que, em nome da academia, agradeço profundamente a esta Casa pelo espaço e também convido, com espírito republicano, para que este espaço não se limite somente à comemoração, mas que ele também converta em rotina aquilo que a nação deseja, que são projetos estruturantes para o desenvolvimento de ciência e tecnologia.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dr. Marcelo Marcos Morales, representante da Academia Nacional de Medicina, que tem tido um papel fundamental – desde o tempo do ministério também, em que era o Secretário de Pesquisa nacional – em levantar temas importantes e soluções para o Brasil.

Esse acompanhamento é diário desses projetos de lei que foram citados pelo Dr. Marcelo e realmente fazem a diferença. É importante que nós... É importante ter em mente que cada Parlamentar aqui tem responsabilidade com a população brasileira, nós representamos a população brasileira; nós somos votados pela população para vir aqui como funcionários, vamos dizer assim, da população. É bom colocar isso, porque, às vezes, a gente tem uma noção, uma impressão meio diferente: parece que a população trabalha para o Governo, e é o contrário, o Governo trabalha para a população. Então, nós estamos aqui representando a população, e a gente tem obrigação de defender a saúde da população.

Portanto, esse projeto de lei, embora cause certas questões – o pessoal chama de “OAB da medicina” esse teste de proficiência para médicos formados no Brasil –, tem uma necessidade urgente não porque nós não queremos médicos ou queremos colocar barreiras, nós não queremos mais médicos. Não! É importante ter muitos médicos no Brasil. O Brasil é grande, mas a gente só perde em número de escolas de Medicina, de faculdades de Medicina, para a Índia, que tem uma população muitas vezes maior que a nossa. Se fossem todas elas muito boas e formando ótimos médicos, seria a situação melhor, mas essa não é a realidade. Para isso me chamou a atenção, em uma audiência pública, o Conselho Federal de Medicina, as associações de medicina, a Academia Nacional de Medicina, que são, vamos dizer assim, as cabeças da medicina no país, e algo precisa ser feito.

Lógico que a situação ideal seria que nós tivéssemos as faculdades todas excelentes, que o MEC fizesse a parte de fiscalizar essas faculdades. Muitas delas não têm sequer aparelhamento como hospitais e sistemas para os médicos se formarem. É como formar um piloto, vamos supor, na minha área aqui, por correspondência. Não dá para fazer isso. As pessoas vão morrer. Imagine você entrar num avião e, no meio do táxi, o piloto falar assim: “Obrigado por estarem comigo no meu primeiro voo. A meteorologia está péssima, mas eu tenho certeza de que vou aprender ao longo do caminho aqui, e todos nós eu desejo que sobrevivamos a este voo”. Não dá certo esse tipo de coisa. A gente precisa ter certeza de que esses profissionais sabem o que estão fazendo. Imagine o seu filho indo para o médico, a sua filha indo para o médico. Se você não tem confiança naquele médico, na formação dele, porque não fez residência, não teve uma formação adequada, você vai colocar a vida do seu filho na mão desse profissional? É importante a gente lembrar que o médico está com a gente no momento mais crítico. É importante a qualidade, a capacidade desses profissionais. Portanto, esse exame não resolve o problema, mas coloca uma barreira, como a gente chama em segurança de voo, em segurança operacional, ele tira um fator contribuinte para um acidente. Então, isso pode evitar um problema mais sério.

Depois, com essa proteção instalada, é muito importante que a gente trabalhe com essas universidades para eliminar as universidades que não prestam, porque não se pode brincar com a saúde pública por conta de ganhar dinheiro com universidades simplesmente. Isso não é um negócio propriamente dito. Isso



aí é uma coisa muito importante. Eu sou aqui a favor da livre iniciativa, da iniciativa privada, mas não ao preço da vida das pessoas. Então, a gente tem que eliminar todas as universidades que não fazem o trabalho que deveriam fazer ou elas têm que melhorar muito para poderem se estabelecer. E o MEC tem essa obrigação de fiscalizar. Enquanto isso não acontece, a gente precisa proteger a vida das pessoas. E esse exame de proficiência é excelente. Então, espero que prossiga a tramitação aqui da forma adequada.

É com imensa alegria também e profunda admiração que eu gostaria de agradecer, de forma especial, aos professores e alunos do Instituto Federal de Brasília, *Campus Asa Norte*, que nos honram com a presença nesta sessão especial. Obrigado. Só levantem a mão para eu ver onde é que vocês estão. Obrigado por estarem aqui conosco também. Ter vocês aqui, ao nosso lado, num momento tão dedicado, tão importante e dedicado à celebração da ciência e tecnologia, é mais do que simbólico, é inspirador: representam o presente que estuda, ensina e transforma, e o futuro que sonha, questiona e constrói. Sejam muito bem-vindos a esta homenagem a cada um de vocês, esta homenagem é para vocês também. Obrigado. (*Palmas.*)

Neste momento, eu concedo a palavra ao Sr. Clenio Pillon, Diretor-Executivo de Pesquisa e Desenvolvimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa, representando a Presidente, a Sra. Silvia Maria Fonseca Silveira, por cinco minutos. E não se assuste com a com a campanha.

(*Soa a campanha.*)

O SR. CLENIO NAILTO PILLON (Para discursar.) – Boa tarde a todas e todos. Queria cumprimentar o Senador Astronauta Marcos Pontes e, na sua pessoa, saudar todos os demais Parlamentares aqui presentes. Cumprimento pela iniciativa de realizar esta sessão especial em homenagem à ciência, à pesquisa e também aos nossos pesquisadores.

Queria, na sua pessoa também, Senador, cumprimentar todos os demais membros aqui da mesa, já referenciados, e também, na pessoa do Sr. Rogério Cruz, Diretor da Agência Espacial Brasileira, aqui presente também, parceiro estratégico da Embrapa, saudar os demais oradores.

A Embrapa, Senador Marcos Pontes, tem hoje 7.517 empregados. Já fomos mais. Nós temos hoje 2.120 pesquisadores. Mas não se faz pesquisa só com pesquisadores. Nós temos também o apoio de muitas outras pessoas: colegas, analistas, técnicos, assistentes, bolsistas. E aqui eu queria referenciar uma parceria extremamente valiosa, não só com os demais ICTs, mas especialmente com a academia, que nos coloca em contato com o que temos de melhor em termos de ciência, na vanguarda científica e tecnológica, e que nos permite também, enquanto instituição de pesquisa agropecuária, contribuir na formação de novos quadros, que serão os futuros pesquisadores. Então, queria fazer esse destaque.

E também queria destacar uma honraria que uma colega mulher, embrapiana, recebeu recentemente, uma honraria equivalente ao Prêmio Nobel de Agricultura, Dra. Mariangela Hungria, que é uma pesquisadora de referência para todos nós, que muito nos orgulha. Eu queria, em nome dela, em nome da Embrapa, cumprimentar todos os demais pesquisadores distribuídos por este país.

Queria dizer que nós temos uma trajetória muito bonita na pesquisa agropecuária. Lembrem todos que nos anos 70 este país era um grande importador de alimentos. Nós éramos lá cerca de 90 milhões de habitantes e produzíamos, à época, cerca de meia tonelada de cereais por habitante por ano. Passados 50 anos de muito investimento, especialmente, não só na pesquisa agropecuária, não só pelas instituições públicas, mas também com uma parceria muito robusta com o setor produtivo, com muita contribuição também de inúmeras políticas públicas, porque também não se faz desenvolvimento público dos territórios só com ciência, se faz também com políticas públicas fundamentais construídas a partir da ciência, essa trajetória nos levou, após 50 anos, a ser hoje um dos grandes produtores mundiais de alimentos e nos permite hoje garantir a oferta de mais de 1,5 toneladas de cereais por habitante por ano.



Nós temos hoje segurança alimentar, mas ainda não temos soberania alimentar, porque importamos boa parte das matérias-primas que utilizamos para produzir alimentos neste país. Temos ainda, Senador, uma dependência muito grande em importação, especialmente, de fertilizantes. Nos últimos anos, nossa média passa de 80% de importação. Portanto, será a ciência também que irá nos trazer as boas respostas para a gente ampliar a soberania sobre a nossa produção de alimentos, valorizando as bondades da nossa...

(Soa a campanha.)

O SR. CLENIO NAILTO PILLON – ... bioeconomia, da nossa economia circular, da nossa biodiversidade, das rochas que têm potencial para uso agrícola, em termos de fornecimento de nutrientes e condicionamento da qualidade do solo, dos resíduos, dos coprodutos de processos agroindustriais que podem sim ser também reaproveitados na produção de alimentos.

Será a ciência também que irá nos permitir não só seguir a trajetória de aumento de produção, de produtividade. Vejam que, nesses 50 anos, nós ampliamos em 140% a área de produção de alimentos, especialmente de grãos, e, nesse mesmo período, nós ampliamos em 580% a produtividade desses cultivos. Isso é resultado de ciência, é resultado da pesquisa não só da Embrapa, mas do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária.

Será a ciência também que, para além de nos garantir a segurança alimentar, ampliar a nossa soberania alimentar, nos permitirá enfrentar a crise climática, que já está posta.

(Soa a campanha.)

O SR. CLENIO NAILTO PILLON – Nós temos hoje dados já consolidados dos últimos 60 anos com aumento de mais de 1°C na média das temperaturas em todas as regiões deste país.

Será a ciência que vai nos permitir adaptar cada vez mais a genética a essas condições de eventos extremos. Será a ciência que irá nos permitir ampliar a oferta de bioinsumos para a nossa produção de alimentos, valorizando a biodiversidade não só de microorganismos, mas das florestas, dos animais que temos. Será a ciência que irá nos permitir seguir a nossa trajetória de referência mundial em agricultura de conservação, porque, sim, aqui no Brasil, temos a maior área de sistema plantio direto do planeta. Nós temos hoje quase 40 milhões de hectares de sistema plantio direto. Nós fazemos a melhor agricultura para o ambiente tropical.

Nós desenvolvemos aqui uma tecnologia, que é a fixação biológica do nitrogênio, liderada à época pela equipe da Dra. Johanna Döbereiner, uma mulher também, que nos permite economizar, nos 46 milhões de hectares que cultivamos por ano de soja, mais de R\$70 bilhões, porque se descobriu que uma bactéria em simbiose com a planta de soja poderia retirar nitrogênio da atmosfera e transformá-lo em grão de soja. Essa revolução, que tem base em ciência, que transformou o Brasil em uma grande referência em tecnologias para a produção de alimentos, fibras, matérias-primas para produção de energia no ambiente tropical, mas não só no ambiente tropical, no ambiente subtropical também.

É essa mesma ciência que nos permite também transformar...

(Soa a campanha.)

O SR. CLENIO NAILTO PILLON – ... este país em uma grande referência mundial em energia limpa, em energia renovável. E vejam que boa parte dessa energia renovável vem também da agricultura a partir de programas que foram estruturados ao longo das décadas. Destaco aqui o programa Proálcool, o do biodiesel e tantas outras iniciativas, o programa RenovaBio e tantas outras políticas públicas que estimularam, a partir da agricultura, da ciência e de políticas públicas importantes, a referência que este



país tem hoje na matriz energética renovável.

Nós não só estamos falando hoje de transição climática, mas estamos falando de transição energética, estamos falando de transição alimentar – porque cada vez mais o alimento é, sim, percebido pelos consumidores como algo que promove saúde, qualidade de vida, longevidade –, estamos falando também de transição digital, até porque hoje boa parte dos conhecimentos...

(Soa a campanha.)

O SR. CLENIO NAILTO PILLON – ... e tecnologias circulam pelos ambientes digitais.

Nós não superaremos esses grandes desafios, que são desafios globais, da resiliência climática, da descarbonização, da soberania e da segurança alimentar, da inclusão socioprodutiva, porque de nada adianta, Senador, termos a melhor ciência se essa ciência não servir para incluir pessoas no campo e na cidade. Somente seguindo a nossa trajetória de investimentos robustos em pesquisa, em ciência e investindo na formação de novos quadros, nós ajudaremos o Brasil e o mundo a construir o seu futuro.

Muito obrigado pelo espaço.

Eu gostaria, Senador, de aproveitar o momento, quebrar o protocolo e deixar em suas mãos o balanço social da Embrapa, que é uma peça que diz que cada R\$1 investido nessa empresa retorna para a sociedade R\$25.

Muito obrigado, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Clenio Pillon, Diretor-Executivo de Pesquisa e Desenvolvimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), representando a Presidente, Sra. Silvia Maria Fonseca Silveira.

Agradeço a presença, na nossa galeria, também dos visitantes aqui no Senado Federal. Obrigado pela presença e por nos acompanharem também.

Eu fui membro do Conselho da Embrapa, quando Ministro. Eu fiz questão de participar para poder conectar o Ministério de Ciência e Tecnologia com a Embrapa e o Ministério da Agricultura. E isso não é à toa – isso não é à toa. Nós sabemos da necessidade, da importância de se trabalhar com a melhor ciência dentro da Embrapa. E eu acho que a Embrapa é um exemplo de quanto o bom planejamento e a execução têm resultados relevantes para o país, com R\$1 para R\$25 em termos de retorno de investimento. Mostre-me um investimento no Brasil que dê um retorno dessa natureza. E é muito orgulho que a gente tem – eu tive a oportunidade de trabalhar muitos anos fora do Brasil –, quando você fala da Embrapa, do reconhecimento que existe em torno disso.

O mundo sofre de muita coisa, como falta de alimento, mudanças climáticas. Uma coisa interfere na outra, a gente tem que produzir mais com menos, em menos área e com condições mais difíceis. Há programas, como o programa da Antártica para melhorar a genética das plantas desenvolvidas aqui no Brasil também, e muita coisa é feita pela Embrapa, e a maioria da população não sabe.

E tudo isso começou lá atrás, se eu não me engano, na história, em 1973, com José Irineu e Alysson Paulinelli também, ou seja, esse pensamento do futuro lá a gente precisava ter nos dias de hoje para transformar programas de ciência e tecnologia em programas de Estado. Independentemente do governo que está de plantão ali sentado no Planalto ou em qualquer outro lugar, teria que dar continuidade a um programa de Estado para o país. Um dia a gente vai chegar lá, isso é extremamente necessário.

Eu concedo a palavra agora ao Sr. Marcelo Ramada, pesquisador da área polar, representando o campo da pesquisa científica em regiões antárticas, por cinco minutos.

Eu acabei de falar da Antártica aqui também. *(Risos.)*

O SR. MARCELO RAMADA (Para discursar.) – Bem, primeiramente, uma boa tarde a todos. Cumprimento o Senador Astronauta Marcos Pontes e todos os membros da mesa, todos aqui presentes



também no Plenário no dia de hoje.

A minha fala é muito interessante depois do Dr. Clenio também, porque nós falamos muito sobre a questão da crise climática e, quando a gente fala sobre os polos, não tem como a gente não trazer isso.

Sou Professor da Universidade Católica de Brasília, então estou lotado aqui nesta cidade.

E, basicamente, o que é interessante a gente entender sobre os polos é a importância que os polos têm também para o Brasil, e que, na verdade, eles não são tão distantes quanto parecem. A grande verdade é essa. De Porto Alegre até nossa Estação Antártica Comandante Ferraz, a distância em linha reta é menor do que de Porto Alegre a Boa Vista em Roraima, por exemplo. Parte do Brasil, 7% apenas, está no Hemisfério Norte. Então, nós temos a proximidade maior de parte do Brasil com o Ártico, ou seja, o Polo Norte, do que com o Polo Sul. Então, quando nós começamos a ver essa questão, a gente fala: “O Brasil, então, tem uma importância, uma proximidade, pelo menos, com um dos polos”.

E o mais interessante disso é que não somente os polos são importantes para o Brasil por uma questão de proximidade, mas sim porque tanto o Ártico quanto a Antártica e a Floresta Amazônica são os três principais reguladores climáticos do planeta. Então, consequentemente, o conhecimento acerca disso é importantíssimo para que nós possamos, então, entender e, às vezes, quem sabe, mitigar processos de uma crise climática que se aproxima. E nós sabemos que essa crise climática pode trazer diversas problemáticas de crise alimentar e, eventualmente, de saúde única também para o nosso país.

Então, essa questão da regulação demonstra toda a importância desse tipo de estudo a ser realizado. Contudo, o Brasil não está trabalhando nisso há pouco tempo, só porque agora há uma crise climática. A Antártica é muito mais do que apenas pinguim e gelo, por exemplo; nós temos uma biodiversidade enorme naquele local. E essa biodiversidade enorme tem sido também explorada, junto ao Programa Antártico Brasileiro, desde 1982, quando nós tivemos, então, a primeira expedição ao continente gelado, e quando, no ano seguinte, o Brasil se tornou membro consultivo do tratado antártico.

O tratado antártico, para quem não sabe, é um tratado que rege o continente antártico como um local de ciência e paz, e, consequentemente, o Brasil, como membro consultivo, tem poder de veto e voto. E isso é muito interessante em vários níveis para nós também como Brasil, com importância geopolítica, etc. E quem garante esse ponto é a pesquisa.

Então, estar neste momento é importante, e o Brasil já realizou 43 operações antárticas até o momento. O Brasil tem o programa antártico como um programa de Estado, como muito bem dito agora há pouco pelo Senador Astronauta Marcos Pontes, o que faz com que ele tenha essa longevidade, mas isso não quer dizer que sempre seja um caminho fácil, digamos assim, para a pesquisa em nosso país.

Atualmente, o Proantar é composto por 29 projetos de pesquisa. Eu me sinto honrado de poder aqui representar esses 29 coordenadores também. Além disso, nós temos também vários estudos sendo relacionados com atmosfera, oceano, microplásticos, etc. E todo esse conhecimento de estudos da Antártica também fez com que o interesse do Brasil no Ártico também surgisse, tanto que, em 2023, nós tivemos a primeira expedição oficial brasileira ao Ártico. Essa primeira expedição oficial brasileira também veio com o edital do próprio CNPq, no qual ele começou a permitir que os pesquisadores também pudessem explorar o Ártico. Então, hoje o Brasil tem 29 projetos que, se assim fizerem durante o seu edital, podem explorar ambos os polos, o que é de muito interesse para o Brasil. E, lógico, explorar o Ártico também é de interesse geopolítico. O Brasil pode se tornar um assinante do Tratado de Svalbard, participar, como membro observador, do Conselho do Ártico e, consequentemente, também ter conversas com esses países, o.k.?

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO RAMADA – Mas Ártico, Antártica, biodiversidade... O que nós podemos



tirar disso? Existem diversos potenciais a serem vistos disso. Essa biodiversidade que existe nesse local – bactérias, fungos, briófitas – pode permitir com que a gente faça estudo de diferentes aplicações para a saúde humana, por exemplo. Nós sabemos que, hoje em dia, antitumorais novos com menos efeitos colaterais podem ser interessantes. Antibacterianos, antibióticos, por si só, contra a resistência bacteriana, são importantes também. E esses são só alguns dos exemplos.

A aplicação, agora, para geração de novos insumos agrícolas, aplicações para transformação genética de plantas que possam resistir ao frio, à seca, afinal, a Antártica tem gelo, mas é uma água congelada, então é um dos maiores desertos do mundo, por exemplo.

Todo esse processo de coleta de material vindo para o Brasil demanda muito esforço, bastante dinheiro, e, eventualmente, é importante que nós possamos, então, ter todo esse apoio possível...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCELO RAMADA – ... por meio dos nossos órgãos de fomento. É um programa de Estado, envolve o Ministério da Defesa, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério do Meio Ambiente, dentre vários outros.

Além disso, nós também temos um grande apoio dentro do Programa Antártico Brasileiro, aqui, nesta Casa. As emendas parlamentares são fundamentais para isso, e, em maio desse ano, o Senador Astronauta Marcos Pontes fez a Projeto de Lei, nº 2.298, de 2025, que é um passo importantíssimo para que o Programa Antártico Brasileiro tenha uma previsibilidade também, a ciência polar brasileira tenha uma previsibilidade. Consequentemente, essa previsibilidade vai permitir que toda a logística, regida principalmente pela Marinha do Brasil, mas também pela Força Aérea, possa continuar, que os pesquisadores possam continuar indo ao continente gelado e também ao Ártico. E, eventualmente, tudo isso casa para o cumprimento de planos maiores, como o Plano Decenal para a Ciência Antártica do Brasil, que é de 2023 a 2032...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCELO RAMADA – ... Iniciativa Brasil-Biotec, marco legal de bioinsumos... Isso faz com que o Brasil esteja na vanguarda da pesquisa polar também. Então, todos esses valores são importantes.

Por tudo isso, nós podemos lembrar e agradecer a todo mundo da Marinha e também aos montanhistas, que nos permitem ir a esse local tão inóspito, como a Antártica.

Aproveito este último momento, antes de encerrar a minha fala, para fazer uma singela homenagem e um agradecimento ao montanhista Edson Vandeira, que é um grande montanhista do Programa Antártico Brasileiro e que, infelizmente, há pouco mais de duas semanas, desapareceu em uma montanha no Peru devido a aparentemente um deslizamento de terra. Ele foi extremamente importante para o desenvolvimento do meu projeto e de vários outros projetos na Antártica.

Por fim, pessoal, eu agradeço a honraria de poder estar aqui no momento e, por estar em Brasília, convido a todos que tenham interesse e curiosidade de ver uma planta da Antártica, um micro-organismo da Antártica e do Ártico, vivendo...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCELO RAMADA – ... no Brasil, a nos visitar, porque nós temos isso no nosso laboratório aqui também.

Muito obrigado a todos pela atenção. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) –



Muito obrigado, Sr. Marcelo Ramada, pesquisador da área polar, representando o campo da pesquisa científica em regiões antárticas.

Nós tivemos uma audiência pública recentemente, falando sobre o programa, as necessidades e as possibilidades do programa. É algo muito importante para o país. A Marinha do Brasil, novamente ressalto, faz um trabalho magnífico ali na manutenção da base ali em Comandante Ferraz, né? A Força Aérea levando equipamento para lá, fazendo a logística para lá também. Mas é necessário mais apoio, navios inclusive, a renovação dos navios, o equipamento e as bolsas que vêm lá do CNPq, do Ministério de Ciência e Tecnologia, comunicação também, né? Hoje em dia nós temos a comunicação feita lá com 4G. Foi na minha época lá, como Ministro das Comunicações, que consegui instituir isso, mas ainda muita coisa precisa ser feita, né? Os dois laboratórios, Criosfera 1 e 2, agora também, mas muita coisa ainda precisa ser feita. O clima aqui, do continente inteiro, depende do conhecimento lá.

Então, parabéns aí pelo trabalho, né? Espero que a gente dê continuidade e consiga os recursos. E não é muito recurso, isso que é interessante, viu? Por falar nisso, né? Eu lembro que eu, durante a nossa audiência pública, até fiz uma comparação. Se eu não me engano, o valor de recursos que foi apresentado pela Marinha do Brasil para manutenção do programa lá é de R\$198 milhões por ano. Vamos arredondar para R\$200 milhões. Se a gente pegar só essa... o que a gente sabe por enquanto, porque talvez isso se amplie muito, mas o que a gente sabe por enquanto dessa fraude do INSS, de R\$6 bilhões, isso daria para sustentar 30 anos do programa antártico. Olha só que coisa, né? Interessante para gente pensar sobre isso.

Concedo a palavra ao Sr. Rogério Luiz Veríssimo Cruz, Diretor de Governança do Setor Espacial da Agência Espacial Brasileira, representando o Presidente Marco Antonio Chamon.

Por favor, Rogério.

O SR. ROGÉRIO LUIZ VERÍSSIMO CRUZ (Para discursar.) – Inicialmente, cumprimento o Presidente desta sessão especial, o Senador Marcos Pontes, na pessoa de quem eu cumprimento todos os presentes. E, em nome do Dr. Marco Chamon, Presidente da agência, agradeço o honroso convite para estar nesta sessão. E, como representante da agência, eu gostaria de destacar a contribuição do setor espacial, da pesquisa no setor espacial para a nossa sociedade.

A produção científica no setor espacial brasileiro está presente em diversos setores da nossa sociedade, contribuindo de forma preponderante na solução de problemas nacionais e também para o bem-estar da nossa sociedade, podendo citar, por exemplo, contribuições na área de comunicação de longa distância, ligando os diversos setores da nossa sociedade, inclusive a estação na Antártida, através de um satélite nacional geoestacionário, o SGDC. Também destaco o trabalho primoroso do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais na parte de monitoramento dos biomas, em especial o amazônico, e também nas previsões de clima e tempo para o país.

E, muitas vezes, de forma até imperceptível pela grande maioria da nossa sociedade, o programa espacial brasileiro está presente no cotidiano das pessoas, seja quando a gente pega um táxi por aplicativo, seja quando fazemos uma viagem usando modal aéreo ou marítimo, seja também quando fazemos uma simples transferência bancária, estamos usando uma aplicação espacial.

Destaco também – convergindo com a fala do Dr. Clenio –, a parte de agricultura, o benefício que o programa espacial traz, e as pesquisas no setor espacial trazem para a nossa agricultura. Aqui eu destaco também uma parceria que fizemos com a Embrapa. Junto com a Embrapa... Nós estamos participando com dois projetos, um deles com a Embrapa voltado para a agricultura espacial, chamado de Space Farming. Muitas vezes, a gente pode perguntar: “Mas por que investir numa agricultura espacial se o país não tem, por exemplo, neste momento ou para o médio prazo, nenhuma estimativa ou perspectiva de missões tripuladas?”. Aí eu destaco que esse tipo de pesquisa é fundamental para que nós possamos



capacitar os nossos pesquisadores a trazerem robustez, resistência e produtividade aqui para a Terra, para a nossa agricultura.

Então, dito isso, em função do tempo que eu tenho, eu queria destacar, não só por isso, mas muito mais, que entendo que a atividade espacial, a pesquisa espacial e a ciência na área espacial é um componente estratégico para o país, capaz de moldar o futuro desta nação. Faço coro com as palavras do Senador Marcos Pontes, no início, quando falou da necessidade de incremento nos investimentos, principalmente na parte de laboratórios, não só manutenção, mas aperfeiçoamento e crescimento dos nossos laboratórios, na parte de formação e capacitação dos nossos pesquisadores, para que a gente possa contribuir, cada vez mais e de forma preponderante, para o futuro deste país.

De forma que eu resumo dizendo que nada do que eu falei seria possível sem a figura desses cientistas, desses pesquisadores, razão pela qual, em nome da Agência Espacial Brasileira, rendo a minha homenagem a esses pesquisadores.

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO LUIZ VERÍSSIMO CRUZ – Destaco também... Saúdo o Senador Marcos Pontes pelo advento da PEC 31, de 2023, e agradeço imensamente a oportunidade de participar desta sessão especial.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Rogério Luiz Veríssimo Cruz, Diretor de Governança do Setor Espacial da Agência Espacial Brasileira, representando o Presidente Marco Antonio Chamon, que esteve conosco nesta semana, falando a respeito do programa espacial, numa audiência pública, através do requerimento do Presidente da Comissão, Senador Flávio Arns. Foi muito interessante para mostrar para as pessoas a importância do programa espacial.

Hoje nós temos perspectivas muito interessantes, inclusive com a participação do Brasil no programa Artemis, com a Nasa e outros países participando, o que permite ao Brasil participar da nova exploração da Lua, nesta década e na década seguinte, da exploração de Marte também. Isso permite a cientistas e empresas participarem no desenvolvimento de microssistemas ou subsistemas das espaçonaves. Tudo isso significa conhecimento e recurso para o país; significa para as empresas... Tem que privilegiar, tem que apoiar as nossas empresas para que elas tenham lucro. Com empresa com lucro, produz-se mais. Produzindo mais, com tributos menores, produzem mais nota fiscal, produzem mais empregos, e o país vai para a frente de forma sólida. É bom que a gente consiga.

Eu concedo a palavra ao Sr. Eduardo Colombari, Presidente da Federação de Sociedades de Biologia Experimental, por cinco minutos.

É o nosso último palestrante, vamos chamar assim. E, depois, tem uma homenagem especial.

O SR. EDUARDO COLOMBARI (Para discursar.) – Exmo. Senador Astronauta Marcos Pontes, Senadoras, Senadores, representantes executivos das instituições científicas e acadêmicas e da sociedade civil, colegas cientistas, senhoras e senhores, tentarei aqui, nos cinco minutos mais rápidos que já vi, fazer um resumo. Na verdade, a minha fala vai ser um resumo de muitas das falas anteriores.

Eu sou Eduardo Colombari, sou cientista e professor titular da Unesp (Universidade Estadual Paulista) – oportunidade na qual eu saúdo a nossa Reitora, a nossa primeira Reitora, Maysa Furlan –, a quarta melhor universidade deste país. E é com grande honra que represento hoje a Federação de Sociedades de Biologia Experimental (FeSBE) nesta sessão especial em celebração ao Dia Nacional da Ciência e do Pesquisador Científico.

Essa data não é apenas uma efeméride, ela é um lembrete de que o Brasil precisa decidir qual projeto



de futuro quer construir. Indubitavelmente, não há caminho sustentável, soberano ou justo que não passe pelo investimento contínuo em ciência, tecnologia e inovação.

A FeSBE foi fundada em 1986 com a liderança do Prof. Eduardo Moacyr Krieger e hoje congrega aproximadamente 27 sociedades científicas na área biológica, entre elas, as da biofísica, bioquímica, biologia celular, fisiologia, farmacologia, imunologia, neurociências, toxicologia, biociências nucleares, ciências em animais de laboratório, entre muitas outras. É uma federação que representa não apenas áreas do conhecimento, mas também a base viva de formação de pesquisadores no país. Nossa missão é clara: é difundir o conhecimento, fomentar a formação científica e representar junto ao Estado e à sociedade os interesses de uma ciência comprometida com o desenvolvimento nacional. Fazemos isso por meio da reunião anual e regional da FeSBE, que reúne milhares de estudantes, pesquisadores; pela produção científica de excelência realizada por nossos cientistas associados; e pelo nosso diálogo permanente que queremos com as instâncias decisórias.

O que temos visto nos últimos anos, no entanto, exige vigilância e ação coordenada. Vivemos por muito tempo sob o risco de descontinuidade, da imprevisibilidade orçamentária, da fragilização de bolsas e da evasão de talentos. A ciência brasileira resistiu e segue resistindo, mas não pode viver apenas de resistência. Por isso, quero aqui reafirmar a importância de duas propostas da emenda à Constituição que mudam o eixo dessa trajetória.

A primeira é a PEC 31/2023, a chamada PEC da ciência, que propõe um aumento progressivo dos investimentos públicos em ciência, tecnologia e inovação até alcançar o mínimo de 2,5% do PIB. Hoje, estamos em torno de 1%, enquanto países da OCDE já ultrapassam os 2,7%. Essa PEC não é uma proposta corporativa, mas, sim, uma proposta estratégica para o país, com o apoio de diversas instituições científicas. Ela traduz, em termos constitucionais, aquilo que já está claro nos dados e na história: investir em ciência é investir em soberania, saúde, educação, inovação e dignidade nacional. Um país jamais será liberto sem a sua independência científica.

A PEC está parada desde 2023. Então, Senadores e Senadoras, precisamos ajudar na conscientização do Congresso sobre essa iniciativa essencial.

A segunda é a PEC 26, de 2025, que propõe alterações nos arts. 167 e 218 da Constituição Federal, com o objetivo de proteger o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) – já comentado aqui – de qualquer limitação ou restrição orçamentária.

Essa proposta busca garantir, de forma definitiva, que os recursos destinados ao financiamento da ciência e da inovação não possam ser contingenciados, como tantas vezes já ocorreu no passado.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO COLOMBARI – Essa proteção constitucional é essencial para assegurar a continuidade de programas estratégicos, a execução plena dos editais e a previsibilidade, tão necessária ao funcionamento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Portanto, Senadores e Senadoras, não se trata apenas de proteger a ciência; trata-se de proteger o Brasil de si mesmo, quando hesita em investir naquilo que o levaria a um outro patamar de desenvolvimento.

A FeSBE representa milhares de cientistas, inclusive quem fala, cuja atuação cobre um espectro que vai das bases moleculares da vida ao entendimento do comportamento humano e animal, com impactos diretos em áreas como saúde pública, educação, meio ambiente, medicina esportiva, produção de fármacos e tecnologias emergentes. É uma ciência profundamente conectada com a vida real; e é por isso que defendemos as seguintes questões:

- a recomposição e valorização das bolsas de iniciação – mestrado, doutorado e pós-doutorado – e



também a inclusão de benefícios previdenciários específicos para mestres, doutores e pós-doutores – nós temos aqui na bancada a Profa. Bustamante, que foi Coordenadora da Capes; não se faria ciência neste país se não fosse a Capes e as universidades e institutos; então, é um excelente trabalho; e acho que vale aqui a nossa ressalva;

- o fortalecimento das universidades e institutos de pesquisa – como eu acabei de dizer, não há ciência, não há pesquisa, se não fossem as universidades e os institutos;

- a inserção de cientistas nas estruturas de formação de políticas públicas – antes de lançar editais e de fazer propostas, consulte os cientistas; eles sabem do que nós precisamos –; e também

- a construção de uma carreira de Estado para o pesquisador brasileiro, que hoje atua, muitas vezes, em condições precárias.

Também defendemos a valorização das reuniões científicas, como a nossa, da FeSBE, como espaços de formação, de troca, de renovação intelectual e de integração entre as regiões do país.

Precisamos de mais ciência e de uma ciência mais capitalizada, diversa e inclusiva, com representatividade regional, étnica e de gênero.

Por isso, também celebramos nesta sessão a presença de Reitoras, mulheres, como nossa primeira Reitora da Unesp, aqui presente, que ajudam a transformar a paisagem da ciência brasileira.

Fazemos parte da Frente Parlamentar Mista da Pesquisa Biomédica e sua Aplicação na Saúde, que tem discutido diversas propostas legislativas voltadas à valorização da ciência nacional. Entendemos que essa é a missão da comunidade científica, ou seja, estar presente de forma apartidária...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO COLOMBARI – ... técnica e progressiva, contribuindo para o debate construtivo sobre o futuro do país.

Portanto, eu concluo, senhoras e senhores, com três palavras que sintetizam o espírito desta fala: compromisso, continuidade e coragem. Compromisso com o futuro, continuidade nas políticas públicas e coragem para defender a ciência, mesmo quando ela é atacada, negada ou incompreendida.

A FeSBE está pronta para continuar contribuindo tecnicamente, institucionalmente e politicamente. Temos legitimidade, temos história e temos, sobretudo, esperança.

Muito obrigado.

Parafraseando também a minha Reitora, viva a ciência, viva os nossos pesquisadores, viva o Brasil que pensa, que cria e que transforma!

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Eduardo Colombari, Presidente da Federação de Sociedades de Biologia Experimental.

Eduardo, um ponto importante que você falou foi com relação a utilizar os cientistas, o conhecimento dos pesquisadores, dos cientistas, para a definição de políticas públicas. Eu posso falar isso aí de cadeira, porque lá no ministério nós utilizamos muito, lembro aqui, durante a pandemia. Aliás, antes da pandemia, no dia 10 de fevereiro de 2020 – a pandemia foi declarada no dia 11 de março de 2020 –, com a ideia do Dr. Morales, nós juntamos um grupo de pesquisadores, cientistas, especialistas em viroses emergentes, e formou-se, então, a Rede Vírus. Para quem está assistindo aí pela TV, procure na internet “Rede Vírus MCTI”. Aquilo foi essencial para determinar o que o ministério ia fazer durante a pandemia. Nós tivemos muitas atividades de sucesso graças à participação, vamos dizer assim, dos cientistas. Eu lembro que falei para eles, na época: “Eu sou Ministro, mas sou engenheiro aeronáutico, não entendo nada dessa área. Então, vocês me digam o que fazer, e eu assino embaixo para a gente fazer”.



A gente precisa elevar a ciência a esse nível, de dar a diretriz ou as diretrizes para que o país siga na direção correta. Isso é muito importante.

E funciona até hoje; a Rede Vírus está lá para isso, para nos defender da próxima pandemia, que, infelizmente, vai acontecer. Às vezes, no Brasil, o pessoal não gosta muito de falar das coisas, mas vai acontecer. Isso é fato. A gente precisa estar mais bem preparado para ela, com infraestrutura, pessoal, laboratórios, etc. Então, é importantíssimo tomar providência antes, não ficar esperando.

Eu gostaria de registrar a presença também, além das autoridades já nominadas, do Sr. Embaixador de El Salvador, Luis Aparicio – obrigado pela presença. Aliás, reitero aqui algo que nós conversamos um pouco antes: agora, El Salvador tem um astronauta sendo treinado na Nasa. Eu terei um prazer, uma honra muito grande de poder encontrá-lo, seja aqui, seja lá, em El Salvador. Parabéns!

Presentes também o Sr. Diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação do Ministério da Defesa, Contra-Almirante Wilson Gomes, que está aqui conosco também – muito obrigado –; o representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Coordenador de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos, Claudiosvam Martins Alves de Sousa – obrigado pela presença conosco também –; e, representando a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o Sr. Diretor de Programas e Bolsas no País, Luiz Antonio Pessan – obrigado também, parabéns pelo trabalho.

Aliás, a gente nunca pode perder a chance de falar uma coisa: Capes e CNPq, duas instituições importantes e separadas; foi criado assim, precisa continuar assim – para bom entendedor meia palavra basta –, dessa forma.

À Sra. Diretora-Geral do Instituto Federal de Brasília, Christine Rebouças Lourenço, ao Sr. Coordenador do Observatório da Mobilidade Segura, Saudável e Sustentável da Universidade de Brasília, Prof. Pastor Willy Gonzales Taco, e ao representante diplomático da Embaixada da Espanha, Sr. Manuel Daporta Cendán, obrigado também pela presença.

Uma das coisas importantes na ciência é que ela precisa de cooperações internacionais. Então, a presença de embaixadores, de representantes dos outros países aqui é extremamente importante também, manter esse bom relacionamento científico. Muita coisa é resolvida através disso. Às vezes você vê conflitos acontecendo na superfície do planeta, e lá na Estação Espacial Internacional nós temos astronautas de diversas nacionalidades, culturas, línguas, religiões, trabalhando juntos pelo bem do planeta. Quisera esse espírito fosse espalhado por todo o nosso planeta na superfície também.

Homenagem póstuma.

Durante esta solenidade, rendemos justa e emocionada homenagem à arqueóloga e antropóloga Niède Guidon, personalidade ímpar da ciência brasileira, falecida no último dia 4 de junho, aos 92 anos, em São Raimundo Nonato, no Sertão do Piauí, onde escolheu viver, trabalhar e repousar.

Sua trajetória foi marcada pela incansável dedicação à preservação dos sítios arqueológicos da Serra da Capivara, cuja beleza e importância histórica projetou o Brasil no cenário mundial da arqueologia. Niède foi a força motriz por trás da criação do Parque Nacional Serra da Capivara, do Museu do Homem Americano (Fumdam) e do Museu da Natureza, instituições que integram ciência, cultura e educação no Semiárido brasileiro.

Ao longo de sua carreira, enfrentou adversidades com coragem, rigor científico e paixão pelo conhecimento. Suas descobertas e hipóteses ousadas provocaram o debate acadêmico e ampliaram os horizontes sobre o povoamento das Américas. Sua contribuição permanece viva e essencial para as futuras gerações de cientistas.

Em reconhecimento a esse legado extraordinário, convido a Profa. Mercedes Maria da Cunha Bustamante, Vice-Presidente Regional da Academia Brasileira de Ciências, para receber uma homenagem em nome da comunidade científica brasileira.



(Procede-se à entrega de certificado à Sra. Mercedes Maria da Cunha Bustamante.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Senhoras e senhores, ao encerrarmos esta sessão especial em comemoração ao Dia Nacional da Ciência e do Pesquisador Científico, deixo registrada a gratidão do Parlamento brasileiro a todos os que constroem o futuro por meio da ciência. Celebramos a inteligência, a dedicação e a coragem de milhares de pesquisadoras e pesquisadores, que enfrentam desafios, rompem barreiras, ampliam os horizontes do nosso país e do mundo. Essa é uma data de afirmação de que sem ciência não há soberania, de que sem pesquisa não há futuro e de que o investimento no conhecimento é a base de qualquer nação forte. E o Brasil precisa chegar lá.

Muito obrigado a todos e a todas.

Cumprida a finalidade desta sessão especial do Senado Federal, eu agradeço às personalidades que nos honraram com a sua participação. Agradeço a presença de cada um que está aqui hoje e àqueles que nos acompanham pelas redes do Senado e TV Senado. Agradeço a todos aqueles que dedicam a sua vida também... A gente não pode esquecer que a ciência é feita também e principalmente através do aprendizado nas universidades, então parabéns a todos aqueles que dedicam sua vida a ensinar. Sem professores não tem pesquisadores, não tem astronautas, não tem qualquer outro tipo de profissão. Professor é a profissão mais importante.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a sessão.

Obrigado. *(Palmas.)*

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 30 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Abertura de Prazos



PROJETO DE LEI Nº 5.569, DE 2023

Dispõe sobre direito dos consumidores de acesso a água potável nos estabelecimentos comerciais e eventos coletivos que especifica (tramitando em conjunto com os Projetos de Lei nºs 5.560 e 6.096, de 2023).

Recebido o Ofício nº 16, de 2025, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, comunicando a apreciação da matéria, em caráter terminativo.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

Prazo: de 16/6/2025 a 24/6/2025.





SENADO FEDERAL
Comissão de Transparência, Governança,
Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Ofício nº 16/2025/CTFC

Brasília, 11 de junho de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: Votação em decisão terminativa do PL nº 5569, de 2023, e declaração de prejudicialidade do PL nº 5560, de 2023, e PL nº 6096, de 2023

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta comissão, na 12ª Reunião Extraordinária de 11/06/2025, aprovou em decisão terminativa (art. 91 do RISF) o Projeto de Lei nº 5569, de 2023, de autoria do Senador Wellington Fagundes e relatoria do Senador Jorge Seif, que “Dispõe sobre direito dos consumidores de acesso a água potável nos estabelecimentos comerciais e eventos coletivos que especifica”.

Na mesma ocasião, a comissão deliberou pela declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei nº 5560, de 2023, e nº 6096, de 2023, que tramitam em conjunto com o Projeto de Lei nº 5569, de 2023.

Respeitosamente,

Senador Dr. Hiran
Presidente da Comissão de Transparência, Governança,
Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran, na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Sala 4B – CEP 70165-900 – Brasília – DF
Telefone: +55 (61) 3303-3519 – E-mail: ctfc@senado.leg.br
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9364667288>



PROJETO DE LEI Nº 375, DE 2023

Modifica a Lei nº 14.457 de 21 de setembro de 2022 para a facilitação da inserção no mercado de trabalho, de mulheres acima de 50 (cinquenta) anos.

Recebido o Ofício nº 12, de 2025, da Comissão de Assuntos Sociais, comunicando a apreciação da matéria, em caráter terminativo.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

Prazo: de 16/6/2025 a 24/6/2025.





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SECRETARIA DA COMISSÃO
ANEXO 2, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA 11/A
70165-900 — BRASÍLIA-DF
Fone: 3303-3515 — e-mail: scomcas@senado.gov.br

Of. nº 12/2025/CAS

Brasília, 11 de junho de 2025

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Aprovação de Matéria**

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei nº 375, de 2023, de autoria do Senador Weverton, que “Modifica a Lei nº 14.457 de 21 de setembro de 2022 para a facilitação da inserção no mercado de trabalho, de mulheres acima de 50 (cinquenta) anos”, com a Emenda nº 1-CDH-CAS.

Cordialmente,

SENADORA DRA. EUDÓCIA
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais



PROJETO DE LEI Nº 2.093, DE 2021

Cria a Rota Turística Imperial Caminho dos Príncipes, no Estado de Santa Catarina.

PROJETO DE LEI Nº 2.154, DE 2022

Cria a Rota Turística Costa Azul, no Estado de Santa Catarina.

Recebidos os Ofícios nºs 58 e 59, de 2025, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, comunicando a apreciação das matérias, em caráter terminativo.

Concluída a instrução das matérias, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

Prazo: de 16/6/2025 a 24/6/2025





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

OFÍCIO Nº 058/2025-CDR

Brasília, 10 de junho de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: Aprovação de Projeto de Lei Terminativo - PL 2093, de 2021

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Extraordinária, realizada no dia 10/06/2025, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR aprovou o Projeto de Lei nº 2093, de 2021, em decisão terminativa, nos termos do art. 91, § 2º do Regimento Interno do Senado Federal.

Respeitosamente,

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

OFÍCIO Nº 059/2025-CDR

Brasília, 10 de junho de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: Aprovação de Projeto de Lei Terminativo - PL 2154, de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Extraordinária, realizada no dia 10/06/2025, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR aprovou o Projeto de Lei nº 2154, de 2022, em decisão terminativa, nos termos do art. 91, § 2º do Regimento Interno do Senado Federal.

Respeitosamente,

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente



- Projeto de Lei nº 2.810, de 2025, Senadora Margareth Buzetti, *que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para agravar a pena dos crimes contra dignidade sexual de pessoa vulnerável; o Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, para prever medidas protetivas de urgência para vítimas de crimes contra a dignidade sexual e em situação de especial vulnerabilidade; a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever a monitoração eletrônica dos condenados por crime contra dignidade sexual; a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para estabelecer mecanismos de proteção a crianças e adolescentes vítimas de crimes contra a dignidade sexual, e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para assegurar assistência psicológica e social especializada às vítimas de crimes contra a dignidade sexual com deficiência e suas famílias.*

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, seguindo posteriormente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, nos termos do art. 91, I, do Regimento Interno, podendo receber emendas perante a primeira comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.

Prazo: de 16/6/2025 a 24/6/2025.



Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 552, DE 2021

Aprova o texto do Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos, celebrado em Brasília, em 15 de março de 2019.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2065005&filename=PDL-552-2021



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 552/2021 [1 de 22]



Data do Documento: 13/06/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o texto do Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos, celebrado em Brasília, em 15 de março de 2019.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos, celebrado em Brasília, em 15 de março de 2019.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do *caput* art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

HUGO MOTTA
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2935038>

Avulso do PDL 552/2021 [2 de 22]

2935038



Data do Documento: 13/06/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 128/2025/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de Projeto de Decreto Legislativo para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o Projeto de Decreto Legislativo nº 552, de 2021, (Mensagem nº 108, de 2021, do Poder Executivo), que “Aprova o texto do Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos, celebrado em Brasília, em 15 de março de 2019”.

Atenciosamente,

HUGO MOTTA
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2935039>

Avulso do PDL 552/2021 [3 de 22]

2935039



MENSAGEM Nº 108

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Justiça e Segurança Pública, o texto do Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos, celebrado em Brasília, em 15 de março de 2019.

Brasília, 26 de março de 2021.



Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 552/2021 [4 de 22]



EMI nº 00050/2021 MRE MJSP

Brasília, 22 de Fevereiro de 2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submete-se à sua alta consideração o presente Projeto de Mensagem que encaminha ao Congresso Nacional o texto do Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos, assinado em Brasília, em 15 de março de 2019, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, pelo Brasil; e pelo Ministro de Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, Abdullah Bin Zayed Al Nahyan, pelos Emirados Árabes Unidos.

2. A crescente inserção internacional do País e o considerável fluxo de pessoas e de bens pelas fronteiras nacionais têm demandado do Governo brasileiro a adoção de esforços para a configuração de extensa rede de acordos de cooperação jurídica internacional, com o objetivo de tornar mais efetiva a aplicação da lei brasileira e de outros países no que respeita à investigação, à instrução de ações penais, ao acesso à justiça e ao cumprimento de decisões judiciais, bem como de promover o combate à criminalidade organizada internacional, incluindo a corrupção, a lavagem de dinheiro, o tráfico de pessoas, o tráfico ilícito de armas de fogo, munição e explosivos, o terrorismo e o financiamento do terrorismo.

3. Extenso e pormenorizado, o Tratado visa a instituir mecanismo moderno de cooperação que trará agilidade no intercâmbio de informações e na adoção de providências por parte das autoridades judiciárias de Brasil e dos Emirados Árabes Unidos, sendo semelhante a outros instrumentos sobre assistência jurídica mútua em matéria penal assinados e ratificados pelo Brasil no plano internacional.

4. O Tratado compõe-se de 25 artigos e prevê diversas formas de assistência, como medidas para identificar, rastrear, localizar, restringir, apreender ou confiscar os produtos e instrumentos do crime; a tomada de testemunho ou obtenção de declarações de pessoas; o fornecimento de documentos, registros e outros materiais probatórios, incluindo registros criminais e judiciais; a localização de pessoas e objetos, incluindo sua identificação; a busca e a apreensão; a



Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 552/2021 [5 de 22]



entrega de objetos, incluindo empréstimo de evidências; a disponibilização de pessoas detidas ou outras pessoas para prestar depoimento ou auxiliar nas investigações; a comunicação de atos processuais, inclusive documentos que busquem o comparecimento de pessoas; perícias de pessoas, objetos e locais; a devolução de ativos relacionados ao crime; a divisão de ativos relacionados ao crime e quaisquer outras formas de assistência jurídica que sejam consistentes com os objetivos do Tratado e de acordo com a legislação nacional da Parte Requerida.

5. O artigo 4 e 5 estabelecem quais são as Autoridades Centrais e o conteúdo dos pedidos de assistência. Todos os pedidos e documentos de apoio serão acompanhados de uma tradução na língua oficial da Parte Requerida ou no idioma inglês, quando acordado pelas Partes, e serão oficialmente assinados e carimbados pelas autoridades competentes, de acordo com a legislação nacional da Parte Requerente, não sendo necessária qualquer forma de certificação ou autenticação.

6. Os artigos 6 a 24 definem as várias modalidades de cooperação jurídica e estabelecem os procedimentos relativos à recuperação e divisão de ativos, sendo que o artigo 10, por sua vez, disciplina a confidencialidade e as limitações relativas à divulgação de informações constantes dos pedidos de assistência. As hipóteses de recusa de assistência estão elencadas no Artigo 7, devendo a Parte Requerida, antes de recusar a prestação de assistência, avaliar se ela pode ser prestada sob determinadas condições.

7. A entrada em vigor do tratado é tema do artigo 25, segundo o qual ocorrerá no 30º (trigésimo) dia após o recebimento da última nota diplomática em que uma das Partes informa a outra, através dos canais diplomáticos, sobre o cumprimento de seus procedimentos internos necessários à entrada em vigor e terá validade indeterminada. A possibilidade de denúncia e de emendas é disciplinada no mesmo artigo, o qual também estatui que as últimas entrarão em vigor pelo mesmo procedimento previsto para entrada em vigor do Tratado.

8. À luz do que precede, e com vistas ao encaminhamento do ato à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o Art. 84, inciso VIII, combinado com o Art. 49, inciso I, da Constituição da República, submete-se ao Senhor o presente projeto de Mensagem, acompanhado de versão em português do Tratado.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo, André Luiz de Almeida Mendonça

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 552/2021 [6 de 22]





Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 552/2021 [7 de 22]



**TRATADO SOBRE ASSISTÊNCIA JURÍDICA MÚTUA EM MATÉRIA
PENAL
ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E OS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS**

A República Federativa do Brasil

e

os Emirados Árabes Unidos

doravante denominados “as Partes”.

Guiados pelas relações amistosas entre as Partes;

Desejando fortalecer a cooperação entre as Partes e reconhecendo a necessidade de facilitar o mais amplo alcance da Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal, melhorando a eficácia da investigação e da persecução penal de crimes;

ACORDARAM com o que segue:

**Artigo 1
Escopo de Assistência**

1. As Partes estabelecerão, em conformidade com as disposições do presente Tratado e de suas legislações nacionais, assistência jurídica mútua em matéria de investigações, persecução penal e procedimentos relacionados a questões criminais.
2. Assistência deverá incluir:
 - a) entrega de documentos;
 - b) obtenção de provas ou depoimentos de pessoas, incluindo testemunhas, vítimas, acusados, réus em processos penais, peritos;
 - c) fornecimento de documentos, registros e evidências;
 - d) localização e identificação de pessoas ou objetos;
 - e) transferência de pessoas sob custódia para testemunhar ou auxiliar em investigações;
 - f) execuções de mandados de busca e apreensão;



Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 552/2021 [8 de 22]



- g) medidas para localizar, bloquear e restringir os produtos e instrumentos do crime;
- h) retorno de ativos e compartilhamento de ativos;
- i) execução de penas pecuniárias, ordens de restituição e compensação; e
- j) Qualquer outra forma de cooperação, desde que não seja contrária às leis nacionais da Parte Requerida e dentro do escopo deste Tratado.

Artigo 2 **Intercâmbio de Informações**

As Partes poderão intercambiar informações sobre a legislação em vigor e a prática judicial em seus respectivos países relacionadas com a implementação deste Tratado.

Artigo 3 **Não Aplicação**

1. Este Tratado não se aplica a:
 - a) prisão ou detenção de qualquer pessoa com vista à extradição;
 - b) execução na Parte Requerida de sentenças criminais proferidas na Parte Requerente, exceto na medida em que permitida pela legislação nacional da Parte Requerida;
 - c) transferência de pessoas sob custódia para cumprir penas; e
 - d) transferência de processos em matéria penal.
2. Nenhuma disposição do presente Tratado confere a qualquer Parte o direito de exercer a jurisdição no território da outra Parte e nem de desempenhar funções reservadas exclusivamente às autoridades dessa outra Parte, de acordo com sua legislação nacional.

Artigo 4 **Autoridade Central**

1. A Autoridade Central do Estado dos Emirados Árabes Unidos é o Ministério da Justiça.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 552/2021 [9 de 22]



2. A Autoridade Central da República Federativa do Brasil é o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

3. Se uma das Partes alterar sua Autoridade Central, deverá notificar por escrito à outra Parte sobre tal alteração, através dos canais diplomáticos.

4. As Autoridades Centrais consultar-se-ão sobre a aplicação do presente Tratado, quer de modo geral, quer em relação a um caso específico. As Autoridades Centrais podem também acordar sobre medidas práticas necessárias para facilitar o funcionamento do presente Tratado. Estas podem incluir o intercâmbio de informações sobre as leis em vigor e a prática judicial em seus respectivos países relacionadas às matérias que são objeto deste Tratado.

Artigo 5 **Pedidos**

1. Os pedidos de assistência serão feitos formalmente por escrito e enviados por meio dos canais diplomáticos. Em casos de urgência, a Autoridade Central da Parte Requerida poderá aceitar o pedido por fac-símile ou e-mail, neste caso, deverá ser confirmado no prazo de 30 (trinta) dias mediante encaminhamento do pedido formal por via diplomática.

2. Os pedidos de assistência incluirão:

- a) o nome da autoridade competente, de acordo com a legislação nacional da Parte Requerente, que está conduzindo a investigação ou o processo penal ao qual se refere a solicitação;
- b) o objetivo da solicitação e a natureza da assistência solicitada;
- c) uma descrição da natureza da questão criminal e seu estado atual, e uma manifestação contendo um resumo dos fatos e leis relevantes, incluindo a pena máxima para a infração a qual a solicitação se refere;
- d) uma descrição das evidências, informações ou outra assistência solicitada;
- e) as razões e os detalhes sobre qualquer procedimento ou requisito específico que a Parte Requerente sugere que seja observado;
- f) especificação de prazo que pode ser importante para atender a solicitação;
- g) quaisquer requisitos especiais de confidencialidade e as suas razões; e



Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 552/2021 [10 de 22]



- h) outras informações ou procedimentos exigidos pela legislação nacional da Parte Requerida ou que sejam necessários para a adequada execução da solicitação.

3. Os pedidos de assistência também podem, na medida do necessário, conter as seguintes informações:

- a) a identidade, nacionalidade, localização da pessoa ou pessoas que são sujeitos da investigação ou do procedimento penal;
- b) a identidade e localização de qualquer pessoa de quem se buscam provas;
- c) a identidade e localização da pessoa a ser entregue, a relação dessa pessoa com o procedimento penal e a maneira pela qual a entrega deverá ser feita;
- d) informações sobre a identidade e o paradeiro de uma pessoa a ser localizada;
- e) uma descrição da maneira pela qual qualquer testemunho ou declaração deverá ser tomado e registrado;
- f) uma lista de perguntas a serem feitas à testemunha;
- g) uma descrição dos documentos, registros ou evidências a serem produzidos, bem como uma descrição da pessoa adequada a produzi-los e, na medida em que isso não seja previsto, a forma em que devem ser produzidos e autenticados;
- h) uma manifestação sobre a necessidade de provas ou declarações juramentadas;
- i) uma descrição da propriedade, ativos ou artigos aos quais a solicitação se refere, incluindo sua localização; e
- j) qualquer ordem judicial relativa à assistência solicitada e uma manifestação relativa ao alcance dessa ordem.

4. Todos os pedidos e documentos de apoio serão acompanhados de uma tradução na língua oficial da Parte Requerida ou no idioma inglês, quando acordado pelas Partes, e serão oficialmente assinados e carimbados pelas autoridades competentes, de acordo com a legislação nacional da Parte Requerente, não sendo necessária qualquer forma de certificação ou autenticação.

5. Para os fins deste Tratado, as autoridades competentes para formular um pedido de assistência jurídica mútua são aquelas definidas pelo direito interno da Parte Requerente. As autoridades competentes para executar o pedido são aquelas definidas pela legislação nacional da Parte Requerida.

Artigo 6

Informações adicionais

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 552/2021 [11 de 22]



A Parte Requerente fornecerá informações adicionais à Parte Requerida quando esta Parte considerar que as informações disponíveis não são suficientes para atender ao pedido.

Artigo 7 **Recusa de Assistência**

1. A assistência será recusada se:
 - a) a prestação da assistência comprometer a soberania, a segurança, a ordem pública ou os interesses essenciais da Parte Requerida;
 - b) a solicitação se referir a uma infração prevista somente sob a lei militar;
 - c) a solicitação se relaciona com a persecução penal de uma pessoa por uma infração em relação a qual a pessoa tenha sido condenada definitivamente, absolvida, perdoada ou cumprido a sentença imposta na Parte Requerida;
 - d) existam motivos substanciais para acreditar que o pedido de assistência tenha sido feito com o propósito de investigar, realizar persecução penal ou punir uma pessoa em razão da raça, gênero, religião, nacionalidade ou opiniões políticas dessa pessoa, ou que o pedido de assistência causará a essa pessoa prejuízo por qualquer dessas razões;
 - e) o pedido se referir a uma infração que é considerada pela Parte Requerida como uma infração de natureza política.
2. A Parte Requerida poderá recusar assistência se:
 - a) a ação ou omissão invocada para constituir a infração a que a solicitação se refere não constituiria uma infração, se tivesse ocorrido dentro da jurisdição da Parte Requerida;
 - b) a prestação da assistência puder prejudicar a segurança de qualquer pessoa, quer essa pessoa se encontre dentro ou fora da Parte Requerente;
 - c) a solicitação se referir a uma infração, que seja sujeita a investigação ou processo, ou quando uma sentença final tiver sido proferida em relação a essa infração, na Parte Requerida sob sua própria jurisdição;
 - d) a execução da solicitação for contrária à legislação nacional da Parte Requerida.
3. A assistência não pode ser recusada apenas com base no sigilo bancário, no sigilo das instituições financeiras e nem se considerado que a infração envolve questões fiscais.
4. Antes de recusar uma solicitação, a Parte Requerida avaliará se a assistência pode ser concedida sob determinadas condições.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 552/2021 [12 de 22]



5. Se a Parte Requerente aceitar a assistência, sujeita aos termos e condições previstos no parágrafo 4 deste Artigo, deverá cumprir com tais termos e condições.

6. Se a Parte Requerida recusar assistência, informará prontamente a Parte Requerente dos motivos de recusa.

Artigo 8 **Execução dos Pedidos**

1. Os pedidos de assistência deverão ser prontamente executados pelas autoridades competentes da Parte Requerida, em conformidade com a legislação dessa Parte e na medida em que sua lei permitir, da maneira solicitada pela Parte Requerente.
2. A Parte Requerida informará prontamente à Parte Requerente das circunstâncias, quando for conhecida pela Parte Requerida, que possam causar um atraso significativo na execução da solicitação.
3. A Parte Requerida poderá adiar a execução da solicitação se a sua execução imediata puder interferir com qualquer procedimento penal em curso no território da Parte Requerida. A Parte Requerida poderá também adiar a entrega de documentos, se tais documentos forem necessários para instruir procedimentos, criminais ou civis, nessa Parte, caso em que a Parte Requerida, mediante solicitação, fornecerá cópias autenticadas de tais documentos.
4. Desde que não seja contrária à sua legislação nacional, a Parte Requerida poderá autorizar as pessoas indicadas na solicitação de assistência jurídica a estarem presentes em sua execução. Para esse fim, a Parte Requerida informará imediatamente à Parte Requerente da data e do local de execução do pedido de assistência. As pessoas autorizadas podem solicitar à autoridade competente da Parte Requerida que considere a possibilidade de apresentar perguntas específicas referentes aos procedimentos de assistência.
5. Antes de adiar a execução de uma solicitação, a Parte Requerida considerará se a assistência pode ser concedida sujeita a determinadas condições.
6. Se a Parte Requerida adiar a assistência, informará prontamente a Parte Requerente dos motivos do adiamento.

Artigo 9 **Devolução de Itens à Parte Requerida**

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 552/2021 [13 de 22]



Quando solicitado pela Parte Requerida, a Parte Requerente devolverá os itens entregues na forma deste Tratado, quando não forem mais necessários para os fins penais aos quais a solicitação se relaciona.

Artigo 10

Confidencialidade e Limitação de Uso

1. A Parte Requerida empregará seus melhores esforços para preservar a confidencialidade da solicitação de assistência, do conteúdo da solicitação e sua documentação de apoio, e de qualquer ação tomada em conformidade com a solicitação. Se a Parte Requerida não puder cumprir com a solicitação de confidencialidade feita pela Parte Requerente, a Parte Requerida deverá consultar a Parte Requerente antes de executar o pedido.
2. A Parte Requerente empregará seus melhores esforços para preservar a confidencialidade das informações e provas fornecidas pela Parte Requerida, exceto na medida em que as provas e informações sejam necessárias para o processo penal a que se refere a solicitação e quando autorizado pela Parte Requerida.
3. A Parte Requerente empregará seus melhores esforços para assegurar que as informações ou provas sejam protegidas contra perda, acesso não autorizado, modificação, divulgação ou uso indevido.
4. A Parte Requerente fornecerá garantias de que não usará as informações ou provas obtidas, ou qualquer coisa derivada delas, para fins diferentes dos indicados na solicitação sem o consentimento prévio da Parte Requerida.

Artigo 11

Fornecimento de documentos disponíveis publicamente e outros registros

1. A Parte Requerida deverá, mediante solicitação, fornecer à Parte Requerente cópias de documentos ou registros publicamente disponíveis.
2. A Parte Requerida poderá fornecer cópias de qualquer outro documentos ou registro sob as mesmas condições em que tais documentos ou registros seriam fornecidos às suas próprias autoridades policiais e judiciais.

Artigo 12

Entrega de Documentos

1. A Parte Requerida deverá, na medida em que sua lei permitir, executar os pedidos para a entrega de documentos relativos a um procedimento penal.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 552/2021 [14 de 22]



2. Um pedido de entrega de intimação que requeira o comparecimento de uma pessoa como testemunha, vítima, acusado, réu em processo penal ou perito na Parte Requerente deverá ser feito à Parte Requerida dentro de um prazo razoável antes da data marcada para a realização do ato.
3. A Parte Requerida enviará à Parte Requerente uma comprovação da entrega dos documentos. Se a entrega não puder ser efetuada, a Parte Requerente será informada dos motivos.
4. Uma pessoa que não cumpra com qualquer comunicação que lhe seja entregue não será responsável por qualquer sanção ou medida coerciva de acordo com a lei da Parte Requerente ou da Parte Requerida.

Artigo 13 **Obtenção de evidências ou declarações de Pessoas**

1. A Parte Requerida deverá, na medida em que a sua lei permitir e mediante solicitação, colher depoimento, obter declarações de pessoas ou solicitar que produzam prova para transmissão à Parte Requerente.
2. A Parte Requerida autorizará, na medida em que sua lei permitir, a presença de pessoas especificadas no pedido durante a execução da solicitação, e poderá também permitir que tais pessoas e seus representantes legais perguntem à pessoa cujo testemunho ou prova esteja sendo produzida. Caso esse questionamento direto não seja permitido, essas pessoas poderão apresentar perguntas por escrito.
3. Se qualquer pessoa na Parte Requerida alegar a existência de direito ou obrigação de se recusar a depor sob a lei da Parte Requerente, a Parte Requerente, mediante solicitação, fornecerá um certificado à Parte Requerida quanto à existência deste direito. Na ausência de provas em contrário, o certificado deve ser prova suficiente do seu conteúdo.
4. Para efeitos deste Artigo, a obtenção de evidências inclui a produção de documentos ou outros materiais.

Artigo 14 **Providências para que pessoas sob custódia prestem depoimento ou assistência**

1. Uma pessoa sob custódia na Parte Requerida poderá, a pedido da Parte Requerente, ser temporariamente transferida para essa Parte para prestar depoimento ou para auxiliar em procedimentos criminais nessa Parte.
2. A Parte Requerida transferirá uma pessoa em custódia para a Parte Requerente somente se:

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 552/2021 [15 de 22]



- a) a pessoa livremente consente com a transferência; e
 - b) a Parte Requerente concorda em cumprir quaisquer condições especificadas pela Parte Requerida relativas à custódia ou segurança da pessoa a ser transferida.
3. Quando a Parte Requerida informar à Parte Requerente que a pessoa transferida não precisa mais ser mantida sob custódia, essa pessoa será libertada e será tratada como uma pessoa presente na Parte Requerente, conforme um pedido que solicitasse a presença dessa pessoa.
4. A Parte Requerente devolverá a pessoa transferida sob custódia à Parte Requerida dentro de 30 (trinta) dias, a partir da data da presença da referida pessoa na Parte Requerente ou de qualquer outro período de tempo conforme seja acordado pelas Partes.
5. Uma pessoa sob custódia que é transferida receberá o crédito na sentença imposta na Parte Requerida pelo tempo sob custódia na Parte Requerente.
6. Uma pessoa sob custódia que não consinta em testemunhar ou em auxiliar em procedimentos penais na Parte Requerente não sofrerá nenhuma sanção ou medida coercitiva de acordo com a lei da Parte Requerente ou da Parte Requerida.

Artigo 15

Disponibilidade de outras pessoas para prestar depoimento ou assistência

1. A Parte Requerente poderá solicitar a assistência da Parte Requerida para convidar uma pessoa, não sendo aquelas a quem o Artigo 14 deste Tratado se aplica, a prestar depoimento ou prestar assistência na Parte Requerente. A Parte Requerente adotará providências satisfatórias para a segurança de tal pessoa.
2. A Parte Requerida convidará a pessoa e informará prontamente a Parte Requerente de sua resposta. Se a pessoa consentir, a Parte Requerida tomará todas as medidas necessárias para facilitar a solicitação.
3. Uma pessoa que não consinta em fornecer provas ou prestar assistência ao abrigo do presente artigo não sofrerá qualquer sanção ou medida coercitiva em conformidade com a lei das Partes.

Artigo 16

Regra da especialidade

1. Sujeito ao parágrafo 2 deste artigo, quando uma pessoa se encontra na Parte Requerente em razão de uma solicitação apresentada ao abrigo dos artigos 14 e 15 do presente Tratado:



Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 552/2021 [16 de 22]



- a) a pessoa não será detida e nem submetida a persecução penal ou a medida de restrição de sua liberdade pessoal na Parte Requerida por qualquer delito que precedeu sua saída da Parte Requerida;
 - b) a pessoa não estará sujeita a procedimento civil ao qual não poderia ser submetida se não estivesse na Parte Requerida;
 - c) a pessoa não deve, sem o seu consentimento, ser obrigada a fornecer provas em qualquer procedimento criminal ou a auxiliar em qualquer investigação criminal que não seja o processo criminal ao qual solicitação se refere.
2. O parágrafo 1 deste Artigo deixará de ser aplicado se essa pessoa, sendo livre para sair, não tiver saído da Parte Requerente no prazo de 30 (trinta) dias após ter sido oficialmente notificada de que sua presença não é mais necessária ou, tendo saído, retornou.
3. Uma pessoa que consentir em prestar depoimento conforme os Artigos 15 ou 16 deste Tratado não estará sujeita a processo judicial com base em seu depoimento, exceto por perjúrio ou desacato ao tribunal.

Artigo 17

Trânsito de pessoas sob custódia

1. Uma Parte pode, de acordo com suas leis nacionais, autorizar o trânsito pelo seu território de uma pessoa sob custódia cuja presença tenha sido solicitada pela outra Parte.
2. A Parte onde o trânsito será realizado deverá, de acordo com suas leis nacionais, exercer a autoridade e tem a obrigação de adotar as providências necessárias para manter a pessoa sob custódia durante o trânsito.

Artigo 18

Busca e Apreensão

1. A Parte Requerida deverá, na medida em que sua legislação nacional permitir, cumprir os pedidos feitos, relacionados a matéria penal na Parte Requerente, para busca e apreensão.
2. A Parte Requerida fornecerá informações à Parte Requerente sobre o resultado de qualquer busca, o local e as circunstâncias da apreensão e a subsequente custódia dos bens apreendidos.
3. A Parte Requerente deverá observar quaisquer condições exigidas pela Parte Requerida em relação a qualquer material apreendido que seja entregue à Parte Requerente.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 552/2021 [17 de 22]



Artigo 19

Produtos e instrumentos do crime

1. A Parte Requerida deverá, mediante solicitação, procurar averiguar se algum produto ou instrumento de crime está situado dentro de sua jurisdição e comunicar a Parte Requerente dos resultados de suas investigações. Ao fazer a solicitação, a Parte Requerente comunicará a Parte Requerida sobre os fundamentos que levam a acreditar que tais produtos ou instrumentos de crimes possam estar localizados na sua jurisdição.
2. Quando, de acordo com o parágrafo 1 deste artigo, houver suspeita de que o produto ou instrumento de crime tenha sido encontrado, a Parte Requerida tomará as medidas permitidas por sua lei para impedir qualquer transferência, conversão, disposição ou movimentação de propriedade desses produtos ou instrumentos de crimes, enquanto se aguarda uma determinação final em relação a esses produtos por um tribunal da Parte Requerente.
3. A Parte Requerida, na medida em que a sua lei permitir, executará uma ordem final de apreensão ou confisco dos produtos e instrumentos de crimes proferida por um tribunal da Parte Requerente.
4. Na aplicação deste Artigo, os direitos de terceiros de boa-fé ou vítimas identificáveis devem ser respeitados sob a lei da Parte Requerida. Quando houver uma reclamação de um terceiro ou de uma vítima identificável, a Parte Requerida reterá os produtos e instrumentos de crimes até uma determinação final por um tribunal competente da Parte Requerente.
5. A Parte Requerida devolverá os produtos e instrumentos de crimes referidos no parágrafo 3 deste artigo, ou o valor dos produtos e instrumentos, à Parte Requerente, na medida permitida por suas leis nacionais e nos termos que julgar apropriados.

Artigo 20

Retorno de fundos públicos desviados

1. Quando a Parte Requerida apreender ou confiscar bens que constituam fundos públicos, lavados ou não, e que tenham sido desviados da Parte Requerente, a Parte Requerida devolverá os bens apreendidos ou confiscados, subtraídos os custos razoáveis de concretização, para a Parte Requerente.
2. A devolução deverá ocorrer quando uma sentença final for proferida na Parte Requerente.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 552/2021 [18 de 22]



Artigo 21

Partilha de bens confiscados ou fundos equivalentes

1. Em qualquer caso em que uma Parte estiver em posse de bens confiscados e Parte titular dos bens entender que a cooperação foi prestada pela outra Parte, a Parte titular dos bens poderá, a seu critério e em conformidade com a lei interna, compartilhar essas ativos ou fundos equivalentes com a Parte cooperante.
2. Uma solicitação de compartilhamento de ativos deve ser apresentada no prazo de um ano a contar da data de implementação da última ordem de apreensão, salvo acordo em contrário entre as Partes em casos excepcionais.
3. A menos que mutuamente acordado em contrário, quando a Parte titular dos bens transfere qualquer quantia nos termos deste Artigo, não poderá impor à Parte cooperante quaisquer condições.

Artigo 22

Representação e despesas

1. Salvo disposição em contrário no presente Tratado, a Parte Requerida deverá tomar todas as providências necessárias para a representação da Parte Requerente em todos os processos decorrentes de uma solicitação de assistência e, de outra forma, representar os interesses da Parte Requerente.
2. A Parte Requerida arcará com as despesas de realização da solicitação de assistência, porém a Parte Requerente deverá arcar com:
 - a) Despesas de viagem e hospedagem ou quaisquer outros subsídios de uma pessoa que presta assistência conforme uma solicitação nos termos dos artigos 15 e 16 do presente Tratado;
 - b) Honorários e despesas de peritos.
3. Caso se torne evidente que a execução da solicitação requer despesas de natureza extraordinária, as Partes devem consultar-se para determinar os termos e condições sob as quais a assistência pode ser prestada.

Artigo 23

Compatibilidade com outros tratados

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 552/2021 [19 de 22]



O presente Tratado não afetará quaisquer obrigações existentes entre as Partes, seja em conformidade com outros tratados, acordos ou outros ajustes, nem impedirá as Partes de prestarem assistência mútua em conformidade com outros tratados, acordos ou outros ajustes.

Artigo 24
Solução de controvérsias

Qualquer controvérsia decorrente da interpretação, aplicação ou implementação deste Tratado será resolvida por via diplomática se as Autoridades Centrais não chegarem a um acordo.

Artigo 25
Ratificação, entrada em vigor, emenda e denúncia

1. O presente Tratado entrará em vigor no 30º (trigésimo) dia após o recebimento da última nota diplomática em que uma das Partes informa a outra, através dos canais diplomáticos, sobre o cumprimento de seus procedimentos internos necessários à entrada em vigor.
2. O presente Tratado permanecerá em vigor por um período indeterminado.
3. Este Tratado se aplicará a todas as solicitações de assistência jurídica mútua enviadas após sua entrada em vigor, independentemente da data em que a infração foi cometida, e a todas as solicitações apresentadas antes de sua entrada em vigor.
4. Este Tratado pode ser emendado com o consentimento das Partes. As emendas deverão ser feitas em protocolos separados que se tornarão parte integrante deste Tratado e entrarão em vigor de acordo com o parágrafo 1 deste artigo.
5. Qualquer das Partes pode denunciar o presente Tratado a qualquer momento, mediante notificação escrita com 6 (seis) meses de antecedência à outra Parte, pela via diplomática.
6. No caso de cessação do presente Tratado, este permanecerá aplicável às solicitações iniciadas durante o período de sua validade, até a conclusão de tais procedimentos.



Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 552/2021 [20 de 22]



FEITO em dois exemplares, em Brasília no dia 15 de março de 2019, em português, árabe e inglês, todos os três textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, a versão em inglês prevalecerá.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PELOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS

Ernesto Araújo

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Abdullah Bin Zayed Al Nahyan

Ministro dos Negócios Estrangeiros e
Cooperação Internacional



Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 552/2021 [21 de 22]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art49_cpt_inc1

Avulso do PDL 552/2021 [22 de 22]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 610, DE 2021

Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativa da Guiana, assinado em Brasília, em 13 de dezembro de 2018.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2068658&filename=PDL-610-2021



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 610/2021 [1 de 31]



Data do Documento: 13/06/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativa da Guiana, assinado em Brasília, em 13 de dezembro de 2018.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativa da Guiana, assinado em Brasília, em 13 de dezembro de 2018.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do *caput* do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

HUGO MOTTA
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2934990>

Avulso do PDL 610/2021 [2 de 31]

2934990



Data do Documento: 13/06/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 129/2025/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de Projeto de Decreto Legislativo para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o Projeto de Decreto Legislativo nº 610, de 2021, (Mensagem nº 674, de 2019, do Poder Executivo), que “Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativa da Guiana, assinado em Brasília, em 13 de dezembro de 2018”.

Atenciosamente,

HUGO MOTTA
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2934992>

Avulso do PDL 610/2021 [3 de 31]

2934992



MENSAGEM Nº 674

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Economia, o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativa da Guiana, assinado em Brasília, em 13 de dezembro de 2018.

Brasília, 11 de dezembro de 2019.



Avulso do PDL 610/2021 [4 de 31]



09064.000071/2019-51

EMI nº 00222/2019 MRE ME



Brasília, 22 de Agosto de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos a sua elevada consideração, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre a República Federativa do Brasil e República Cooperativa da Guiana, assinado em Brasília, em 13 de dezembro de 2018, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, e pelo Embaixador da Guiana para o Brasil, George Talbot.

2. O Acordo enquadra-se no modelo de Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos elaborado pelo Brasil com base no mandato emitido pelo Conselho de Ministros da Câmara de Comercio Exterior (CAMEX), em 2013. O Acordo está plenamente alinhado com a política de promoção dos investimentos brasileira com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável, do crescimento econômico, da redução da pobreza, da criação de empregos, da expansão da capacidade produtiva e do desenvolvimento humano, em consonância com o que dispõe o art. 4º, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988.

3. O ACFI Brasil-Guiana contém sete Artigos de caráter geral (Objetivo, Âmbito de Aplicação, Definições, Transparência, Comitê Conjunto para a Administração do Acordo, Solução de Controvérsias entre as Partes e Disposições Finais), que conferem maior institucionalidade às disposições substantivas do instrumento e constituem amparo legal para eventual solução de controvérsias. Ademais, dispõe de Artigos específicos sobre Medidas Regulatórias e Governança Institucional que estabelecem um marco normativo favorável à cooperação e facilitação em matéria de investimentos.

4. As normas do Acordo conferem maior previsibilidade e segurança jurídica a empresas e investidores brasileiros na Guiana e a empresas e investidores guianenses no Brasil, favorecendo maior integração, melhor circulação de bens e pessoas, bem como mais adequado aproveitamento do potencial econômico-comercial bilateral.

5. O ACFI Brasil-Guiana busca estimular o investimento recíproco por meio de: garantias legais aos investidores; cooperação intergovernamental (sobretudo no âmbito de um Comitê Conjunto que, entre outras tarefas, administrará uma Agenda Temática); facilitação de

Avulso do PDL 610/2021 [5 de 31]



investimentos (especialmente mediante Pontos Focais/“Ombudsmen” mandatados para apoiar os investidores); prevenção e, eventualmente, solução de controvérsias. É nossa firme convicção que as disposições e mecanismos institucionais previstos no ACFI contribuirão significativamente para a expansão dos investimentos de parte a parte.

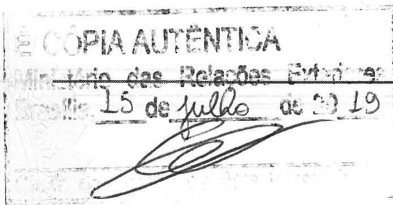
6. À luz do exposto, e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 84, inciso VIII, combinado com o art. 49, inciso I, da Constituição Federal, submetemos a sua apreciação o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo, Paulo Roberto Nunes Guedes

Avulso do PDL 610/2021 [6 de 31]





ACORDO DE COOPERAÇÃO E FACILITAÇÃO DE INVESTIMENTOS ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA COOPERATIVA DA GUIANA

Preâmbulo

A República Federativa do Brasil

e

a República Cooperativa da Guiana

(doravante designadas as "Partes" ou, individualmente, "Parte"),

Desejando reforçar e aperfeiçoar os laços de amizade e o espírito de cooperação contínua entre as Partes;

Buscando criar e manter condições favoráveis aos investimentos de investidores de uma Parte no território da outra Parte;

Buscando estimular, simplificar e apoiar investimentos bilaterais, abrindo novas oportunidades de mercado e de integração entre as Partes;

Reconhecendo o papel fundamental do investimento na promoção do desenvolvimento sustentável;

Considerando que o estabelecimento de uma parceria estratégica entre as Partes na área de investimentos trará benefícios amplos e recíprocos;

Reconhecendo a importância de promover um ambiente transparente e amigável para os investimentos de investidores das Partes;

Reafirmando a autonomia regulatória e a faculdade de cada Parte para implementar políticas públicas;

Desejando encorajar e fortalecer os contatos entre os investidores e os governos das duas Partes; e

Buscando criar um mecanismo de diálogo técnico e promover iniciativas governamentais que contribuam para o aumento significativo dos investimentos mútuos;



Acordam, de boa-fé, o seguinte Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos, doravante denominado "Acordo", conforme o seguinte:

PARTE I

Escopo do Acordo e Definições

Artigo 1

Objetivo

O objetivo do presente Acordo é promover a cooperação entre as Partes de forma a facilitar e encorajar os investimentos mútuos por meio do estabelecimento de marco institucional para a implementação de Agenda para a Cooperação e Facilitação, regras para o tratamento adequado dos investidores e de seus investimentos, bem como medidas regulatórias e mecanismos para a prevenção de controvérsias, entre outros instrumentos acordados entre as Partes.

Artigo 2

Âmbito de aplicação e cobertura

1. Este Acordo aplica-se a todos os investimentos realizados antes ou depois de sua entrada em vigor por investidores de cada Parte, de acordo com as leis e regulamentos da outra Parte no território da primeira, mas as disposições deste Acordo não se aplicarão a qualquer disputa ou controvérsia que tenha surgido antes de sua entrada em vigor. Isso não impede que as Partes discutam amigavelmente políticas relacionadas às mencionadas disputas ou controvérsias que já tenham sido concluídas no âmbito do Comitê Conjunto estabelecido no Artigo 18 deste Acordo.
2. Este Acordo não limitará os direitos e benefícios de que um investidor de uma Parte goze ao amparo do Direito nacional ou internacional no território da outra Parte.
3. Para maior certeza, as Partes reafirmam que este Acordo deverá ser aplicado sem prejuízo dos direitos e obrigações derivados dos Acordos da Organização Mundial do Comércio.
4. Este Acordo não impedirá a adoção e a implementação de novas exigências legais ou restrições a investidores e seus investimentos, desde que estas sejam compatíveis com este Acordo.
5. Este Acordo não se aplicará à emissão de licenças compulsórias emitidas em relação aos direitos de propriedade intelectual em conformidade com o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio da Organização Mundial do Comércio (Acordo de TRIPS) e seu Protocolo, ou à revogação, limitação ou criação de direitos de propriedade intelectual na medida em que a sua emissão, revogação, limitação ou criação seja compatível com o Acordo de TRIPS.



Artigo 3 Definições

1. Para os propósitos deste Acordo:

1.1 "Empresa" significa:

a) qualquer entidade constituída ou organizada conforme a legislação aplicável de qualquer das Partes, desenvolvendo atividades de negócios substanciais no território das Partes com ou sem fins lucrativos, de propriedade privada ou estatal, incluindo qualquer corporação, sociedade, parceria, empresa de proprietário único ou joint venture;

b) filial de qualquer entidade estabelecida no território de uma Parte de acordo com a sua legislação desenvolvendo atividades de negócios naquela Parte. Para maior certeza, a inclusão de filial na definição de empresa ocorre sem prejuízo da habilidade da Parte de tratar a filial como uma entidade que não possui existência legal independente e não pode ser organizada separadamente, de acordo com as leis e regulamentos de cada Parte, incluindo os dispositivos específicos do setor financeiro.

1.2 "Estado anfitrião" significa a Parte em que o investimento é feito.

1.3 "Investimento" significa qualquer tipo de ativo investido por investidores de uma Parte, estabelecido ou adquirido no território da outra Parte, que permita exercer, direta ou indiretamente, controle acionário ou grau significativo de influência sobre a gestão da produção de bens ou da prestação de serviços no território da outra Parte, de conformidade com as leis e regulamentos desta Parte, incluindo, mas não exaustivamente:

- a) ações, títulos, participações e outros tipos de capital de uma empresa;
- b) bens móveis ou imóveis e quaisquer outros direitos de propriedade, como hipoteca, encargo, penhor, usufruto e direitos e obrigações semelhantes;
- c) direitos de exploração e uso conferido por licenças, autorizações ou concessões outorgadas e reguladas pela legislação do Estado anfitrião e/ou por contrato;
- d) empréstimos e instrumentos de dívida entre uma empresa e sua subsidiária; e
- e) direitos de propriedade intelectual, conforme definidos ou referenciados no Acordo de TRIPS.

Para os efeitos deste Acordo e para maior certeza, "Investimento" não inclui:



- i) uma ordem ou julgamento emitido em qualquer procedimento judicial ou administrativo;
- ii) títulos de dívida emitidos por uma Parte ou empréstimos concedidos por uma Parte à outra Parte, títulos, debêntures, empréstimos ou outros instrumentos de dívida de uma empresa estatal de uma Parte que seja considerada dívida pública em conformidade com a lei dessa Parte;
- iii) investimentos de portfólio, ou seja, aqueles que não permitem ao investidor exercer um grau significativo de influência na gestão da empresa ou em outra empresa;
- iv) os direitos de crédito decorrentes exclusivamente de contratos comerciais para a venda de bens ou serviços por parte de um investidor no território de uma Parte a um nacional ou uma empresa no território da outra Parte, ou a concessão de crédito no âmbito de uma transação comercial, ou quaisquer outras reivindicações monetárias que não envolvam o tipo de interesses estabelecidos nas alíneas de (a) a (e) acima; e
- v) direitos derivados de quaisquer despesas ou outras obrigações financeiras incorridas pelo investidor antes do estabelecimento do investimento, inclusive com vistas a cumprir a regulamentação relativa à admissão do capital estrangeiro ou outros limites ou condições específicas, de acordo com a legislação sobre admissão de investimentos do Estado anfitrião.

1.4 "Investidor" significa

- a) qualquer pessoa natural de uma Parte que faça um investimento no território da outra Parte; ou
- b) qualquer empresa, conforme definido em 1.1, constituída e organizada de acordo com a legislação de uma Parte, exceto filial, no território dessa Parte que tenha realizado um investimento no território da outra Parte.

1.5 "Medida" significa qualquer medida adotada por uma Parte, seja sob a forma de lei, regulamento, regra, procedimento, decisão ou disposição administrativa, seja sob qualquer outra forma.

1.6 "Nacional" significa uma pessoa natural de nacionalidade de uma Parte, de acordo com suas leis e regulamentos.

1.7 "Território" significa o território, incluindo seus espaços terrestres e aéreos, a zona econômica exclusiva, o mar territorial, a plataforma continental, o solo e subsolo sobre os quais a Parte exerce seus direitos de soberania ou jurisdição, de acordo com direito internacional e com sua legislação interna.



PARTE II

Medidas Regulatórias

Artigo 4

Tratamento

1. Conforme as regras aplicáveis do direito internacional reconhecidas por cada Parte e seu respectivo direito interno, nenhuma Parte deverá submeter os investimentos de investidores de outra Parte a medidas que constituam:

- (i) Denegação de acesso à justiça em qualquer processo administrativo ou judicial;
- (ii) Violação do devido processo legal;
- (iii) Discriminação de gênero, raça, religião ou crença política;
- (iv) Tratamento abusivo manifesto tal como intimidação, coerção ou assédio; ou
- (v) Discriminação contra investimentos de investidores da outra Parte em ações para a fazer cumprir a lei ou para garantir a segurança pública.

2. Nada neste acordo deverá ser interpretado para impedir uma Parte de adotar ou manter medidas afirmativas relacionadas a grupos vulneráveis.

3. De acordo com os princípios deste Acordo, cada Parte assegurará que todas as medidas que afetem os investimentos sejam administradas de forma razoável, objetiva e imparcial, em conformidade com as respectivas leis e regulamentos.

4. Para maior certeza, os padrões de “tratamento justo e equitativo” e “proteção e segurança total” não deverão ser utilizados ou levantados por qualquer uma das Partes como base para controvérsias de investimentos em relação à aplicação ou interpretação deste Acordo.

Artigo 5

Tratamento nacional

1. Sem prejuízo das medidas vigentes ao amparo de sua legislação na data em que este Acordo entrar em vigor, cada Parte outorgará aos investidores da outra Parte tratamento não menos favorável do que o outorgado, em circunstâncias similares, aos seus próprios investidores em relação ao estabelecimento, aquisição, expansão, administração, condução, operação, venda ou outra alienação de investimentos em seu território.

2. Sem prejuízo das medidas vigentes ao amparo de sua legislação na data em que este Acordo entrar em vigor, cada Parte outorgará aos investimentos dos investidores da outra Parte



tratamento não menos favorável do que o outorgado, em circunstâncias similares, aos investimentos de seus próprios investidores em relação ao estabelecimento, aquisição, expansão, administração, condução, operação, venda ou outra alienação de investimentos.

3. Nada neste Acordo será interpretado no sentido de impedir uma Parte de adotar novas medidas mencionadas nos parágrafos 1 e 2 que afetem investidores da outra Parte desde que tais medidas não sejam mais discriminatórias do que aquelas anteriores à sua adoção.

4. Para maior certeza, o tratamento a ser acordado em "circunstâncias similares" depende da totalidade das circunstâncias, inclusive se o tratamento pertinente distingue entre investidores ou investimentos com base em objetivos legítimos de interesse público.

5. Para maior certeza, este Artigo não será interpretado no sentido de obrigar uma Parte a compensar desvantagens competitivas intrínsecas que resultem do caráter estrangeiro dos investidores e seus investimentos.

Artigo 6

Tratamento de nação mais favorecida

1. Cada Parte outorgará aos investidores da outra Parte tratamento não menos favorável do que o outorgado, em circunstâncias similares, aos investidores de qualquer terceiro Estado em relação ao estabelecimento, aquisição, expansão, administração, condução, operação, venda ou outra alienação de investimentos em seu território.

2. Cada Parte outorgará aos investimentos dos investidores da outra Parte tratamento não menos favorável do que o outorgado, em circunstâncias similares, aos investimentos, em seu território, de investidores de qualquer terceiro Estado em relação ao estabelecimento, aquisição, expansão, administração, condução, operação, venda ou outra alienação de investimentos.

3. Este Artigo não será interpretado no sentido de requerer que uma Parte garanta ao investidor de outra Parte ou seus investimentos o benefício de qualquer tratamento, preferência ou privilégio decorrente de:

- a) dispositivos relativos à solução de controvérsias em matéria de investimentos constantes de um acordo de investimentos ou um capítulo de investimentos em um acordo comercial;
- b) qualquer acordo de integração econômica regional, união aduaneira ou mercado comum do qual a Parte seja ou se torne membro.

4. Para maior certeza, o tratamento outorgado em "circunstâncias similares" depende da totalidade das circunstâncias, inclusive se o tratamento relevante distingue entre investidores ou investimentos com base em objetivos legítimos de interesse público.



Artigo 7

Desapropriação Direta

1. Na determinação do montante da compensação em caso de desapropriação, a autoridade competente de cada Parte deverá seguir as disposições deste Artigo.
2. Nenhuma Parte nacionalizará ou desapropriará os investimentos de investidores da outra Parte, exceto se:
 - a) por utilidade ou necessidade públicas ou quando justificado por interesse social;
 - b) de forma não discriminatória;
 - c) mediante o pagamento de indenização efetiva¹, de acordo com os parágrafos de 2 a 4; e
 - d) em conformidade com o princípio do devido processo legal.
3. A compensação deverá:
 - a) ser paga sem demora indevida;
 - b) ser equivalente ao valor justo de mercado do investimento desapropriado imediatamente antes de a desapropriação ocorrer (“data de desapropriação”);
 - c) não refletir qualquer alteração no valor de mercado devida a que se tenha tido conhecimento, antes da data de desapropriação, da intenção de desapropriar; e
 - d) ser completamente pagável e livremente transferível, de acordo com o Artigo 10 deste Acordo.
4. A compensação a ser paga não será inferior ao valor justo de mercado na data de desapropriação, mais os juros fixados com base em critérios de mercado, acumulados desde a data da desapropriação até a data do pagamento, de acordo com a legislação do Estado anfitrião.
5. O investidor afetado pela desapropriação terá o direito, sob a legislação da Parte que realizou a desapropriação, a pronta revisão, seja judicial seja por uma autoridade independente daquela Parte, da desapropriação e da avaliação do investimento desapropriado em conformidade com este Acordo e com a relevante legislação daquela Parte.
6. Para maior certeza, este Acordo abrange apenas a desapropriação direta, que ocorre quando um investimento é nacionalizado ou de outra forma diretamente desapropriado por meio da transferência formal de título ou de direitos de propriedade, e não abrange desapropriação indireta.



Artigo 8

Compensação por perdas

Os investidores de uma Parte cujos investimentos no território da outra Parte sofram perdas devido a guerra ou outro conflito armado, revolução, estado de emergência nacional, insurreição, distúrbio ou qualquer outro acontecimento similar gozarão, no que se refere à restituição, indenização ou outra forma de compensação, do mesmo tratamento que a última Parte conceder aos próprios investidores ou do tratamento outorgado a uma terceira parte, o que for mais favorável ao investidor afetado.

Artigo 9

Transparência

1. Cada Parte garantirá que as suas leis, regulamentos, procedimentos e decisões administrativas de aplicação geral com relação a qualquer matéria abrangida por este Acordo, em particular referentes ao acesso e tratamento de investimentos e a qualificação, licenciamento e certificação, sejam publicadas em diário oficial e, quando possível, em formato eletrônico, de tal maneira que permita às pessoas interessadas da outra Parte tomar conhecimento de tais informações.

2. Tal como disposto em suas leis e regulamentos, cada Parte:

- i) publicará qualquer medida relacionada a investimentos que se proponha a adotar;
- ii) fornecerá oportunidade razoável às pessoas interessadas para que expressem suas opiniões sobre tais medidas.

3. Sempre que possível, cada Parte divulgará este Acordo junto a suas respectivas instituições financeiras públicas e privadas responsáveis pela avaliação técnica de riscos e pela aprovação de empréstimos, créditos, garantias e seguros relacionados aos investimentos no território da outra Parte.

Artigo 10

Transferências

1. Cada Parte permitirá que a transferência, de seu território para o exterior e do exterior para seu território de recursos relacionados a um investimento seja feita livremente e sem demora indevida. As transferências devem ser feitas em moeda conversível na taxa de câmbio aplicável na data da transferência no território da Parte que recebeu o investimento, sujeitas às taxas aplicáveis exceto se acordado de outra forma. Tais transferências incluem:

- a) a contribuição ao capital inicial ou qualquer adição deste em relação à manutenção ou expansão do investimento;



- b) os rendimentos diretamente relacionados com o investimento, tais como lucros, juros, ganhos de capital, dividendos e royalties;
- c) as receitas provenientes da venda ou liquidação, total ou parcial, do investimento;
- d) os pagamentos de qualquer empréstimo, incluindo os juros sobre este, diretamente relacionados com o investimento; e
- e) o montante da compensação em conformidade com os dispositivos deste Acordo.

2. Sem prejuízo do disposto no parágrafo 1 deste Artigo, uma Parte poderá, de maneira não discriminatória e de boa-fé, impedir a realização de uma transferência, se tal transferência puder ser impedida ao amparo de suas leis relativas a:

- a) falência, insolvência ou proteção dos direitos dos credores;
- b) infrações penais;
- c) relatórios financeiros ou conservação de registros de transferências, quando seja necessário para colaborar com autoridades policiais ou com reguladores financeiros; ou
- d) garantia de cumprimento de decisões no âmbito de procedimentos judiciais ou administrativos.

3. Nada neste Acordo será interpretado no sentido de impedir uma Parte de adotar ou manter medidas restritivas temporárias com relação a pagamentos ou transferências relativas a transações correntes na eventualidade de sérias dificuldades de balanço de pagamentos e de dificuldades ou ameaça de dificuldades financeiras externas.

4. Nada neste Acordo será interpretado no sentido de impedir uma Parte de adotar e manter medidas restritivas temporárias com relação a pagamentos ou transferências relativas a movimentos de capital;

a) em caso de sérias dificuldades de balanço de pagamentos ou dificuldades ou ameaça de dificuldades financeiras externas;

b) quando, em circunstâncias excepcionais, pagamentos ou transferências relativas a movimentos de capital gerarem ou ameçarem gerar sérias dificuldades de gestão macroeconômica.

5. A adoção de medidas restritivas temporárias relativas a transferências em caso de existência de sérias dificuldades no balanço de pagamentos descritas nos parágrafos 3 e 4 deste Artigo deve ser não discriminatória e em conformidade com o Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional e outros Acordos internacionais relativos a transferências dos quais ambas Partes sejam signatárias.



Artigo 11 **Medidas tributárias**

1. Nada neste Acordo se aplicará a medidas tributárias, sempre que tais medidas não sejam aplicadas de forma a constituir discriminação arbitrária ou injustificada de investidores de outra Parte e seus investimentos ou uma restrição disfarçada a tais investidores e investimentos.
2. Para maior certeza, nada neste Acordo:
 - a) afetará os direitos e obrigações das Partes derivados de um acordo para evitar a dupla tributação, atual ou futuro, de que uma das Partes deste Acordo seja parte ou venha a se tornar parte;
 - b) será interpretado no sentido de evitar a adoção de qualquer medida dirigida à imposição e arrecadação equitativa e eficaz de tributos, de acordo com a legislação das Partes.

Artigo 12 **Medidas prudenciais**

1. Nada neste Acordo será interpretado no sentido de impedir uma Parte de adotar ou manter medidas prudenciais, tais como:
 - a) a proteção dos investidores, depositantes, participantes do mercado financeiro, detentores de apólices, beneficiários de apólices ou pessoas com quem alguma instituição financeira tenha uma obrigação fiduciária;
 - b) a manutenção da segurança, solidez, solvência, integridade ou responsabilidade financeira de instituições financeiras; e
 - c) a garantia da integridade e estabilidade do sistema financeiro de uma Parte.
2. Quando tais medidas não estiverem em conformidade com as disposições deste Acordo, elas não serão utilizadas como meio para evitar os compromissos ou obrigações contraídas pela Parte ao amparo deste Acordo.

Artigo 13 **Exceções de segurança**

Nada neste Acordo será interpretado no sentido de impedir que uma Parte adote ou mantenha medidas destinadas a preservar sua segurança nacional ou ordem pública, ou que aplique o disposto em suas leis penais ou que cumpra suas obrigações relativas à manutenção da paz e da segurança internacional em conformidade com a Carta das Nações Unidas e outros Acordos internacionais relevantes dos quais as Partes sejam signatárias.



Artigo 14**Cumprimento do Direito interno**

1. As Partes reafirmam e reconhecem que:
 - a) Os investidores e seus investimentos deverão cumprir todas as leis, regulamentos, diretrizes administrativas, bem como políticas da Parte concernentes ao estabelecimento, aquisição, administração, operação e alienação de investimentos;
 - b) Investidores e seus investimentos não deverão, antes ou depois do estabelecimento de um investimento, oferecer, prometer ou dar qualquer vantagem pecuniária indevida, gratificação ou presente, direta ou indiretamente, a um servidor público ou funcionário de governo de uma Parte como forma de induzir a que realize ou deixe de realizar qualquer ato oficial ou para obter ou manter vantagem indevida, nem ser cúmplices de incitar, auxiliar, instigar ou conspirar para que sejam cometidos tais atos.
 - c) O investidor deverá, de maneira plena e precisa, fornecer as informações que, ao amparo da legislação aplicável, as Partes solicitarem acerca de um investimento e da história e práticas corporativas do investidor, para fins do processo decisório em relação ao investimento ou apenas para fins estatísticos.

Artigo 15**Responsabilidade social corporativa**

1. Os investidores e seus investimentos devem esforçar-se para alcançar o mais alto nível possível de contribuição para o desenvolvimento sustentável do Estado anfitrião e da comunidade local, por meio da adoção de um alto grau de práticas socialmente responsáveis, com base nos princípios e normas estabelecidas neste Artigo.
2. Os investidores e seus investimentos deverão realizar os seus melhores esforços para cumprir os seguintes princípios e padrões para uma conduta empresarial responsável e compatível com as leis adotadas pelo Estado anfitrião:
 - a) contribuir para o progresso econômico, social e ambiental com vistas a alcançar um desenvolvimento sustentável;
 - b) respeitar os direitos humanos internacionalmente reconhecidos das pessoas envolvidas nas atividades dos investidores;
 - c) estimular a geração de capacidades locais, mediante uma estreita colaboração com a comunidade local;



- d) fomentar a formação do capital humano, em particular, por meio da criação de oportunidades de emprego e oferecendo capacitação aos empregados;
- e) abster-se de buscar ou aceitar isenções não contempladas no marco legal ou regulatório relacionadas com os direitos humanos, o meio ambiente, a saúde, a segurança, o trabalho, o sistema tributário, os incentivos financeiros ou outras questões;
- f) apoiar e defender os princípios da boa governança corporativa e desenvolver e implementar boas práticas de governança corporativa;
- g) desenvolver e implementar práticas de autodisciplina e sistemas de gestão eficazes que promovam uma relação de confiança mútua entre os investidores e as sociedades nas quais exercem sua atividade;
- h) promover o conhecimento e o cumprimento, por parte dos empregados, das políticas da empresa mediante sua difusão adequada, inclusive por meio de programas de capacitação;
- i) abster-se de adotar medidas discriminatórias ou disciplinares contra os trabalhadores que enviarem relatórios à direção ou, quando apropriado, às autoridades públicas competentes, sobre práticas contrárias à lei ou às políticas da empresa;
- j) fomentar, na medida do possível, que seus parceiros, incluindo prestadores de serviços e contratados, apliquem princípios de conduta empresarial compatíveis com os princípios previstos neste Artigo; e
- k) abster-se de qualquer ingerência indevida nas atividades políticas locais.

Artigo 16

Medidas sobre investimentos e luta contra a corrupção e a ilegalidade

1. Cada Parte adotará medidas para prevenir e combater a corrupção, a lavagem de ativos e o financiamento ao terrorismo em relação com as matérias abrangidas por este Acordo, em conformidade com suas leis e regulamentos.
2. Nada neste Acordo obrigará qualquer das Partes a proteger investimentos realizados com capitais ou ativos de origem ilícita ou investimentos em cujo estabelecimento ou operação for comprovada a ocorrência de atos ilegais e para os quais a legislação nacional preveja a pena de confisco.



Artigo 17**Disposições sobre investimentos e meio ambiente, assuntos trabalhistas e saúde**

1. Nada neste Acordo será interpretado no sentido de impedir uma Parte de adotar, manter ou fazer cumprir qualquer medida que considere apropriada para garantir que as atividades de investimento no seu território se efetuem em conformidade com a legislação trabalhista, ambiental ou de saúde dessa Parte, desde que essa medida não seja aplicada de forma que constitua um meio de discriminação arbitrária ou injustificável ou uma restrição disfarçada.
2. As Partes reconhecem que não é apropriado estimular o investimento por meio da redução das exigências de sua legislação trabalhista, ambiental ou de saúde. Portanto, cada Parte garante que não emendará ou revogará, nem oferecerá emendar ou revogar tal legislação para estimular o estabelecimento, a manutenção ou a expansão de um investimento em seu território, na medida em que tal alteração ou revogação envolva a diminuição de suas exigências trabalhistas, ambientais ou de saúde. Se uma das Partes considerar que a outra Parte ofereceu incentivo desse tipo, as Partes tratarão da questão por meio de consultas.

PARTE III**Governança Institucional e Prevenção e Solução de Controvérsias****Artigo 18****Comitê Conjunto para a Administração do Acordo**

1. Para os propósitos deste Acordo, as Partes estabelecem um Comitê Conjunto para a gestão deste Acordo (doravante designado "Comitê Conjunto").
2. O Comitê Conjunto será composto por representantes governamentais de ambas as Partes, designados por seus respectivos Governos.
3. O Comitê Conjunto reunir-se-á nas datas, nos locais e pelos meios que as Partes acordarem. As reuniões serão realizadas pelo menos uma vez por ano, com presidência alternada entre as Partes.
4. O Comitê Conjunto terá as seguintes atribuições e competências:
 - a) supervisionar a implementação e a execução deste Acordo;
 - b) discutir e divulgar oportunidades para a expansão de investimentos mútuos;
 - c) coordenar a implementação das Agendas para Cooperação e Facilitação de Investimentos;



d) consultar o setor privado e a sociedade civil, quando cabível, sobre seus pontos de vista sobre questões específicas relacionadas com os trabalhos do Comitê Conjunto;

e) buscar resolver quaisquer temas ou disputas relativas a investimentos de investidores de uma das Partes de maneira amigável; e

f) suplementar as regras para controvérsias arbitrais entre as Partes.

5. Para evitar incerteza e sem prejuízo do que precede a da sua habilidade de emitir recomendações às Partes, o Comitê Conjunto não deverá assumir as funções e poderes de quaisquer agências ou autoridades legalmente constituídas e estabelecidas pelas Partes para administrar temas relacionados e investimentos em suas respectivas jurisdições.

6. As Partes poderão estabelecer grupos de trabalho *ad hoc*, que se reunirão conjuntamente com o Comitê Conjunto ou separadamente.

7. O setor privado poderá ser convidado a integrar os grupos de trabalho *ad hoc*, quando assim autorizado pelo Comitê Conjunto.

8. O Comitê Conjunto elaborará seu próprio regulamento interno.

Artigo 19

Pontos Focais Nacionais ou *Ombudspersons*

1. Cada Parte designará um único órgão ou autoridade como Ponto Focal Nacional ou *Ombudsperson*, que terá como função principal dar apoio aos investidores da outra Parte em seu território e que será também responsável pela administração e monitoramento da implementação deste Acordo. As autoridades designadas deverão coordenar a implementação deste Acordo em conformidade com seus respectivos mandatos na legislação relevante em seus respectivos territórios.

2. Na República Federativa do Brasil, o Ponto Focal Nacional ou *Ombudsperson* será o Ombudsman de Investimentos Diretos (OID) da Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX).

3. Na República Cooperativa da Guiana, o Ponto Focal Nacional ou *Ombudsperson* será o Guyana Office for Investment (GO-Invest).

4. O Ponto Focal Nacional/*Ombudsperson*, entre outras atribuições, deverá:

a) buscar atender às recomendações do Comitê Conjunto e interagir com o Ponto Focal Nacional da outra Parte, em conformidade com este Acordo;



- b) dar seguimento a pedidos e consultas da outra Parte ou dos investidores da outra Parte com as autoridades competentes e informar aos interessados dos resultados de suas gestões;
 - c) avaliar, em consulta com as autoridades governamentais competentes, sugestões e reclamações recebidas da outra Parte ou de investidores da outra Parte e recomendar, quando apropriado, ações para melhorar o ambiente de investimentos;
 - d) buscar prevenir controvérsias em matéria de investimentos, em coordenação com as autoridades governamentais e entidades privadas relevantes;
 - e) prestar informações tempestivas e úteis sobre questões normativas relacionadas a investimentos em geral ou a projetos específicos; e
 - f) prestar informações relacionadas a suas atividades e ações ao Comitê Conjunto, quando solicitado.
5. Os Pontos Focais Nacionais ou *Ombudspersons* cooperarão entre si e com o Comitê Conjunto, com vistas a auxiliar na prevenção de controvérsias entre as Partes.
6. Cada Parte determinará os prazos para a implementação de cada uma de suas atribuições e responsabilidades, que serão comunicadas à outra Parte.

Artigo 20

Intercâmbio de informação entre as Partes

1. As Partes trocarão informações, sempre que possível e relevante para os investimentos recíprocos, relativas a oportunidades de negócios e procedimentos e requisitos para investimentos, em particular por meio do Comitê Conjunto e de seus Pontos Focais Nacionais.
2. Com esse propósito, quando solicitada, uma Parte prestará, tempestivamente e com respeito pelo nível aplicável de proteção, informação acerca, em particular, dos seguintes assuntos:
 - a) condições regulatórias para investimentos;
 - b) programas governamentais e possíveis incentivos a eles relacionados;
 - c) políticas públicas e marcos regulatórios que possam afetar os investimentos;
 - d) marco legal para investimentos, incluindo legislação sobre o estabelecimento de empresas e *joint ventures*;
 - e) tratados internacionais relevantes;



- f) procedimentos aduaneiros e regimes tributários;
- g) informações estatísticas sobre mercados de bens e serviços;
- h) infraestrutura e serviços públicos disponíveis;
- i) compras governamentais e concessões públicas;
- j) legislação social e trabalhista;
- k) legislação migratória;
- l) legislação cambial;
- m) legislação relativa a setores econômicos específicos previamente identificados pelas Partes; e
- n) projetos e acordos regionais relativos a investimentos; e
- o) Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Artigo 21

Tratamento da informação protegida

1. Cada Parte respeitará o nível de proteção da informação estabelecido pela Parte que tenha prestado a informação, em conformidade com sua respectiva legislação sobre a matéria.
2. Nenhum dos dispositivos deste Acordo deverá ser interpretado no sentido de exigir de qualquer das Partes que preste informação protegida, incluindo o tribunal arbitral estabelecido pelo Artigo 25, cuja divulgação possa comprometer o cumprimento da lei ou, de outra maneira, seja contrária ao interesse público ou viole a privacidade ou interesses comerciais legítimos. Para os propósitos deste parágrafo, a informação protegida inclui informação comercial sigilosa ou informação considerada privilegiada ou protegida contra divulgação ao amparo das leis aplicáveis de uma Parte.

Artigo 22

Interação com o setor privado

Reconhecendo o papel fundamental que desempenha o setor privado, as Partes disseminarão, entre os setores empresariais pertinentes, as informações de caráter geral sobre investimentos, marcos normativos e oportunidades de negócio no território da outra Parte.



Artigo 23**Cooperação entre agências responsáveis pela promoção de investimentos**

As Partes promoverão a cooperação entre suas agências de promoção de investimentos, com vistas a facilitar investimentos no território da outra Parte.

Artigo 24**Procedimento de prevenção de controvérsias**

1. Se uma Parte considerar que uma medida específica adotada pela outra Parte constitui uma violação deste Acordo, poderá invocar este Artigo para iniciar um procedimento de prevenção de controvérsias no âmbito do Comitê Conjunto.

2. As seguintes regras aplicar-se-ão ao procedimento acima mencionado:

a) Para iniciar o procedimento, a Parte interessada submeterá um pedido por escrito à outra Parte, na qual identificará a medida específica em questão e informará as conclusões de fato e de direito subjacentes à alegação. O Comitê Conjunto se reunirá dentro de sessenta (60) dias contados a partir da data do pedido;

b) O Comitê Conjunto disporá de sessenta (60) dias a contar da data da primeira reunião, prorrogável por acordo mútuo, para avaliar a alegação apresentada e preparar um relatório;

c) O relatório do Comitê Conjunto incluirá:

i) a identificação da Parte que alegou a violação;

ii) a descrição da medida em questão e a violação do Acordo alegada; e

iii) as conclusões do Comitê Conjunto.

d) Caso a disputa não seja resolvida após a conclusão dos prazos estabelecidos neste Artigo ou uma Parte não participe das reuniões do Comitê Conjunto convocadas em conformidade com este Artigo, a controvérsia poderá ser submetida por uma Parte à arbitragem, em conformidade com o Artigo 25 deste Acordo.

3. Se a medida em questão disser respeito a um investidor específico, aplicar-se-ão as seguintes regras adicionais:

a) a alegação inicial identificará o investidor afetado;

b) representantes do investidor afetado podem ser convidados a comparecer perante o Comitê Conjunto.



4. Sempre que relevante para a apreciação da medida em questão, o Comitê Conjunto poderá convidar outras partes interessadas a comparecer perante o Comitê Conjunto e apresentar suas opiniões sobre tal medida.

5. As atas das reuniões realizadas no âmbito do Procedimento de Prevenção de Controvérsias e toda a documentação conexa serão mantidas em sigilo, com exceção do relatório apresentado pelo Comitê Conjunto nos termos do parágrafo 2, sujeito à legislação de cada uma das Partes sobre a divulgação de informações.

Artigo 25

Solução de controvérsias entre as Partes

1. Uma vez esgotado o procedimento previsto no parágrafo 2 do Artigo 24 sem que a controvérsia tenha sido resolvida, qualquer das Partes poderá submetê-la a um Tribunal Arbitral *ad hoc*, em conformidade com as disposições deste Artigo. Alternativamente, as Partes poderão optar, de comum acordo, por submeter a controvérsia a uma instituição arbitral permanente para a solução de controvérsias em matéria de investimentos. Salvo que as Partes decidam o contrário, tal instituição aplicará as disposições deste Artigo.

2. O objetivo da arbitragem é determinar a conformidade com este Acordo de medida alegada por uma Parte como desconforme com este Acordo.

3. Não poderão ser objeto de arbitragem o Artigo 13 (Exceções de Segurança), o Artigo 14 (Cumprimento do Direito interno), o Artigo 15 (Responsabilidade Social Corporativa), o parágrafo 1 do Artigo 16 (Medidas sobre Investimentos e Luta contra a Corrupção e a Ilegalidade) e o parágrafo 2 do Artigo 17 (Disposições sobre Investimentos e Meio Ambiente, Assuntos Trabalhistas e Saúde).

4. Este Artigo não se aplicará a qualquer controvérsia relativa a quaisquer fatos ocorridos ou a quaisquer medidas adotadas antes da entrada em vigor deste Acordo.

5. Este Artigo não se aplicará a qualquer controvérsia, se houver transcorrido mais de cinco (5) anos a partir da data na qual a Parte teve conhecimento ou deveria ter tido conhecimento dos fatos que deram lugar à controvérsia.

6. O Tribunal Arbitral será composto por três árbitros. Cada uma das Partes designará, dentro de um prazo de três (3) meses depois de receber a “notificação de arbitragem”, um membro do Tribunal Arbitral. Os dois membros, dentro de um prazo de dois (2) meses contados a partir da designação do segundo árbitro, designarão um nacional de um terceiro Estado, com o qual ambas as Partes mantenham relações diplomáticas, que, após a aprovação por ambas as Partes, será nomeado Presidente do Tribunal Arbitral. A designação do Presidente deverá ser aprovada pelas Partes em um prazo de um (1) mês, contado a partir da data de sua nomeação.

7. Se, dentro dos prazos especificados no parágrafo 6 deste Artigo, não tiverem sido efetuadas as nomeações necessárias, qualquer das Partes poderá solicitar ao Secretário-Geral da Corte Internacional de Justiça que faça as nomeações necessárias. Se o Secretário-Geral da Corte



Internacional de Justiça for nacional de uma das Partes ou estiver impedido de exercer a referida função, o membro da Corte Internacional de Justiça de maior antiguidade que não seja nacional de qualquer das Partes será convidado a efetuar as nomeações necessárias.

8. Os Árbitros deverão:

- a) ter a experiência ou especialidade necessária em Direito Internacional Público, regras internacionais sobre investimento ou comércio internacional, ou em resolução de controvérsias relativas a acordos internacionais de investimentos;
- b) ser independentes e não estar vinculados, direta ou indiretamente, a qualquer das Partes ou aos outros árbitros ou a potenciais testemunhas, nem receber instruções das Partes; e
- c) cumprir as “Regras de conduta para o entendimento sobre regras e procedimentos de controvérsias” da Organização Mundial de Comércio (WTO/DSB/RC/1, datado de 11/12/1996), conforme aplicável à disputa ou qualquer outro padrão de conduta estabelecido pelo Comitê Conjunto.

9. A “Notificação de Arbitragem” e outros documentos relacionados com a resolução da controvérsia serão apresentados nos locais a ser designados por cada Parte.

10. O Tribunal Arbitral deverá determinar seus próprios procedimentos, de acordo com este Artigo e, subsidiariamente, com o Regulamento de Arbitragem da Comissão das Nações Unidas para o Direito Mercantil Internacional (CNUDMI). O Tribunal Arbitral tomará sua decisão por maioria de votos e decidirá com base nas disposições deste Acordo e nos princípios e regras de Direito Internacional reconhecidos por ambas as Partes. Salvo acordo em contrário, a decisão do Tribunal Arbitral será proferida dentro do prazo de seis (6) meses após a nomeação do Presidente, em conformidade com os parágrafos 6 e 7 deste Artigo.

11. A decisão do Tribunal Arbitral será definitiva e obrigatória para as Partes, que deverão cumpri-la sem demora.

12. As Partes adotarão a regra geral para a fixação da remuneração dos árbitros levando em conta as práticas de organizações internacionais relevantes. As Partes arcarão igualmente com as despesas dos árbitros e outros custos do procedimento, salvo que se acorde de outro modo.

13. Sem prejuízo do parágrafo 2 deste Artigo, as Partes poderão solicitar, por meio de um compromisso arbitral específico, que os árbitros examinem a existência de prejuízos causados pela medida em questão em conformidade com este Acordo e que estabeleçam, por meio de um laudo, uma compensação pelos referidos prejuízos. Neste caso, além do disposto nos parágrafos anteriores deste Artigo, devem-se observar as seguintes disposições:

- a) O compromisso arbitral para exame de prejuízos equivalerá à “Notificação de Arbitragem” no sentido do parágrafo 9 deste Artigo.



- b) Este parágrafo não se aplicará a uma controvérsia relativa a um investidor específico que tenha sido previamente resolvida e em que haja proteção da coisa julgada. Se um investidor tiver submetido a tribunais locais ou a um tribunal de arbitragem do Estado Anfitrião uma reclamação sobre a medida questionada no Comitê Conjunto, a arbitragem que examine prejuízos somente poderá ser iniciada depois da renúncia do investidor à sua reclamação perante tribunais locais ou tribunal arbitral do Estado Anfitrião. Se, depois de estabelecida a arbitragem, chegar ao conhecimento dos árbitros ou das Partes a existência de reclamações nas cortes locais ou tribunais arbitrais sobre a medida questionada, a arbitragem será suspensa.
- c) Se o laudo arbitral estabelecer uma compensação monetária, a Parte que receber tal indenização deverá transferi-la aos titulares dos direitos do investimento em questão, uma vez deduzidos os custos da controvérsia, em conformidade com os procedimentos internos de cada Parte. A Parte cujas pretensões forem acolhidas poderá solicitar ao Tribunal Arbitral que ordene a transferência da indenização diretamente aos titulares dos direitos do investimento afetados e o pagamento dos custos a quem os tenha assumido.

PARTE IV

Agenda para Cooperação e Facilitação de Investimentos

Artigo 26

Agenda para Cooperação e Facilitação de Investimentos

1. O Comitê Conjunto desenvolverá e discutirá uma Agenda para Cooperação e Facilitação de Investimentos nos temas relevantes para a promoção e melhoria do ambiente bilateral de investimentos. Os assuntos a serem inicialmente tratados pelas Partes serão acordados na primeira reunião do Comitê Conjunto.
2. As agendas serão discutidas entre as autoridades governamentais competentes das duas Partes. O Comitê Conjunto convidará, quando cabível, representantes oficiais adicionais de ambas Partes competentes na discussão da Agenda.
3. O Comitê Conjunto deverá estabelecer uma lista de temas para discussão da Agenda para Cooperação e Facilitação de Investimentos e, se cabível, as Partes poderão adotar compromissos específicos adicionais.
4. As Partes submeterão ao Comitê Conjunto os nomes das agências de Governo e seus representantes oficiais envolvidos nessas discussões.



PARTE V
Disposições Finais

Artigo 27
Emendas

1. Este Acordo poderá ser emendado a qualquer momento por solicitação de qualquer das Partes. A Parte que solicitar a adoção de uma emenda deverá submeter sua solicitação por escrito, na qual explicará as razões para a emenda. A outra Parte manterá consultas com a Parte requerente com relação à emenda proposta e também responderá por escrito à solicitação.
2. Qualquer acordo para emendar este Acordo será automático, a partir da finalização dos respectivos processos de ratificação. Qualquer acordo para emendar o tratado, em conformidade com este Artigo deverá ser manifestado por escrito, seja em instrumento singular seja por meio de troca de notas diplomáticas. Estas emendas serão vinculantes em tribunais constituídos ao amparo do Artigo 25 deste Acordo, e o laudo do tribunal deve ser compatível com todas as emendas a este Acordo.
3. As emendas entrarão em vigor em conformidade com o procedimento estabelecido no parágrafo 3 do Artigo 28.

Artigo 28
Disposições Finais

1. Nem o Comitê Conjunto nem os Pontos Focais ou *Ombudspersons* poderão substituir ou prejudicar, de nenhuma forma, qualquer outro acordo ou a via diplomática existente entre as Partes.
2. Sem prejuízo de suas reuniões regulares, após dez (10) anos da entrada em vigor deste Acordo, o Comitê Conjunto realizará uma revisão geral de sua implementação e fará recomendações de possíveis emendas, se necessário.
3. Este Acordo entrará em vigor noventa (90) dias após a data do recebimento da segunda nota diplomática que indique que todos os procedimentos internos necessários relativos à conclusão e à entrada em vigor de acordos internacionais foram concluídos por ambas as Partes.
4. Qualquer Parte pode denunciar este Acordo a qualquer momento, desde que o faça por notificação escrita à outra Parte. O término deverá ter efeito em data a ser acordada pelas Partes ou, se as Partes não lograrem chegar a um acordo, trezentos e sessenta e cinco (365) dias depois da data em que a notificação de término for entregue.

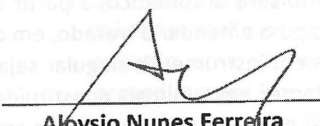
Em testemunho de que os abaixo assinados, devidamente autorizados a isso por seus respectivos Governos, assinaram o presente Acordo.

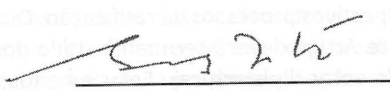


Feito em Brasília, em 13 de dezembro de 2018, em dois originais, em português e em inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação dos termos deste Acordo, a versão em inglês prevalecerá.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PELA REPÚBLICA COOPERATIVA DA GUIANA


Aloysio Nunes Ferreira
Ministro de Estado das Relações Exteriores


George Talbot
Embaixador da Guiana para o Brasil



NOTA DE FINAL DE TEXTO

1. Para evitar dúvidas, quando qualquer das Partes for a de desapropriadora, a compensação pela desapropriação da propriedade poderá ser feita sob a forma de títulos da dívida, em conformidade com suas leis e regulamentos, e nada neste Acordo ensejará a interpretação de que tal forma de compensação é incompatível com este Acordo.



09064.000071/2019-51

OFÍCIO Nº 454/2019/SG/PR

Brasília, 11 de dezembro de 2019.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada Soraya Santos
Primeira Secretária
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

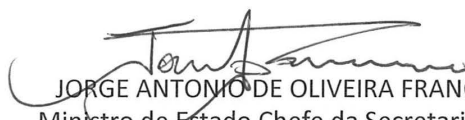
Assunto: Texto de acordo.


MSC. 674/2019

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República relativa ao texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativa da Guiana, assinado em Brasília, em 13 de dezembro de 2018.

Atenciosamente,


JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

PRIMEIRA-SECRETARIA
Em 12 / 12 / 2019
De ordem, ao Senhor Secretário-Geral da Mesa, para as devidas providências.
 Aparecida de Moura Andrade Chefe de Gabinete

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 09064.000071/2019-51 SEI nº

Palácio do Planalto- 4º andar - Sala: 402 - Telefone: 61-3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF- <http://www.planalto.gov.br>

Avulso do PDL 610/2021 [30 de 31]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art49_cpt_inc1

Avulso do PDL 610/2021 [31 de 31]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1663, DE 2023

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2256013&filename=PL-1663-2023



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1663/2023 [1 de 15]



Data do Documento: 13/06/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 2º A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Seção II
Do Reconhecimento e do Registro Sindical’

.....

‘Art. 516. Não será concedido registro a mais de um sindicato representativo da mesma categoria econômica ou profissional ou profissão liberal em uma mesma base territorial.’ (NR)

‘Art. 517. Os sindicatos poderão ser municipais, intermunicipais, estaduais, interestaduais e nacionais.

§ 1º (Revogado).

§ 2º Dentro da base territorial, é facultado ao sindicato instituir delegacias ou seções para melhor proteção dos associados e da categoria econômica ou profissional ou profissão liberal representada.’ (NR)



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2933178>

Avulso do PL 1663/2023 [2 de 15]

2933178



CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

.....”

“Art. 543.

.....

§ 6º A empresa que, por qualquer modo, procurar impedir que o empregado se associe a sindicato, organize associação profissional ou sindical ou exerça os direitos inerentes à condição de sindicalizado fica sujeita à penalidade prevista no art. 553 desta Consolidação, sem prejuízo da reparação a que tiver direito o empregado.” (NR)

“Art. 553. As infrações ao disposto no § 6º do art. 543 e no parágrafo único do art. 545 serão punidas segundo o seu caráter e a sua gravidade, com multa a ser fixada na forma do art. 634 desta Consolidação e dobrada na reincidência.

- a) (revogada);
- b) (revogada);
- c) (revogada);
- d) (revogada);
- e) (revogada);
- f) (revogada).

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).” (NR)

“Art. 579.

§ 1º Fica facultado aos trabalhadores o envio, por meio digital, do pedido de cancelamento do pagamento da contribuição sindical, a qual é voluntária conforme estabelecido pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.

2933178



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2933178>

Avulso do PL 1663/2023 [3 de 15]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3

§ 2º O pedido de cancelamento da contribuição sindical poderá ser realizado por meio das seguintes plataformas digitais:

I - portais ou aplicativos oficiais do governo federal, como o "gov.br";

II - plataformas digitais oferecidas pelos sindicatos, desde que atendam aos critérios de segurança da informação estabelecidos por regulamentação própria;

III - aplicativos de empresas privadas autorizadas, que ofereçam serviços de autenticação digital segura, nos termos da legislação vigente; e

IV - e-mail endereçado ao sindicato que comunique o pedido de cancelamento da contribuição sindical.

§ 3º Para o pedido de cancelamento, o trabalhador deverá autenticar sua identidade digitalmente, utilizando os seguintes meios:

I - certificação digital emitida nos moldes da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil);

II - identificação por meio da plataforma "gov.br" ou de outras plataformas públicas equivalentes;

III - outros meios de autenticação digital, como assinaturas eletrônicas reconhecidas conforme legislação específica;

IV - assinatura física, desde que esteja em consonância com o documento de identificação

2933178



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2933178>

Avulso do PL 1663/2023 [4 de 15]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

4

civil, observado que o pedido de cancelamento deverá ser entregue em conjunto com a cópia do documento de identificação civil para análise da autenticação da assinatura.

§ 4º Os sindicatos deverão:

I - disponibilizar aos trabalhadores o cancelamento digital da contribuição sindical em suas plataformas, garantidas a acessibilidade, a transparência e a segurança;

II - oferecer atendimento para esclarecer dúvidas sobre o cancelamento da contribuição sindical, de forma física e digital;

III - manter registro dos pedidos de cancelamento recebidos, por meio digital ou físico, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

§ 5º Após o recebimento do pedido de cancelamento, o sindicato deverá processar e confirmar, por meio eletrônico, o cancelamento no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, com envio ao trabalhador da confirmação de processamento.

§ 6º O trabalhador poderá, a qualquer momento, solicitar o cancelamento da autorização para desconto da contribuição sindical, independentemente do meio utilizado para a solicitação inicial da autorização.

§ 7º A ausência de resposta ao pedido de cancelamento no prazo estipulado no § 5º deste artigo implicará o cancelamento automático da



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2933178>

Avulso do PL 1663/2023 [5 de 15]

2933178



Data do Documento: 13/06/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

5

autorização para o desconto da contribuição sindical.

§ 8º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, com o estabelecimento das normas técnicas de segurança digital e de proteção de dados a ser observadas pelas plataformas de envio dos pedidos de cancelamento.” (NR)

“Art. 644.

a) (revogada);

b) (revogada);

c) (revogada).

I - o Tribunal Superior do Trabalho;

II - os Tribunais Regionais do Trabalho;

III - os Juízes do Trabalho.” (NR)

“CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO, DA JURISDIÇÃO E DA COMPETÊNCIA DOS
ÓRGÃOS JUDICANTES’

.....

‘Seção II
Das Varas e dos Juízes do Trabalho’

‘Subseção I
Dos Critérios para Fixação da Competência
Territorial’

.....

‘Subseção II
Da Competência Funcional’

2933178



Assi
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2933178>

Avulso do PL 1663/2023 [6 de 15]

Data do Documento: 13/06/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

6

Art. 652. Compete às Varas do Trabalho e aos Juízos de Direito, quando investidos na jurisdição trabalhista:

I - processar, conciliar e julgar:

a) os dissídios em que se pretenda o reconhecimento da estabilidade de empregado;

b) os dissídios concernentes a remuneração, férias e indenizações por motivo de rescisão do contrato individual de trabalho;

c) os dissídios resultantes de contratos de empreitadas em que o empreiteiro seja operário ou artífice;

d) os demais dissídios concernentes ao contrato individual de trabalho;

e) as ações entre trabalhadores portuários e os operadores portuários ou o órgão gestor de mão de obra decorrentes da relação de trabalho;

II - processar e julgar os inquéritos para apuração de falta grave;

III - julgar os embargos opostos às suas próprias decisões;

IV - impor multas e demais penalidades relativas aos atos de sua competência;

V - decidir quanto à homologação de acordo extrajudicial em matéria de competência da Justiça do Trabalho.

Parágrafo único. Terão preferência para julgamento os dissídios sobre pagamento de salário



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2933178>

Avulso do PL 1663/2023 [7 de 15]

2933178



Data do Documento: 13/06/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

7

e aqueles que derivarem da falência do empregador, podendo o Juiz do Trabalho, a pedido do interessado, constituir processo em separado, sempre que a reclamação também versar sobre outros assuntos.' (NR)

'Art. 653. Compete, ainda, ao Juiz do Trabalho e ao Juiz de Direito investido na jurisdição trabalhista, além das atribuições decorrentes de seus cargos:

- a) (revogada);
- b) (revogada);
- c) (revogada);
- d) (revogada);
- e) (revogada);
- f) (revogada).

I - requisitar às autoridades competentes a realização das diligências necessárias ao esclarecimento dos feitos sob sua apreciação, representando contra aquelas que não atenderem a tais requisições;

II - realizar as diligências e praticar os atos processuais ordenados pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou pelo Tribunal Superior do Trabalho;

III - julgar as exceções de incompetência que lhes forem opostas;

IV - expedir precatórias e cumprir as que lhes forem deprecadas;



Assi
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2933178>

Avulso do PL 1663/2023 [8 de 15]

2933178





CÂMARA DOS DEPUTADOS

8

V - exercer, em geral, no interesse da Justiça do Trabalho, quaisquer outras atribuições que decorram da sua jurisdição.' (NR)

'Seção III
Do Preenchimento dos Cargos da Magistratura do Trabalho'

'Art. 654.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

.....

§ 4º Os candidatos inscritos somente serão admitidos ao concurso após apreciação prévia, pelo Tribunal Regional do Trabalho da respectiva Região, da idoneidade para o exercício das funções.

a) (revogada);

b) (revogada).

§ 5º O preenchimento dos cargos de Juiz do Trabalho, vagos ou criados por lei, será feito dentro de cada Região:

a) (revogada);

b) (revogada).

I - pela remoção de outro juiz, prevalecendo a antiguidade no cargo, caso haja mais de um pedido;

II - pela promoção de substituto, cuja aceitação será facultativa, obedecido o critério alternado de antiguidade e merecimento.

§ 6º (Revogado).' (NR)

.....



Assi
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2933178>

Avulso do PL 1663/2023 [9 de 15]

2933178





CÂMARA DOS DEPUTADOS

9

'Art. 656. O Juiz do Trabalho Substituto, sempre que não estiver substituindo o titular da Vara, poderá ser designado para atuar nas Varas do Trabalho.

§ 1º Para o fim mencionado no *caput* deste artigo, o território da Região poderá ser dividido em zonas, compreendendo a jurisdição de uma ou mais Varas do Trabalho, a juízo do Tribunal Regional do Trabalho respectivo.

.....

§ 3º Os Juízes do Trabalho Substitutos, quando designados ou estiverem substituindo os Juízes do Trabalho titulares, perceberão os subsídios destes.

.....' (NR)

'Art. 657. Os Juízes do Trabalho perceberão os subsídios fixados em lei.' (NR)

'Art. 658. São deveres precípuos dos Juízes do Trabalho, além dos que decorram do exercício de sua função:

- a) (revogada);
- b) (revogada);
- c) (revogada);
- d) (revogada).

I - manter perfeita conduta pública e privada;

II - abster-se de atender a solicitações ou recomendações relativamente aos feitos que hajam sido ou tenham de ser submetidos à sua apreciação;

2933178



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2933178>

Avulso do PL 1663/2023 [10 de 15]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

10

III - despachar e praticar todos os atos decorrentes de suas funções, dentro dos prazos estabelecidos.' (NR)

'Art. 659. Compete, ainda, ao Juiz do Trabalho e ao Juiz de Direito investido na jurisdição trabalhista, além das atribuições que lhes forem conferidas neste Título e das decorrentes de seus cargos:

I - presidir as audiências das Varas;

II - executar as suas próprias decisões e aquelas cuja execução lhes for deprecada;

III - (revogado);

IV - (revogado);

V - (revogado);

VI - despachar os recursos interpostos pelas partes, fundamentando a decisão recorrida antes da remessa ao Tribunal Regional;

VII - (revogado);

VIII - (revogado);

.....' (NR)

....."

"Art. 668. Nas localidades não compreendidas na jurisdição das Varas do Trabalho, os Juízos de Direito são os órgãos da Justiça do Trabalho, com a jurisdição que lhes for determinada pela lei de organização judiciária local." (NR)

"Art. 669. A competência dos Juízos de Direito, quando investidos na administração da

2933178



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2933178>

Avulso do PL 1663/2023 [11 de 15]

Data do Documento: 13/06/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

11

Justiça do Trabalho, é a mesma prevista na Seção II do Capítulo II deste Título.

....." (NR)

Art. 3º Ficam revogados da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943:

I - a Seção V do Capítulo II do Título III;

II - os arts. 454 e 512;

III - o § 1º do art. 517;

IV - os arts. 518, 519, 520 e 521;

V - a alínea a do parágrafo único do art. 525;

VI - os arts. 528, 529 e 531;

VII - os §§ 1º a 5º do art. 532;

VIII - os arts. 537 e 542;

IX - o § 5º do art. 549;

X - o § 6º do art. 551;

XI - o art. 552;

XII - as alíneas a a f do *caput* e os §§ 1º e 2º do art. 553;

XIII - os arts. 554 a 559, 565, 566 e 576;

XIV - as alíneas a, b e c do *caput* do art. 644;

XV - a Seção I do Capítulo II do Título VIII;

XVI - o art. 650;

XVII - as alíneas a a f do *caput* do art. 653;

XVIII - os §§ 1º, 2º e 6º e as alíneas a e b dos §§ 4º e 5º do art. 654;

XIX - as alíneas a a d do *caput* do art. 658;

XX - os incisos III, IV, V, VII e VIII do *caput* do art. 659;



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2933178>

Avulso do PL 1663/2023 [12 de 15]

2933178



Data do Documento: 13/06/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

12

XXI - a Seção IV do Capítulo II do Título VIII;

XXII - a Seção IV do Capítulo IV do Título VIII;

XXIII - os arts. 694 e 752;

XXIV - o Capítulo III do Título IX.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

HUGO MOTTA
Presidente



Assi
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2933178>

Avulso do PL 1663/2023 [13 de 15]

2933178



Data do Documento: 13/06/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 123/2025/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do *caput* do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 1.663, de 2023, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943”.

Atenciosamente,

HUGO MOTTA
Presidente



Assi
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2933185>

Avulso do PL 1663/2023 [14 de 15]

2933185



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (1943) - 5452/43
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;5452>
- Lei nº 13.467, de 13 de Julho de 2017 - Reforma Trabalhista - 13467/17
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2017;13467>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 340, DE 2024

Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia, celebrado em Zagreb, em 14 de fevereiro de 2023.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2470106&filename=PDL-340-2024



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 340/2024 [1 de 15]



Data do Documento: 13/06/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia, celebrado em Zagreb, em 14 de fevereiro de 2023.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia, celebrado em Zagreb, em 14 de fevereiro de 2023.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do *caput* do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em denúncia ou revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

HUGO MOTTA
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2935011>

Avulso do PDL 340/2024 [2 de 15]

2935011



Data do Documento: 13/06/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 130/2025/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de Projeto de Decreto Legislativo para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o Projeto de Decreto Legislativo nº 340, de 2024, (Mensagem nº 130, de 2024, do Poder Executivo), que “Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia, celebrado em Zagreb, em 14 de fevereiro de 2023”.

Atenciosamente,

HUGO MOTTA
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2935012>

Avulso do PDL 340/2024 [3 de 15]

2935012



Apresentação: 12/04/2024 14:15:00.000 - Mesa

MSC n.130/2024

MENSAGEM Nº 130

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e da Senhora Ministra de Estado da Cultura, o texto do Acordo sobre Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia, celebrado em Zagreb, em 14 de fevereiro de 2023.

Brasília, 10 de abril de 2024.



Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 340/2024 [4 de 15]



EMI nº 00063/2024 MRE MinC

Brasília, 15 de Março de 2024

Senhor Presidente da República,

Submetemos à sua consideração, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia, celebrado em Zagreb, em 14 de Fevereiro de 2023.

2. O referido Acordo visa a estabelecer as bases por meio das quais as Partes cooperarão nas esferas da cultura, o que inclui, entre outras, políticas culturais, língua e literatura, patrimônio cultural, museus, bibliotecas, artes e indústrias culturais e criativas. Igualmente, o Acordo visa também que as Partes incentivem a cooperação entre suas instituições culturais, tanto públicas quanto privadas, para desenvolver atividades que contribuam para a melhoria do conhecimento mútuo de ambos os países e para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais em seu território.

3. As negociações do acordo tiveram início em 2006 e, após tentativas frustradas de assinatura, foram retomadas em duas ocasiões, em 2012 e 2021. Em relação ao conteúdo do novo acordo, conduziu-se ampla revisão da minuta de forma a adequá-la às melhores e mais atuais práticas internacionais de cooperação cultural. A nova minuta de acordo adotou como referência a Convenção da Unesco para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, da qual Brasil e Croácia são partes.

4. Dessa forma, a iniciativa dos dois Países de estabelecer presente Acordo de Cooperação na área da cultura é fundamental para suas agendas bilaterais de modo geral, pois agrega aspectos das expressividades coletiva e individuais que compõem o imaginário nacional, ativando tanto trocas afetivas quanto aspectos estruturais da economia criativa e do intercâmbio de produtos e bens culturais. A troca de experiências institucionais em políticas culturais é crucial na construção de uma ação estatal mais eficaz no mundo contemporâneo, sobretudo diante das novas dinâmicas impostas pelo universo digital. O mesmo vale para a compreensão do empreendedorismo cultural e da condição dos trabalhadores e trabalhadoras da cultura. Entende-se que colocar políticas culturais em perspectiva frente às experiências da Croácia certamente trará ganhos importantes ao Brasil.

5. No que tange a área de economia criativa e fomento cultural, o presente Acordo de Cooperação Cultural poderá proporcionar benefícios a ambas as partes, com base em trocas de

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 340/2024 [5 de 15]



experiências institucionais em políticas culturais; no intercâmbio de boas práticas e de expertises no campo da economia criativa; no estímulo ao intercâmbio de profissionais, à formação e ao reconhecimento profissional; no apoio ao empreendedorismo; e, nas trocas de informações relacionadas à produção de conhecimento, às tecnologias, às formas de produção, entre outros.

6. No que cabe às políticas de livro, leitura, literatura e bibliotecas, o Acordo de Cooperação em análise poderá propiciar a troca de experiências e práticas referentes às bibliotecas nacionais e seus acervos (físicos e digitais), bem como cooperação na construção de novos modelos de biblioteca que sejam efetivamente interessantes para crianças, jovens e adultos, de maneira a funcionar como verdadeiros espaços de acesso à cultura tendo a leitura como centro, de modo a contemplar a questão da formação leitora em tempos de ampla e profunda transformação desse hábito no mundo contemporâneo nas esferas educacional e cultural.

7. No que diz respeito à formação artística e cultural, o Acordo se mostra relevante na medida em que prevê incentivo para a cooperação entre as instituições culturais dos países envolvidos, para proteção e promoção da diversidade cultural, da acessibilidade. Note-se, ainda, que o Acordo prevê fomento à capacitação profissional, em patrimônio cultural, à realização de seminários e intercâmbio artístico, o que contribui para a formação artística e cultural dos agentes culturais.

8. Na área do audiovisual, a assinatura do referido Acordo de Cooperação Cultural está em consonância com os objetivos de desenvolvimento do setor cultural brasileiro e cooperação entre o Brasil e outros países, visando à excelência técnico-artística quanto à perspectiva internacionalização das obras audiovisuais brasileiras.

9. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o artigo 84, inciso VIII, combinado com o artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autênticas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira, Margareth Menezes da Purificação Costa

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 340/2024 [6 de 15]



Apresentação: 12/04/2024 14:15:00.000 - Mesa

MSC n.130/2024

**ACORDO SOBRE COOPERAÇÃO CULTURAL ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA
REPÚBLICA DA CROÁCIA**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Croácia
(doravante denominados "Partes")

Convencidos de que a cooperação cultural pode contribuir significativamente para fortalecer os laços de amizade e o entendimento mútuo entre os dois países, bem como para promover o desenvolvimento socioeconômico;

Reconhecendo a importância da economia criativa e da natureza multifacetada dos bens e dos serviços culturais como atividades de valor cultural, econômico e social;

Considerando o surgimento de tecnologias digitais em ambos os países, que abrem novas perspectivas para os setores culturais e criativos e ajudam a renovar a cooperação bilateral entre a República Federativa do Brasil e a República da Croácia;

Desejando melhorar as relações nas esferas das artes, do patrimônio e da economia criativa, em um espírito de respeito mútuo pela herança cultural de cada um;

Considerando a Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adotada em Paris em 20 de outubro de 2005, que entrou em vigor em 18 de março de 2007, com base nos princípios da Convenção e desenvolvendo ações em conformidade com suas disposições;

Acordaram o seguinte:

Artigo 1
Escopo

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 340/2024 [7 de 15]



1. O presente Acordo estabelece as bases por meio das quais as Partes cooperarão nas esferas da cultura, incluindo, entre outras, políticas culturais, língua e literatura, patrimônio cultural, museus, bibliotecas, artes e indústrias culturais e criativas.
2. As Partes deverão incentivar a cooperação entre suas instituições culturais, tanto públicas quanto privadas, para desenvolver atividades que contribuam para a melhoria do conhecimento mútuo de ambos os países e para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais em seu território.

Artigo 2

Políticas culturais

As Partes deverão reforçar o intercâmbio de informações sobre as respectivas políticas culturais nacionais destinadas a proteger e promover a diversidade das expressões culturais, incluindo a acessibilidade para pessoas com deficiência a programas e atividades culturais, bem como a fortalecer os mecanismos de avaliação e monitoramento de tais políticas.

Artigo 3

Empreendedorismo cultural

1. As Partes deverão apoiar o empreendedorismo cultural e a profissionalização de trabalhadores da cultura por meio do intercâmbio de informações, expertise e políticas relacionadas à economia criativa para estimular o espírito empreendedor de artistas e profissionais da cultura.
2. As Partes deverão apoiar o desenvolvimento mútuo da economia criativa em ambos os países e o reconhecimento das profissões artísticas, proporcionando oportunidades para profissionais de ambos os países e acesso a plataformas promocionais em seus territórios.

Artigo 4

Artistas e profissionais da cultura

1. As Partes deverão estimular a troca de experiências nos campos das artes e do patrimônio cultural, incentivando a participação de artistas e outros profissionais da cultura de ambos os países em festivais, workshops, exposições e eventos internacionais a serem realizados no território de outra Parte.
2. As Partes envidarão esforços para facilitar, em conformidade com as respectivas legislações, a entrada e a estada temporária nos seus territórios de artistas e outros profissionais da cultura da outra Parte.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 340/2024 [8 de 15]



Apresentação: 12/04/2024 14:15:00.000 - Mesa

MSC n.130/2024

3. As Partes também envidarão esforços para facilitar, em conformidade com as respectivas legislações, a formação e o contato direto entre artistas e outros profissionais da cultura de cada país.

4. As Partes deverão garantir a liberdade de expressão artística em ambos os países e o acesso pluralista às fontes de informação a artistas e outros profissionais da cultura.

Artigo 5

Direitos de propriedade intelectual

1. As Partes deverão promover o intercâmbio de informações e a colaboração nas áreas de direitos de propriedade intelectual, em especial quanto a direitos de autor e direitos conexos e aos direitos das comunidades tradicionais, os quais, para os propósitos do presente Acordo, incluem expressões culturais e conhecimentos tradicionais.

2. Em conformidade com suas respectivas legislações nacionais e tratados internacionais vigentes em ambos os países, as condições de aquisição, manutenção e exploração comercial dos direitos de propriedade intelectual das obras resultantes da implementação do Acordo, bem como eventuais termos de confidencialidade, deverão ser definidos em projetos, contratos, programas de trabalho ou outros instrumentos, quando aplicável, em cada caso específico.

Artigo 6

Admissão temporária

As Partes deverão conceder todas as facilidades administrativas e fiscalizadoras, de acordo com suas legislações nacionais, à entrada e à saída de quaisquer equipamentos e materiais que sejam necessários para a realização de projetos culturais. Os bens destinados a exposições e espetáculos culturais poderão ser importados pela outra Parte sob regime específico de admissão temporária.

Artigo 7

Patrimônio cultural

1. As Partes acordam cooperar para o intercâmbio de expertise e boas práticas em matéria de identificação, proteção, gestão e promoção de bens do patrimônio cultural em seus países, como monumentos, conjuntos, sítios e paisagens, inclusive seu entorno imediato.

2. Considerando os objetivos do Parágrafo 1, as Partes deverão incentivar o intercâmbio de peritos, a colaboração em matéria de formação profissional e a conscientização do público para a conservação do patrimônio cultural.

C0241920791500

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.



Apresentação: 03/04/2024 14:15:00.000 - Mesa

MSC n.130/2024

3. As Partes deverão incentivar o intercâmbio de experiências sobre a salvaguarda e promoção do patrimônio cultural imaterial e apoiar o intercâmbio de especialistas.
4. As Partes deverão apoiar iniciativas, públicas e privadas, para desenvolver o turismo cultural de forma responsável e sustentável em ambos os países.
5. As Partes deverão tomar as medidas adequadas a fim de prevenir a importação, a exportação e a transferência ilegais de bens integrantes dos respectivos patrimônios culturais e acervos nacionais, de acordo com sua legislação nacional e na aplicação dos tratados internacionais firmados por cada Parte.

Artigo 8

Museus

1. As Partes deverão promover contatos diretos entre seus respectivos museus a fim de fomentar a cooperação e a promoção e o intercâmbio de exposições e respectivos acervos.
2. As Partes deverão incentivar o intercâmbio entre museólogos, curadores e pesquisadores de ambos os países, bem como a realização de exposições e projetos conjuntos destinados a museus e galerias.

Artigo 9

Bibliotecas

1. As Partes deverão incentivar a cooperação entre suas bibliotecas nacionais e públicas por meio do intercâmbio de informações, livros e publicações.
2. As Partes deverão promover o intercâmbio de experiências em conservação, restauro, digitalização e difusão do patrimônio bibliográfico e documental, inclusive manuscritos e de documentos antigos, bem como na área das novas tecnologias aplicadas a bibliotecas.

Artigo 10

Língua e literatura

1. As Partes deverão incentivar iniciativas de promoção de suas respectivas literaturas por meio do apoio à tradução de livros e programas de intercâmbio de escritores, tradutores e ilustradores, bem como à participação em feiras de livros em ambos os países.
2. As Partes, em conformidade com suas respectivas legislações, deverão incentivar o intercâmbio e a divulgação de publicações da outra Parte por meio de programas apropriados em áreas como:
 - (a) Organização de feiras, seminários, eventos literários e outros eventos em matéria de livro, leitura e literatura;
 - (b) Facilitação de copublicação e traduções; e

C0241920791500

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 340/2024 [10 de 15]



- (c) Facilitação do intercâmbio profissional e o treinamento de bibliotecários, escritores, tradutores, livreiros e editores.

3. As Partes deverão incentivar escritores, tradutores, ilustradores e editores a participar de seminários, workshops, festivais e eventos literários com o objetivo de promover um maior entendimento entre as comunidades literárias de cada país.

Artigo 11

Música

1. As Partes incentivarão o intercâmbio entre artistas e representantes da indústria da música a fim de reforçar a compreensão mútua, a cooperação e a colaboração artística.
2. As Partes deverão incentivar a apresentação da obra de seus compositores no outro país, inclusive por meio do compartilhamento de gravações e partituras, em conformidade com a legislação nacional, bem como os contatos diretos entre músicos (maestros, solistas, etc.), organizações, instituições e associações musicais, inclusive orquestras e conservatórios, nas áreas da música clássica e contemporânea.
3. As Partes deverão facilitar a participação de músicos, bem como de programadores, curadores e examinadores, de uma Parte nos principais festivais, competições e eventos musicais organizados no território da outra Parte.

Artigo 12

Artes cênicas

1. As Partes deverão facilitar, por meio de programas apropriados, maiores contatos entre artistas e profissionais das artes cênicas em áreas como intercâmbio e capacitação profissional, inclusive por meio do apoio à participação em festivais, audições e outros eventos.
2. As Partes se comprometem a informar uma à outra com antecedência, através dos canais que considerar adequados, sobre os principais festivais internacionais previstos em seus respectivos países a fim de facilitar a participação de artistas e outros profissionais da cultura do outro país.
3. As Partes deverão incentivar a coprodução nas áreas das artes cênicas entre profissionais de cada país e facilitar, em conformidade com suas respectivas legislações, o acesso das coproduções aos seus respectivos mercados, inclusive facilitando o apoio por meio da organização de festivais, seminários e iniciativas congêneres.

Artigo 13

Artes visuais

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 340/2024 [11 de 15]

Representação: 02/04/2024 14:15:00.000 - Mesa

MSC n.130/2024

C0241920791500



1. As Partes deverão estimular e facilitar exposições de obras de arte originais no território da outra Parte, inclusive com visitas de artistas e especialistas para apoiar tais exposições.
2. As Partes deverão incentivar o intercâmbio de exposições e os contatos diretos entre artistas, curadores, galeristas, críticos de arte e especialistas no campo das artes visuais de cada país.

Apresentação: 02/04/2024 14:15:00.000 - Mesa

MSC n.130/2024

Artigo 14

Artes digitais

1. As Partes deverão incentivar iniciativas conjuntas e apoiar intercâmbios nas artes digitais em diferentes linguagens artísticas, bem como seu acesso ao público por meio de plataformas digitais.
2. As Partes concordam em compartilhar boas práticas em artes digitais, incentivando o intercâmbio entre artistas e especialistas de cada país.
3. As Partes também concordam em explorar o potencial de transmissão digital de apresentações culturais ao vivo entre os dois países.

Artigo 15

Audiovisual

1. As Partes concordam em desenvolver uma cooperação mais ampla nos domínios do cinema, da animação, da televisão e dos jogos eletrônicos para benefício da comunidade profissional e do público em geral.
2. As Partes deverão apoiar a negociação e a celebração de um acordo de coprodução audiovisual entre os dois países. Nesse contexto, as Partes se comprometem a promover contatos diretos entre produtores e cineastas de ambos os países.
3. As Partes deverão facilitar o acesso de obras audiovisuais da outra Parte aos respectivos mercados, nomeadamente facilitando o apoio através da organização de festivais, seminários e iniciativas semelhantes.
4. Cada Parte deverá facilitar, conforme julgue apropriado, a promoção do território da outra Parte como locação para filmagens cinematográficas e televisivas.
5. As Partes envidarão esforços para intercambiar boas práticas nos domínios de preservação, restauro e digitalização dos arquivos audiovisuais. Neste contexto, as Partes deverão incentivar a cooperação entre as cinematecas de ambos os países.

Artigo 16

Arquitetura e design

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 340/2024 [12 de 15]



Apresentação: 22/04/2024 14:15:00.000 - Mesa

MSC n.130/2024

1. As Partes deverão apoiar a colaboração nas principais disciplinas de design, inclusive, e não se restringindo a, design gráfico, design de moda, design de produto, design de interiores, paisagismo e arquitetura, facilitando visitas de especialistas, iniciativas conjuntas, como seminários, workshops e exposições, e estágios.

2. As Partes deverão incentivar a cooperação direta e o intercâmbio entre arquitetos e outros profissionais do design de cada país, bem como de suas respectivas instituições, organizações e associações.

Artigo 17
Resolução de controvérsias

Todas as controvérsias que possam surgir entre as Partes com relação à interpretação e à implementação deste Acordo serão resolvidas por via diplomática.

Artigo 18
Emendas

1. Este Acordo pode ser alterado por consentimento mútuo por escrito das Partes.
2. As emendas entrarão em vigor de acordo com os termos do Artigo 19 deste Acordo.
3. Nos termos do parágrafo anterior, qualquer emenda a este Acordo formará parte integrante do mesmo.

Artigo 19
Disposições finais

1. O presente Acordo entrará em vigor na data de recebimento da segunda notificação diplomática pela qual as Partes se informem que os requisitos jurídicos nacionais para entrada em vigor deste Acordo foram cumpridos.
2. O presente Acordo permanecerá em vigor por 5 (cinco) anos, automaticamente renováveis por iguais períodos, a menos que uma das Partes notifique a outra, mediante aviso por escrito e por via diplomática, de sua intenção de extinguir o presente Acordo, com uma antecedência de seis meses da data de sua expiração.
3. A extinção do presente Acordo não afetará a conclusão de qualquer programa ou projeto em curso, a menos que assim acordado entre as Partes.

C0241920791500

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 340/2024 [13 de 15]



Apresentação: 02/04/2024 14:15:00.000 - Mesa
MSC n.130/2024

Assinado em Zagreb, em 14 de fevereiro de 2023, nos idiomas português, croata e inglês, sendo os três textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DA CROÁCIA

MAURO VIEIRA
Ministro de Estado das
Relações Exteriores

NINA OBULJEN KORŽINEK
Ministra da Cultura e Mídia



Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 340/2024 [14 de 15]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art49_cpt_inc1





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 468, DE 2024

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Careiro da Várzea, Estado do Amazonas.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2833824&filename=PDL-468-2024

- [Demais documentos](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2469600&filename=TVR%20313/2024



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 468/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 13/06/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Careiro da Várzea, Estado do Amazonas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 9.672, de 2 de junho de 2023, do Ministério das Comunicações, que outorga permissão ao Sistema de Comunicação Sol Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Careiro da Várzea, Estado do Amazonas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

HUGO MOTTA
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2904375>

Avulso do PDL 468/2024 [2 de 3]

2904375





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 117/2025/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 468, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Careiro da Várzea, Estado do Amazonas”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário

Apresentação: 22/05/2025 12:35:11.227 - Mesa

DOC n.554/2025



Pa
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras

Avulso do PDL 468/2024 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3339, DE 2024

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para agravar penas cominadas a crimes ambientais, proibir a contratação com o poder público e o recebimento de recursos públicos no caso de uso irregular do fogo e estabelecer circunstâncias agravantes nos casos que especifica.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2470537&filename=PL-3339-2024



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3339/2024 [1 de 6]



Data do Documento: 13/06/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para agravar penas cominadas a crimes ambientais, proibir a contratação com o poder público e o recebimento de recursos públicos no caso de uso irregular do fogo e estabelecer circunstâncias agravantes nos casos que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para agravar penas cominadas a crimes ambientais, proibir a contratação com o poder público e o recebimento de recursos públicos no caso de uso irregular do fogo e estabelecer circunstâncias agravantes nos casos que especifica.

Art. 2º A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 15.

.....

II -

.....

s) dificultando a plena prestação de serviços públicos.”(NR)

“Art. 41.

Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, multa e proibição, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, de contratar com o Poder Público

2928703



Assi
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2928703>

Avulso do PL 3339/2024 [2 de 6]



Assinatura autenticada por meio do sistema de assinatura digital do Senado Federal. Assinatura: https://infolleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2928703

Avulso do PL 3339/2024 [3 de 6]

2928703

.....
.....
"Art. 53.
.....
julho de 2024." (NR)
adaptativo, nos termos da Lei nº 14.944, de 31 de
prescrita do fogo nem seu uso tradicional e
trata este artigo ações de queima controlada e
§ 4º Não se incluem no tipo penal de que
pecuniária para si ou para outrem.
V - com a finalidade de obter vantagem
pessoas; e
IV - mediante concurso de duas ou mais
Público, a regime especial de uso;
conservação ou áreas sujeitas, por ato do Poder
III - atingindo áreas de unidades de
ameaçadas de extinção;
espécies que constem de lista oficial de espécies
II - expondo a perigo iminente e direto
população e a saúde pública em centros urbanos;
I - expondo a perigo iminente e direto a
terço) à metade, se o crime for praticado:
§ 3º A pena será aumentada de 1/3 (um
ou o patrimônio de outrem.
maneira a expor a perigo a vida, a integridade física
sexta) a 1/3 (um terço), se o crime for praticado de
§ 2º A pena será aumentada de 1/6 (um
de detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.
§ 1º Se o crime for culposo, a pena será
provenientes da administração pública.
e de receber subsídios, subvenções ou doações

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Data do Documento: 13/06/2025



Avulso do PL 3339/2024 [4 de 6]

Assinatura autêntica de
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2928703



2928703

HUGO MOTTA
Presidente

publicação.
CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua
dobro, se do crime resulta morte de outrem.”(NR)
Parágrafo único. A pena é aumentada até o
natureza grave em outrem.
IV - do crime resulta lesão corporal de
prática criminosas;
ou dirige a atividade dos demais agentes para a
III - o agente promove, financia, organiza
nacional;
f) com impacto ambiental extrarregional ou
.....
II -

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Data do Documento: 13/06/2025



Data do Documento: 13/06/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 121/2025/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do *caput* do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 3.339, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para agravar penas cominadas a crimes ambientais, proibir a contratação com o poder público e o recebimento de recursos públicos no caso de uso irregular do fogo e estabelecer circunstâncias agravantes nos casos que especifica”.

Atenciosamente,

HUGO MOTTA
Presidente



Assi
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2925764>

Avulso do PL 3339/2024 [5 de 6]

2925764



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998 - Lei dos Crimes Ambientais (1998) - 9605/98
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998;9605>
- Lei nº 14.944 de 31/07/2024 - LEI-14944-2024-07-31 - 14944/24
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2024;14944>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4497, DE 2024

Altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, a fim de estabelecer procedimentos para a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e de concessões de terras públicas situadas em faixa de fronteira; e altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos).

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2825379&filename=PL-4497-2024



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 4497/2024 [1 de 11]



Data do Documento: 13/06/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, a fim de estabelecer procedimentos para a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e de concessões de terras públicas situadas em faixa de fronteira; e altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, a fim de atualizar e estabelecer procedimentos para a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e de concessões de terras públicas situadas em faixa de fronteira, e altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos).

Art. 2º A Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º São imediatamente ratificados pelos efeitos desta Lei os registros imobiliários referentes a imóveis rurais com origem em títulos de alienação ou de concessão de terras devolutas expedidos pelos Estados em faixa de fronteira, incluindo os seus desmembramentos e remembramentos, devidamente inscritos no Registro de Imóveis até a data de publicação desta Lei, desde que a área de cada registro não exceda ao limite de 15 (quinze) módulos fiscais, exceto os registros imobiliários referentes a imóveis rurais:

.....



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2934824>

Avulso do PL 4497/2024 [2 de 11]

2934824



CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 4º A ratificação de que trata o *caput* deste artigo dependerá da demonstração do cumprimento da função social da propriedade, mediante apresentação do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR).

§ 5º O disposto nos incisos I e II do *caput* deste artigo não se aplicará nos casos em que houver decisão judicial que suspenda total ou parcialmente a controvérsia dominial.

§ 6º Nos casos de litígios administrativos, a ratificação poderá ser deferida mediante apresentação de certidão do órgão competente que comprove a inexistência de impedimento à regularização.

§ 7º A comprovação do disposto nos incisos I e II do *caput* deste artigo será feita na forma dos incisos I e II do § 1º-A do art. 2º desta Lei.”(NR)

“Art. 2º

§ 1º Às ratificações de que trata o *caput* deste artigo aplicar-se-ão as exceções constantes dos incisos I e II do *caput* do art. 1º e as regras previstas nos §§ 1º, 5º e 6º do mesmo artigo.

§ 1º-A A solicitação de ratificação dos registros imobiliários previstos no *caput* deste artigo deverá ser instruída com os seguintes documentos, não admitidas outras exigências:



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2934824>

Avulso do PL 4497/2024 [3 de 11]

2934824

Data do Documento: 13/06/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

3

I - certidão negativa cível da seção judiciária da situação do imóvel, expedida pela Justiça Federal de primeiro e segundo graus;

II - certidão negativa de existência de processo administrativo expedida pelos seguintes órgãos da administração pública federal:

a) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); e

b) Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU);

III - CCIR do imóvel correspondente ao registro a ser ratificado para fins de demonstração do cumprimento de sua função social;

IV - inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR); e

V - lista do Ministério do Trabalho e Emprego que demonstre a inexistência de registro do interessado no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão.

§ 1º-B Caso constatada a existência de processo administrativo ou judicial, deverá ser apresentada certidão expedida pelo órgão correspondente, da qual conste que o domínio do imóvel não é objeto de questionamento.

§ 1º-C Quando não for possível obter as certidões diretamente do órgão ou da entidade responsável pela base de dados oficial, ou quando o órgão não responder à solicitação no prazo de 15



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2934824>

Avulso do PL 4497/2024 [4 de 11]

2934824



Data do Documento: 13/06/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

4

(quinze) dias, a comprovação poderá ser feita por meio de declaração escrita e assinada pelo requerente, de forma a assegurar o trâmite do processo de regularização, observado que, na hipótese de declaração falsa, o declarante ficará sujeito às sanções administrativas, penais e civis cabíveis.

§ 1º-D Caso haja processo administrativo demarcatório em tramitação que tenha por objeto áreas de que trata o *caput*, os órgãos da administração pública federal somente poderão negar a emissão da certidão negativa referida no inciso II do § 1º-A deste artigo quando houver publicação do decreto presidencial homologatório.

§ 1º-E Eventual certidão positiva emitida pelos órgãos da administração pública federal terá efeitos de certidão negativa para fins de ratificação do registro imobiliário nos casos de haver decisão judicial que suspenda total ou parcialmente o decreto presidencial homologatório.

§ 2º Os interessados em obter a ratificação referida no *caput* deverão requerer a certificação e a atualização de que tratam os incisos I e II do *caput* deste artigo no prazo de 15 (quinze) anos, contado da data de publicação desta Lei.

.....

§ 5º-A O processo administrativo de demarcação de terra indígena tradicionalmente

2934824



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2934824>

Avulso do PL 4497/2024 [5 de 11]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

5

ocupada sem decreto presidencial homologatório não impedirá a ratificação dos registros imobiliários dos imóveis rurais.

.....

§ 7º A aprovação prevista no § 6º deste artigo dependerá de requerimento, instruído com os documentos referidos no § 1º-A deste artigo, do registrador imobiliário ou do próprio interessado direcionado ao Presidente do Congresso Nacional.

§ 8º A Mesa do Congresso Nacional regulamentará o procedimento legislativo para análise do requerimento previsto no § 7º deste artigo.

§ 9º A apresentação do requerimento previsto no § 7º assegurará o direito do solicitante de ter sua ratificação analisada, ainda que o procedimento referido no § 8º não seja editado antes do término do prazo do § 2º deste artigo.”(NR)

“Art. 3º-A Em caso de negativa da averbação da ratificação do registro imobiliário ou de exigência de apresentação de documentos não definidos nesta Lei, o interessado poderá recorrer por meio da suscitação de dúvida registral, nos termos dos arts. 198 e seguintes da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos).”



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2934824>

Avulso do PL 4497/2024 [6 de 11]

2934824

Data do Documento: 13/06/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

6

"Art. 3º-B O serviço registral deverá comunicar o resultado final do processo de ratificação do registro imobiliário ao Incra.

§ 1º O deferimento da ratificação do registro imobiliário ensejará a atualização cadastral de ofício pelo Incra.

§ 2º Verificada a impossibilidade material de ratificação nos termos desta Lei e transcorrido o prazo de suscitação de dúvida registral, o serviço registral comunicará o fato ao Incra, que deverá requerer o registro do imóvel em nome da União ou do próprio Incra ao Cartório de Registro de Imóveis."

"Art. 3º-C É vedado ao oficial do Cartório de Registro de Imóveis recusar o registro ou a ratificação de registro imobiliário com base em pretensões fundiárias ainda não formalmente finalizadas e dotadas de definitividade jurídica, tais como:

I - processos administrativos de demarcação de terra indígena ainda não homologados por decreto presidencial;

II - propostas de criação de unidades de conservação ou de áreas de proteção ainda não instituídas por ato normativo próprio;

III - procedimentos administrativos ou manifestações de órgãos públicos que não configurem decisão final com efeitos suspensivos sobre o domínio.



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2934824>

Avulso do PL 4497/2024 [7 de 11]

2934824

Data do Documento: 13/06/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

7

Parágrafo único. A existência de processo administrativo em trâmite que verse sobre eventual restrição à regularização fundiária não poderá, por si só, fundamentar a recusa do registro, salvo se houver decisão judicial com eficácia suspensiva do domínio ou decreto presidencial homologatório publicado."

"Art. 3º-D As áreas que não preencham os requisitos desta Lei, desde que não exista interesse público e social no imóvel, poderão ser alienadas por meio de licitação pública, observada a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), no limite de 2.500 ha (dois mil e quinhentos hectares)."

"Art. 6º

Parágrafo único. Os processos administrativos formalizados no âmbito da legislação revogada no *caput* deste artigo deverão ser arquivados por perda de objeto."(NR)

Art. 3º O art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 176.

.....

§ 4º A identificação de que trata o § 3º deste artigo tornar-se-á obrigatória para efetivação de registro, em qualquer situação de transferência de imóvel rural, a partir de 31 de dezembro de 2028.



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2934824>

Avulso do PL 4497/2024 [8 de 11]

2934824

Data do Documento: 13/06/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

8

§ 4º-A Para os imóveis rurais cuja somatória das áreas não exceda a 4 (quatro) módulos fiscais, a obrigatoriedade de que trata o § 4º será exigida após decorridos 4 (quatro) anos da publicação do ato normativo do Poder Executivo que regulamentar a isenção prevista no § 3º deste artigo.

§ 4º-B Para fins de registro de alienação fiduciária em garantia, não será exigido o georreferenciamento, salvo na hipótese de venda do imóvel em leilão.

.....”(NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

HUGO MOTTA
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2934824>

Avulso do PL 4497/2024 [9 de 11]

2934824

Data do Documento: 13/06/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 124/2025/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do *caput* do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, a fim de estabelecer procedimentos para a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e de concessões de terras públicas situadas em faixa de fronteira; e altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos)”.

Atenciosamente,

HUGO MOTTA
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2934822>

Avulso do PL 4497/2024 [10 de 11]

2934822



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 6.015, de 31 de Dezembro de 1973 - Lei dos Registros Públicos (1973) - 6015/73
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1973;6015>
- art176
- Lei nº 13.178, de 22 de Outubro de 2015 - LEI-13178-2015-10-22 - 13178/15
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2015;13178>
- Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos (2021) - 14133/21
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021;14133>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1694, DE 2025

Dispõe sobre a transformação de cargos vagos no quadro permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sem aumento de despesas.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2886932&filename=PL-1694-2025



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1694/2025 [1 de 5]



Data do Documento: 13/06/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Dispõe sobre a transformação de cargos vagos no quadro permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sem aumento de despesas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, com sede no Município de São Paulo, tem sua composição aumentada para 105 (cento e cinco) Desembargadores do Trabalho.

Art. 2º Para dar cumprimento ao disposto no art. 1º desta Lei, ficam transformados 27 (vinte e sete) cargos vagos de Juiz do Trabalho Substituto em 11 (onze) cargos de Desembargador do Trabalho no quadro permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Art. 3º O valor das sobras orçamentárias derivadas da transformação referida no art. 2º desta Lei será utilizado para a criação dos cargos em comissão e das funções comissionadas constantes do Anexo desta Lei.

Art. 4º Compete ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, no âmbito de suas competências, prover os atos necessários à execução desta Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região no orçamento geral da União.



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2934865>

Avulso do PL 1694/2025 [2 de 5]

2934865



Data do Documento: 13/06/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

2

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

HUGO MOTTA
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2934865>

Avulso do PL 1694/2025 [3 de 5]

2934865

Data do Documento: 13/06/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3

ANEXO

Cargos em Comissão	Quantidade
CJ-1	22
CJ-2	11
CJ-3	11
Função Comissionada	Quantidade
FC-5	9



Assi
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2934865>

Avulso do PL 1694/2025 [4 de 5]

2934865



Data do Documento: 13/06/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 126/2025/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 1.694, de 2025, do Tribunal Superior do Trabalho, que “Dispõe sobre a transformação de cargos vagos no quadro permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sem aumento de despesas”.

Atenciosamente,

HUGO MOTTA
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2934870>

Avulso do PL 1694/2025 [5 de 5]

2934870



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2875, DE 2025

(nº 7906/2014, na Câmara dos Deputados)

Cria cargos de Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1275249&filename=PL-7906-2014



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2875/2025 [1 de 4]



Data do Documento: 13/06/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria cargos de Juiz do Trabalho
Substituto no Tribunal Regional do
Trabalho da 3ª Região.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criados 21 (vinte e um) cargos de Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, com sede no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região no orçamento geral da União.

Art. 3º A criação dos cargos prevista nesta Lei fica condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Se a autorização e os respectivos recursos orçamentários forem suficientes somente para provimento parcial dos cargos, o saldo da autorização e das respectivas dotações para seu provimento deverá constar de anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem considerados criados e providos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

HUGO MOTTA
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2934850>

Avulso do PL 2875/2025 [2 de 4]

2934850



Data do Documento: 13/06/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 127/2025/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 7.906, de 2014, do Tribunal Superior do Trabalho, que “Cria cargos de Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região”.

Atenciosamente,

HUGO MOTTA
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2934851>

Avulso do PL 2875/2025 [3 de 4]

2934851

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art169_par1

Avulso do PL 2875/2025 [4 de 4]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2876, DE 2025

(nº 4149/2004, na Câmara dos Deputados)

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para criar qualificadora do crime de disparo de arma de fogo, aumentar a pena do crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido e alterar causa de aumento de pena relativa ao comércio ilegal e ao tráfico internacional de arma de fogo proibida.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=241394&filename=PL-4149-2004



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2876/2025 [1 de 6]



Data do Documento: 13/06/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para criar qualificadora do crime de disparo de arma de fogo, aumentar a pena do crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido e alterar causa de aumento de pena relativa ao comércio ilegal e ao tráfico internacional de arma de fogo proibida.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para criar qualificadora do crime de disparo de arma de fogo, aumentar a pena do crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido e alterar causa de aumento de pena relativa ao comércio ilegal e ao tráfico internacional de arma de fogo proibida.

Art. 2º A Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 15. Disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, exceto em locais legalmente autorizados, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime:

.....

§ 1º



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2934725>

Avulso do PL 2876/2025 [2 de 6]

2934725

Data do Documento: 13/06/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

§ 2º Se o crime for cometido com arma de fogo de uso proibido, a pena é de reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.”(NR)

“Art. 16.

.....

§ 2º Se as condutas descritas no *caput* e no § 1º deste artigo envolverem arma de fogo de uso proibido, a pena é de reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos.

§ 3º Consideram-se armas e munições de uso proibido:

I - as armas de fogo classificadas como de uso proibido em acordos ou tratados internacionais dos quais a República Federativa do Brasil seja signatária;

II - as armas de fogo dissimuladas, com aparência de objetos inofensivos;

III - as munições classificadas como de uso proibido em acordos ou tratados internacionais dos quais a República Federativa do Brasil seja signatária; ou

IV - as munições incendiárias ou químicas.”(NR)

“Art. 19. Nos crimes previstos nos arts. 17 e 18 desta Lei, a pena é aplicada em dobro se a arma de fogo, acessório ou munição forem de uso proibido.”(NR)

“Art. 35-A. O disposto nesta Lei aplica-se de forma independente e concomitante ao previsto



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2934725>

Avulso do PL 2876/2025 [3 de 6]

2934725

Data do Documento: 13/06/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

3

na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, conforme o art. 69 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

HUGO MOTTA
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2934725>

Avulso do PL 2876/2025 [4 de 6]

2934725

Data do Documento: 13/06/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 125/2025/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do *caput* do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 4.194, de 2004, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para criar qualificadora do crime de disparo de arma de fogo, aumentar a pena do crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido e alterar causa de aumento de pena relativa ao comércio ilegal e ao tráfico internacional de arma de fogo proibida”.

Atenciosamente,

HUGO MOTTA
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2934726>

Avulso do PL 2876/2025 [5 de 6]

2934726



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal (1940) - 2848/40
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:lei:1940;2848>
 - art69
- Lei nº 10.826, de 22 de Dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento (2003) - 10826/03
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2003;10826>
- Lei nº 11.343, de 23 de Agosto de 2006 - Lei Antidrogas (2006); Lei de Drogas; Lei de Entorpecentes (2006); Lei Antitóxicos (2006); Lei dos Tóxicos (2006) - 11343/06
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2006;11343>



Mensagem do Presidente da República





MENSAGEM Nº 713

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o Projeto de Lei nº 2.121, de 2022, que "Inclui no calendário turístico oficial do País o Festival Halleluya, no Município de Fortaleza, no Estado do Ceará.". Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, autógrafo do texto ora convertido na Lei nº 15.148, de 11 de junho de 2025.

Brasília, 11 de junho de 2025.

Assinatura manuscrita em tinta preta.



Mensagem da Presidência da República

- Nº 713, de 2025, na origem, que restitui autógrafo do Projeto de Lei nº 2.121, de 2022, sancionado e convertido na Lei nº 15.148, de 11 de junho de 2025.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



Prejudicialidade



A Presidência declara a prejudicialidade do Projeto de Resolução do Senado nº 7, de 2025, nos termos do art. 334, II, do Regimento Interno.

A matéria vai ao arquivo.



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 451, DE 2025

Requer urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 177/2023, nos termos do art. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal.

AUTORIA: Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM), Líder do PODEMOS Carlos Viana (PODEMOS/MG), Líder do PP Tereza Cristina (PP/MS), Líder do REPUBLICANOS Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Líder do UNIÃO Efraim Filho (UNIÃO/PB)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 451/2025 [1 de 2]



RQS
00451/2025

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requeremos, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLP 177/2023, que “fixa o número de Deputados Federais; estabelece normas para a distribuição das vagas da Câmara dos Deputados entre os Estados e o Distrito Federal; e revoga a Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993”.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2025.

Efraim Filho
UNIO

Lya Lins PP





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 452, DE 2025

Requer informações ao Senhor Enrique Ricardo Lewandowski, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, sobre as ações promovidas por esta Pasta em alusão ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado anualmente em 15 de junho, e sobre as políticas públicas em curso para prevenção, combate e enfrentamento do problema.

AUTORIA: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 452/2025 [1 de 8]



RQS
00452/2025

SENADO FEDERAL

SF/25339.69609-57 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, informações relativas às ações promovidas por esta Pasta em alusão ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado anualmente em 15 de junho, e sobre as políticas públicas em curso para prevenção, combate e enfrentamento do problema.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, informações relativas às ações promovidas por esta Pasta em alusão ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado anualmente em 15 de junho, e sobre as políticas públicas em curso para prevenção, combate e enfrentamento do problema.

Nesses termos, requisita-se

1. No que diz respeito às ações alusivas ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa promovidas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública:

Avulso do RQS 452/2025 [2 de 8]



1.1. Quais são os programas, projetos e iniciativas promovidos por esta Pasta, voltados à prevenção e ao enfrentamento de crimes contra a pessoa idosa, especialmente no contexto do Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa?

1.2. Há ações específicas de conscientização e capacitação de agentes de segurança pública para identificar e combater crimes contra a pessoa idosa promovidas por este Ministério nesta data? Em caso afirmativo, quais são os resultados e impactos dessas ações nos últimos dois anos?

1.3. Existe previsão orçamentária específica para ações alusivas ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa nesta Pasta? Em caso positivo, detalhar valores, fontes dos recursos e sua aplicação.

1.4. Quais parcerias este Ministério estabelece com entidades da sociedade civil, outros órgãos governamentais e setor privado para a realização de campanhas e projetos alusivos à data, no âmbito de suas competências em segurança pública?

1.5. Que medidas estão sendo adotadas por esta Pasta para promover a proteção da pessoa idosa contra crimes, com foco em ações de inteligência, investigação e repressão qualificada, especialmente contra crimes de violência financeira e patrimonial?

1.6. Quais são as métricas utilizadas por este Ministério para avaliar a eficácia das ações desenvolvidas em torno do Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa?

2. No que diz respeito ao cumprimento das responsabilidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública no enfrentamento à violência contra a pessoa idosa:

2.1. De que forma este Ministério vem exercendo sua responsabilidade institucional para enfrentar os desafios prioritários da violência e criminalidade



contra a pessoa idosa no Brasil, considerando a prevenção, investigação e repressão de crimes como fraudes, estelionato, extorsão e outros tipos de violência física e psicológica?

2.2. Em relação à "Operação Virtude" (anteriormente conhecida como "Operação Vetus") e outras ações coordenadas de combate a crimes contra a pessoa idosa, quais foram os principais resultados alcançados (número de operações, investigações, prisões, vítimas resgatadas, valores recuperados etc.) nos últimos dois anos? De que forma este Ministério tem promovido a continuidade, sustentabilidade e o aprimoramento de tais operações?

2.3. De que forma este Ministério tem promovido a integração com outros órgãos do Poder Executivo (como Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério Público e Poder Judiciário), garantindo a transversalidade das políticas e ações de combate a crimes contra a pessoa idosa? Há coordenação com forças de segurança estaduais (Polícias Cíveis e Militares)? Detalhe os tipos de parcerias, constando tipo, cronogramas, objetivos e situação atual da implementação.

2.4. Quais parcerias estão formalizadas com a sociedade civil organizada e o setor privado para fortalecer ações de prevenção e combate a crimes contra a pessoa idosa, no âmbito de sua atuação em segurança pública?

2.5. Qual o estágio atual da implementação das ações de segurança pública previstas em planos nacionais de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa no que tange às competências do Ministério da Justiça e Segurança Pública? Quais medidas já foram adotadas e quais estão previstas para este ano? Existe previsão orçamentária específica para sua execução?

2.6. Quais iniciativas do Ministério para o fortalecimento da formação e capacitação continuada dos agentes de segurança pública (policiais federais, rodoviários federais, agentes penitenciários etc.) para o reconhecimento,



acolhimento e tratamento de casos de violência contra a pessoa idosa? Apresente relatório que demonstre quais iniciativas e resultados alcançados.

2.7. Como estão estruturados os sistemas de dados e informações consolidadas sobre crimes contra a pessoa idosa no Brasil, mantidos por este Ministério, especialmente aqueles relacionados a inquéritos, investigações e condenações? Qual formato adotado, quais indicadores são monitorados e como os dados são atualizados e divulgados?

2.8. Qual o funcionamento dos canais de Ouvidoria deste Ministério para recebimento de denúncias e sugestões relacionadas a crimes contra a pessoa idosa? Quantos registros foram feitos entre 2023 a 2024 e quais foram os encaminhamentos dados a essas manifestações?

2.9. Em relação à gravíssima fraude em folhas de pagamento de benefícios previdenciários do INSS, quais medidas o Ministério da Justiça e Segurança Pública tem adotado, por meio de seus órgãos de investigação, para combater esses crimes, identificar os criminosos e proteger as vítimas idosas? Há coordenação específica com o Ministério da Previdência Social e outras instituições financeiras? Detalhe as ações de repressão e os resultados obtidos.

3. Execução Orçamentária para Políticas de Combate à Violência contra a Pessoa Idosa no Ministério da Justiça e Segurança Pública:

3.1. Como está planejada a utilização dos recursos orçamentários previstos para esta Pasta para o ano de 2025 destinados ao combate à violência contra a pessoa idosa? Em quais ações, projetos e programas há previsão de serem executados? Apresente relatórios consolidados por área orçamentária - funcional programática, informando em qual objeto aplicado.

3.1.1. Qual o valor de aporte previsto em emendas parlamentares do OGU 2024 e 2025 e para quais políticas, programas e projetos desta Pasta serão



executados no combate à violência contra a pessoa idosa? Listar valor total por política, programa e projeto, e para quais Unidades da Federação serão destinados.

3.1.2. Quais explicações o Ministério da Justiça e Segurança Pública apresenta sobre a execução orçamentária destinada a políticas públicas de combate à violência contra a pessoa idosa em 2024, caso haja discrepância com o valor previsto?

JUSTIFICAÇÃO

O Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado anualmente em 15 de junho, é uma data de fundamental importância para alertar a sociedade sobre a violência e os maus-tratos sofridos por idosos em todo o mundo. Criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Rede Internacional de Prevenção à Violência à Pessoa Idosa, esta data serve como um marco para a reflexão sobre os desafios persistentes na garantia dos direitos e da dignidade da população idosa.

Adicionalmente, cumpre ressaltar que a atuação do Ministério da Justiça e Segurança Pública é central e indispensável no enfrentamento à violência contra a pessoa idosa, conforme suas atribuições regimentais. Nos termos do Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental do MJSP, compete à Pasta a formulação e execução de políticas de segurança pública, prevenção e repressão de crimes, incluindo a proteção de grupos vulneráveis e o combate a crimes que afetam a pessoa idosa, como fraudes, estelionatos e outras formas de violência.

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) estabelecem a proteção integral da pessoa idosa como dever da família, da sociedade e do Estado. No entanto, a realidade brasileira ainda evidencia a necessidade urgente de uma abordagem coordenada e específica para o



enfrentamento dessa grave violação de direitos humanos, que se manifesta, muitas vezes, em crimes.

Dados do Disque 100 (serviço do MDHC) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde demonstram a gravidade do problema. Entre janeiro e setembro de 2023, o Disque 100 recebeu 74,6 mil denúncias de violações de direitos humanos contra a pessoa idosa, um aumento de 47,8% em relação ao mesmo período de 2022. Os principais tipos de violação são negligência (42%), violência psicológica (24%), violência física (16%) e violência financeira/patrimonial (13%). O agressor, na maioria dos casos, é um familiar. O IBGE aponta que a população idosa no Brasil continua a crescer, projetando-se que em 2040, o número de idosos (60 anos ou mais) ultrapasse o de crianças e adolescentes (até 14 anos), o que torna a pauta ainda mais premente.

Ademais, a recente e gravíssima onda de fraudes em folhas de pagamento de benefícios previdenciários do INSS expõe um novo e alarmante tipo de violência financeira e patrimonial contra os idosos, exigindo uma atuação repressiva e investigativa contundente dos órgãos de segurança pública. Operações como a "Operação Virtude" (anteriormente conhecida como "Operação Vetus"), coordenadas pelo MJSP, são cruciais para a identificação, investigação e punição desses criminosos, garantindo a efetiva proteção da pessoa idosa.

O combate à violência contra a pessoa idosa é uma responsabilidade compartilhada entre diversas esferas de governo e a sociedade civil.

Diante desse cenário complexo e da persistência da grave violação de direitos que a violência contra a pessoa idosa representa, justifica-se plenamente o presente requerimento de informações. Torna-se imperativo que o Poder Executivo apresente a esta Casa Legislativa um panorama objetivo, transparente e detalhado das políticas, programas e ações que vêm sendo desenvolvidas para prevenir e erradicar a violência contra a pessoa idosa, bem como os resultados alcançados e os desafios ainda a serem superados.



Nossos idosos representam a memória viva, a sabedoria acumulada e a resiliência de nossa sociedade. Em culturas como a japonesa, o respeito e a valorização dos mais velhos são pilares sociais, servindo de inspiração para a construção de um Brasil onde a dignidade e o bem-estar de cada pessoa idosa sejam a nossa marca distintiva.

Ao Senado Federal, por sua vez, compete o rigoroso acompanhamento e a fiscalização da atuação governamental, em estrita observância à nossa Carta Magna. O artigo 230 da Constituição Federal é categórico ao dispor que:

“A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.”

Nesse sentido, a solicitação de informações visa resguardar e, acima de tudo, contribuir para a concreta e prioritária garantia dos direitos de nossas pessoas idosas, em conformidade com o mandamento constitucional.

Sala das Sessões, 13 de junho de 2025.

Senadora Damares Alves





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 453, DE 2025

Requer informações à Senhora Macaé Maria Evaristo dos Santos, Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, sobre as ações promovidas por esta Pasta, em alusão ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado anualmente em 15 de junho, e sobre as políticas públicas em curso para prevenção, combate e enfrentamento do problema.

AUTORIA: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

DESPACHO: À Comissão Diretora do Senado Federal



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 453/2025 [1 de 8]



RQS
00453/2025

SENADO FEDERAL

SF/25251.64207-86 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Maria Evaristo dos Santos, informações relativas às ações promovidas por esta Pasta, em alusão ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado anualmente em 15 de junho, e sobre as políticas públicas em curso para prevenção, combate e enfrentamento do problema.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Maria Evaristo dos Santos, informações relativas às ações promovidas por esta Pasta, em alusão ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado anualmente em 15 de junho, e sobre as políticas públicas em curso para prevenção, combate e enfrentamento do problema.

Nesses termos, requisita-se:

1. No que diz respeito às ações alusivas ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa promovidas pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania:

Avulso do RQS 453/2025 [2 de 8]



1.1. Quais são os programas, projetos e iniciativas promovidos por esta Pasta, com a participação inclusive de outros órgãos vinculados, voltados à prevenção e ao enfrentamento da violência contra a pessoa idosa, especialmente no contexto do Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa?

1.2. Há ações específicas de conscientização e combate à violência contra a pessoa idosa promovidas por este Ministério nesta data? Em caso afirmativo, quais são os resultados e impactos dessas ações nos últimos dois anos?

1.3. Existe previsão orçamentária específica para ações alusivas ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa nesta Pasta? Em caso positivo, detalhar valores, fontes dos recursos e sua aplicação.

1.4. Quais parcerias este Ministério estabelece com entidades da sociedade civil, organismos internacionais e setor privado para a realização de campanhas e projetos alusivos à data, no âmbito de sua competência em direitos humanos?

1.5. Que medidas estão sendo adotadas por esta Pasta para promover a proteção da pessoa idosa contra a violência em políticas públicas de promoção de direitos, assistência social e geração de redes de apoio?

1.6. Quais são as métricas utilizadas por este Ministério para avaliar a eficácia das ações desenvolvidas em torno do Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa?

2. No que diz respeito ao cumprimento das responsabilidades do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania no enfrentamento à violência contra a pessoa idosa:

2.1. De que forma este Ministério vem exercendo sua responsabilidade institucional para enfrentar os desafios prioritários da violência contra a



pessoa idosa no Brasil, considerando aspectos como violência física, psicológica, financeira, negligência e abandono?

2.2. De que forma este Ministério tem promovido a integração e coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, do Legislativo, do Judiciário e, em especial, com os órgãos de segurança pública e justiça (como Polícia Federal, Polícias Civis e Ministério Público), para garantir a transversalidade das políticas públicas e ações de combate à violência contra a pessoa idosa, incluindo operações de enfrentamento a crimes, a exemplo da "Operação Virtude"? Há coordenação com estados e municípios? Detalhe os tipos de parcerias, constando tipo, cronogramas, objetivos e situação atual da implementação.

2.3. Quais parcerias estão formalizadas com a sociedade civil organizada e o setor privado para fortalecer ações de proteção e promoção dos direitos da pessoa idosa e combate à violência, no âmbito de sua atuação?

2.4. Qual o estágio atual da implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa no que tange às competências do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania? Quais medidas já foram adotadas e quais estão previstas para este ano? Existe previsão orçamentária específica para sua execução?

2.5. Quais iniciativas do Ministério para fortalecimento dos Conselhos dos Direitos da Pessoa Idosa (municipal, estadual e nacional), visando o combate à violência e a proteção dos direitos dos idosos? Apresente relatório que demonstre quais iniciativas e resultados alcançados.

2.6. Considerando a experiência da pandemia de COVID-19 e a aproximação do então MMFDH com as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) quais ações este Ministério tem desenvolvido para o acompanhamento, apoio à gestão, fiscalização e proteção dos direitos dos idosos residentes em ILPIs? Apresentar relatório com cadastro nacional de ILPIs por esse Ministério, relatórios e/ou pareceres técnicos de acompanhamento,



principalmente com foco nos principais desafios enfrentados por essas instituições ou identificados no âmbito delas em relação à violência e à proteção dos direitos dos idosos?

2.7. Como está estruturado o observatório de dados consolidados sobre a violência contra a pessoa idosa no Brasil mantido por este Ministério, especialmente aqueles relacionados à violação de direitos? Qual formato adotado, quais indicadores são monitorados e como os dados são atualizados e divulgados?

2.8. Qual o funcionamento do canal da Ouvidoria deste Ministério para recebimento de denúncias e sugestões relacionadas à violência contra a pessoa idosa? Quantos registros foram feitos entre 2023 até o primeiro trimestre de 2025 e quais foram os encaminhamentos dados a essas manifestações?

2.9. O Disque 100, gerenciado por este Ministério, recebe denúncias de violações de direitos humanos que abrangem a pessoa idosa, incluindo a violência financeira. Em relação à gravíssima fraude em folhas de pagamento de benefícios previdenciários do INSS, como este Ministério tem coordenado as ações entre os órgãos da área social (como o Ministério da Saúde e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome) para garantir a proteção e o apoio aos idosos impactados por esses golpes? Especificamente, quais são os procedimentos adotados para assegurar que as denúncias e demandas recebidas sejam tratadas de forma eficaz e coordenada, garantindo a implementação de medidas adequadas de proteção e apoio? Existe acordo formal de cooperação técnica firmado entre os órgãos ou tratativas por Ofícios? Se sim, encaminhar documentos que comprovem essa atuação conjunta.

3. Execução Orçamentária para Políticas de Combate à Violência contra a Pessoa Idosa no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania:

3.1. Como está planejada a utilização dos recursos orçamentários previstos para esta Pasta para o ano de 2025 destinados ao combate à violência



contra a pessoa idosa? Em quais ações, projetos e programas há previsão de serem executados?

Apresente relatórios consolidados por área orçamentária - funcional programática, informando em qual objeto aplicado.

3.1.1. Qual o valor de aporte previsto em emendas parlamentares do OGU 2024 e 2025 para quais políticas, programas e projetos desta Pasta serão executados no combate à violência contra a pessoa idosa?

Listar valor total por política, programa e projeto, e para quais Unidades da Federação serão destinados.

3.1.2. Quais explicações o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania apresenta sobre a execução orçamentária destinada a políticas públicas de combate à violência contra a pessoa idosa em 2024, caso haja discrepância com o valor previsto?

JUSTIFICAÇÃO

O Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado anualmente em 15 de junho, é de fundamental importância para alertar a sociedade sobre a violência e os maus-tratos sofridos por idosos em todo o mundo. Criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Rede Internacional de Prevenção à Violência à Pessoa Idosa, esta data serve como um marco para a reflexão sobre os desafios persistentes na garantia dos direitos e da dignidade da população idosa.

Adicionalmente, cumpre ressaltar que a atuação do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania é estratégica no enfrentamento à violência contra a pessoa idosa, conforme suas atribuições regimentais. Nos termos do Decreto nº 11.341, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental do MDHC, compete à Pasta a formulação, coordenação e execução de políticas nacionais de promoção e defesa dos direitos humanos, com foco na proteção integral da



pessoa idosa, incluindo a prevenção e o combate a todas as formas de exploração, negligência, discriminação e violência contra este segmento populacional.

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) estabelecem a proteção integral da pessoa idosa como dever da família, da sociedade e do Estado. No entanto, a realidade brasileira ainda evidencia a necessidade urgente de uma abordagem coordenada e específica para o enfrentamento dessa grave violação de direitos humanos.

Dados do Disque 100 (serviço do MDHC) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde demonstram a gravidade do problema. Entre janeiro e setembro de 2023, o Disque 100 recebeu 74,6 mil denúncias de violações de direitos humanos contra a pessoa idosa, um aumento de 47,8% em relação ao mesmo período de 2022. Os principais tipos de violação são negligência (42%), violência psicológica (24%), violência física (16%) e violência financeira/patrimonial (13%). O agressor, na maioria dos casos, é um familiar. O IBGE aponta que a população idosa no Brasil continua a crescer, projetando-se que em 2040, o número de idosos (60 anos ou mais) ultrapasse o de crianças e adolescentes (até 14 anos), o que torna a pauta ainda mais premente. Ademais, a recente e gravíssima onda de fraudes em folhas de pagamento de benefícios previdenciários do INSS expõe um novo e alarmante tipo de violência financeira e psicológica contra os idosos, exigindo uma resposta coordenada e eficaz dos órgãos de proteção aos direitos humanos, e o apoio a operações de combate a crimes como a "Operação Virtude" é fundamental neste contexto. É crucial também o acompanhamento e a fiscalização das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), que, conforme demonstrado na pandemia, são locais de alta vulnerabilidade para a ocorrência de violência e negligência.

O combate à violência contra a pessoa idosa é uma responsabilidade compartilhada entre diversas esferas de governo e a sociedade civil. O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI) é um fórum estratégico que congrega diferentes atores para debater e propor ações para enfrentar o problema.



Diante desse cenário complexo e da persistência da grave violação de direitos que a violência contra a pessoa idosa representa, justifica-se plenamente o presente requerimento de informações. Torna-se imperativo que o Poder Executivo apresente a esta Casa Legislativa um panorama objetivo, transparente e detalhado das políticas, programas e ações que vêm sendo desenvolvidas para prevenir e erradicar a violência contra a pessoa idosa, bem como os resultados alcançados e os desafios ainda a serem superados.

Nossos idosos representam a memória viva, a sabedoria acumulada e a resiliência de nossa sociedade. Em culturas como a japonesa, o respeito e a valorização dos mais velhos são pilares sociais, servindo de inspiração para a construção de um Brasil onde a dignidade e o bem-estar de cada pessoa idosa sejam a nossa marca distintiva.

Ao Senado Federal, por sua vez, compete o rigoroso acompanhamento e a fiscalização da atuação governamental, em estrita observância à nossa Carta Magna. O artigo 230 da Constituição Federal é categórico ao dispor que:

“A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.”

Nesse sentido, a solicitação de informações visa resguardar e, acima de tudo, contribuir para a concreta e prioritária garantia dos direitos de nossas pessoas idosas, em conformidade com o mandamento constitucional.

Sala das Sessões, 13 de junho de 2025.

Senadora Damares Alves





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 454, DE 2025

Requer informações ao Senhor José Wellington Barroso de Araujo Dias, Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, sobre as políticas públicas e as ações promovidas por esta Pasta em alusão ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado anualmente em 15 de junho.

AUTORIA: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 454/2025 [1 de 9]



**RQS
00454/2025**

SENADO FEDERAL

SF/25494.20263-05 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, informações relativas às políticas públicas e às ações promovidas por esta Pasta em alusão ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado anualmente em 15 de junho.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, informações relativas às políticas públicas e às ações promovidas por esta Pasta em alusão ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado anualmente em 15 de junho.

Nesses termos, requisita-se:

1. No que diz respeito às ações alusivas ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa promovidas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome:

Avulso do RQS 454/2025 [2 de 9]



1.1. Quais são os programas, projetos e iniciativas promovidos por esta Pasta, com a participação inclusive de outros órgãos vinculados, voltados à prevenção e ao enfrentamento da violência contra a pessoa idosa, especialmente no contexto do Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa?

1.2. Há ações específicas de conscientização e combate à violência contra a pessoa idosa promovidas por este Ministério nesta data? Em caso afirmativo, quais são os resultados e impactos dessas ações nos últimos dois anos?

1.3. Existe previsão orçamentária específica para ações alusivas ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa nesta Pasta? Em caso positivo, detalhar valores, fontes dos recursos e sua aplicação.

1.4. Quais parcerias este Ministério estabelece com entidades da sociedade civil, organismos internacionais e setor privado para a realização de campanhas e projetos alusivos à data, no âmbito de suas competências em assistência social e combate à fome?

1.5. Que medidas estão sendo adotadas por esta Pasta para promover a proteção da pessoa idosa contra a violência, em especial por meio do fortalecimento de programas de transferência de renda, segurança alimentar e nutricional e da rede de proteção social básica e especial?

1.6. Quais são as métricas utilizadas por este Ministério para avaliar a eficácia das ações desenvolvidas em torno do Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa?

2. No que diz respeito ao cumprimento das responsabilidades do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome no enfrentamento à violência contra a pessoa idosa:

2.1. De que forma este Ministério vem exercendo sua responsabilidade institucional para enfrentar os desafios prioritários da violência contra a pessoa



idosa no Brasil, considerando a proteção da renda, a segurança alimentar e o acesso à rede socioassistencial?

2.2. De que forma este Ministério tem promovido a integração com outros órgãos do Poder Executivo, do Legislativo e do Judiciário, garantindo a transversalidade das políticas públicas para a pessoa idosa em situação de violência, especificamente no âmbito da assistência social? Há coordenação com estados e municípios? Detalhe os tipos de parcerias, constando tipo, cronogramas, objetivos e situação atual da implementação.

2.3. Quais parcerias estão formalizadas com a sociedade civil organizada e o setor privado para fortalecer ações de proteção e promoção dos direitos da pessoa idosa e combate à violência, no âmbito de sua atuação em assistência social?

2.4. Qual o estágio atual da implementação das ações de assistência social previstas no Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa no que tange às competências do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome? Quais medidas já foram adotadas e quais estão previstas para este ano? Existe previsão orçamentária específica para sua execução?

2.5. Quais iniciativas do Ministério para o fortalecimento e capacitação dos equipamentos da Rede Socioassistencial (CRAS e CREAS) para o acolhimento, atendimento e proteção de idosos em situação de violência e vulnerabilidade social? Apresente relatório que demonstre quais iniciativas e resultados alcançados.

2.6. Como está estruturado o observatório de dados consolidados sobre a vulnerabilidade social da pessoa idosa no Brasil mantido por este Ministério, especialmente aqueles relacionados à acesso a benefícios sociais e proteção social? Qual formato adotado, quais indicadores são monitorados e como os dados são atualizados e divulgados?



2.7. Qual o funcionamento dos canais de Ouvidoria deste Ministério para recebimento de denúncias e sugestões relacionadas à violência e vulnerabilidade da pessoa idosa? Quantos registros foram feitos entre 2023 a 2024 e quais foram os encaminhamentos dados a essas manifestações?

2.8. Considerando a importância da Rede Socioassistencial (CRAS e CREAS) no apoio aos idosos em situação de vulnerabilidade, quais ações específicas este Ministério tem desenvolvido para o acompanhamento, apoio à gestão e fiscalização das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), visando à prevenção e ao enfrentamento de situações de violência e negligência contra os idosos residentes nessas instituições?

2.9. Que ações o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome tem implementado para prevenir e combater a violência institucional contra a pessoa idosa no âmbito das unidades da rede socioassistencial (como CRAS, CREAS, centros de convivência e serviços de acolhimento)? Além do cumprimento dos direitos à atendimento preferencial, quais medidas estão sendo adotadas para garantir o respeito, a dignidade, a autonomia e a qualidade da assistência social ao idoso, prevenindo situações de negligência, desrespeito ou qualquer outra forma de violência institucional por parte dos profissionais e da própria estrutura do sistema? Existem canais específicos para denúncia e acompanhamento desses casos nas unidades socioassistenciais?

2.10. Em relação à gravíssima violência patrimonial, fraudes e golpes que atingem idosos no recebimento de benefícios, em especial o Benefício de Prestação Continuada (BPC - idoso), considerando a maior vulnerabilidade social e econômica dos beneficiários, qual iniciativa o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome teve ou planeja ter para que a Rede Socioassistencial (CRAS e CREAS) seja capacitada e esteja realizando busca ativa de idosos impactados por esses golpes, a exemplo de povos e comunidades tradicionais? Além disso:



- Que projetos de educação financeira e inclusão digital este Ministério tem promovido ou planeja promover para prevenir a violência patrimonial contra idosos no âmbito do BPC e outros benefícios sociais, inclusive em parceria com as instituições bancárias responsáveis pelo pagamento da folha?
- Adicionalmente, que medidas foram adotadas para verificar se esse público específico do BPC foi protegido ou, alternativamente, foi atingido por fraudes similares às ocorridas em folhas de pagamento do INSS, considerando que a operacionalização do BPC também utiliza contrato da DATAPREV?
- Como é realizada a integração de dados e a coordenação de políticas com outros Ministérios (como o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e o Ministério da Saúde) para garantir a proteção social desses idosos?
- Existe acordo formal de cooperação técnica firmado entre os órgãos ou tratativas por Ofícios? Se sim, encaminhar documentos que comprovem essa atuação conjunta.

3. Execução Orçamentária para Políticas de Combate à Violência contra a Pessoa Idosa no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome:

3.1. Como está planejada a utilização dos recursos orçamentários previstos para esta Pasta para o ano de 2025 destinados ao combate à violência contra a pessoa idosa? Em quais ações, projetos e programas há previsão de serem executados? Apresente relatórios consolidados por área orçamentária - funcional programática, informando em qual objeto aplicado.

3.1.1. Qual o valor de aporte previsto em emendas parlamentares do OGU 2024, 2025 e para quais políticas, programas e projetos desta Pasta serão executados no combate à violência contra a pessoa idosa? Listar valor total por política, programa e projeto, e para quais Unidades da Federação serão destinados.



3.1.2. Quais explicações o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome apresenta sobre a execução orçamentária destinada a políticas públicas de combate à violência contra a pessoa idosa em 2024, caso haja discrepância com o valor previsto?

JUSTIFICAÇÃO

O Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado anualmente em 15 de junho, é uma data de fundamental importância para alertar a sociedade sobre a violência e os maus-tratos sofridos por idosos em todo o mundo. Criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Rede Internacional de Prevenção à Violência à Pessoa Idosa, esta data serve como um marco para a reflexão sobre os desafios persistentes na garantia dos direitos e da dignidade da população idosa.

Adicionalmente, cumpre ressaltar a relevância da atuação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome no enfrentamento à violência contra a pessoa idosa, conforme suas atribuições regimentais. Instituído pelo Decreto nº 11.392, de 20 de janeiro de 2023, compete à Pasta a formulação, execução e avaliação de políticas nacionais de assistência social, segurança alimentar e nutricional, e de renda de cidadania, que impactam diretamente a proteção e o bem-estar das famílias e de seus membros idosos, contribuindo para a redução da vulnerabilidade e a prevenção de situações de violência e negligência.

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) estabelecem a proteção integral da pessoa idosa como dever da família, da sociedade e do Estado. No entanto, a realidade brasileira ainda evidencia a necessidade urgente de uma abordagem coordenada e específica para o enfrentamento dessa grave violação de direitos humanos.



Dados do Disque 100 (serviço do MDHC) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde demonstram a gravidade do problema. Entre janeiro e setembro de 2023, o Disque 100 recebeu 74,6 mil denúncias de violações de direitos humanos contra a pessoa idosa, um aumento de 47,8% em relação ao mesmo período de 2022. Os principais tipos de violação são negligência (42%), violência psicológica (24%), violência física (16%) e violência financeira/patrimonial (13%). O agressor, na maioria dos casos, é um familiar. O IBGE aponta que a população idosa no Brasil continua a crescer, projetando-se que em 2040, o número de idosos (60 anos ou mais) ultrapasse o de crianças e adolescentes (até 14 anos), o que torna a pauta ainda mais premente.

Ademais, a recente e gravíssima onda de fraudes em folhas de pagamento de benefícios, com destaque para o Benefício de Prestação Continuada (BPC - idoso), expõe um novo e alarmante tipo de violência patrimonial que coloca idosos em situação de maior vulnerabilidade social. Essa situação exige uma atuação proativa das redes de proteção e assistência social, incluindo ações de educação financeira e inclusão digital para prevenção, em parceria com instituições financeiras e outros órgãos envolvidos na operacionalização dos benefícios. É crucial também o acompanhamento e o apoio aos idosos residentes em Instituições de Longa Permanência (ILPIs) e nas unidades da rede socioassistencial, que, conforme demonstrado na pandemia, são locais de alta vulnerabilidade para a ocorrência de violência e negligência institucional.

O combate à violência contra a pessoa idosa é uma responsabilidade compartilhada entre diversas esferas de governo e a sociedade civil.

Diante desse cenário complexo e da persistência da grave violação de direitos que a violência contra a pessoa idosa representa, justifica-se plenamente o presente requerimento de informações. Torna-se imperativo que o Poder Executivo apresente a esta Casa Legislativa um panorama objetivo, transparente e detalhado das políticas, programas e ações que vêm sendo desenvolvidas para



prevenir e erradicar a violência contra a pessoa idosa, bem como os resultados alcançados e os desafios ainda a serem superados.

Nossos idosos representam a memória viva, a sabedoria acumulada e a resiliência de nossa sociedade. Em culturas como a japonesa, o respeito e a valorização dos mais velhos são pilares sociais, servindo de inspiração para a construção de um Brasil onde a dignidade e o bem-estar de cada pessoa idosa sejam a nossa marca distintiva.

Ao Senado Federal, por sua vez, compete o rigoroso acompanhamento e a fiscalização da atuação governamental, em estrita observância à nossa Carta Magna. O artigo 230 da Constituição Federal é categórico ao dispor que:

“A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.”

Nesse sentido, a solicitação de informações visa resguardar e, acima de tudo, contribuir para a concreta e prioritária garantia dos direitos de nossas pessoas idosas, em conformidade com o mandamento constitucional.

Sala das Sessões, 13 de junho de 2025.

Senadora Damares Alves





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 455, DE 2025

Requer informações ao Senhor Alexandre Rocha Santos Padilha, Ministro de Estado da Saúde, sobre as ações promovidas por esta Pasta em alusão ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado anualmente em 15 de junho, e sobre as políticas públicas em curso para prevenção, combate e enfrentamento do problema.

AUTORIA: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 455/2025 [1 de 8]



RQS
00455/2025

SENADO FEDERAL

SF/25542.66272-80 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Rocha Santos Padilha, informações relativas às ações promovidas por esta Pasta em alusão ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado anualmente em 15 de junho, e sobre as políticas públicas em curso para prevenção, combate e enfrentamento do problema.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Rocha Santos Padilha, informações relativas às ações promovidas por esta Pasta em alusão ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado anualmente em 15 de junho, e sobre as políticas públicas em curso para prevenção, combate e enfrentamento do problema.

Nesses termos, requisita-se:

1. No que diz respeito às ações alusivas ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa promovidas pelo Ministério da Saúde:



1.1. Quais são os programas, projetos e iniciativas promovidos por esta Pasta, com a participação inclusive de outros órgãos vinculados, voltados à prevenção, identificação e atendimento de casos de violência contra a pessoa idosa, especialmente no contexto do Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa?

1.2. Há ações específicas de conscientização e capacitação de profissionais de saúde para identificar e notificar casos de violência contra a pessoa idosa promovidas por este Ministério nesta data? Em caso afirmativo, quais são os resultados e impactos dessas ações nos últimos dois anos?

1.3. Existe previsão orçamentária específica para ações alusivas ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa nesta Pasta? Em caso positivo, detalhar valores, fontes dos recursos e sua aplicação.

1.4. Quais parcerias este Ministério estabelece com entidades da sociedade civil e setor privado para a realização de campanhas e projetos alusivos à data, no âmbito de suas competências na área da saúde?

1.5. Que medidas estão sendo adotadas por esta Pasta para promover a proteção da pessoa idosa contra a violência por meio de políticas públicas de saúde e assistência à saúde mental?

1.6. Quais são as métricas utilizadas por este Ministério para avaliar a eficácia das ações desenvolvidas em torno do Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa?

2. No que diz respeito ao cumprimento das responsabilidades do Ministério da Saúde no enfrentamento à violência contra a pessoa idosa:

2.1. De que forma este Ministério vem exercendo sua responsabilidade institucional para enfrentar os desafios prioritários da violência contra a pessoa idosa no Brasil, considerando a notificação de agravos, o atendimento integral à saúde e o acolhimento de vítimas?



2.2. De que forma este Ministério tem promovido a integração com outros órgãos do Poder Executivo, do Legislativo e do Judiciário, garantindo a transversalidade das políticas públicas para a pessoa idosa em situação de violência, especificamente no âmbito da saúde? Há coordenação com estados e municípios? Detalhe os tipos de parcerias, constando tipo, cronogramas, objetivos e situação atual da implementação.

2.3. Quais parcerias estão formalizadas com a sociedade civil organizada e o setor privado para fortalecer ações de identificação, prevenção e atendimento em saúde de casos de violência contra a pessoa idosa, no âmbito de sua atuação?

2.4. Qual o estágio atual da implementação das ações de saúde previstas no Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa no que tange às competências do Ministério da Saúde? Quais medidas já foram adotadas e quais estão previstas para este ano? Existe previsão orçamentária específica para sua execução?

2.5. Quais iniciativas do Ministério da Saúde para o fortalecimento da notificação de casos de violência contra a pessoa idosa no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e para o aprimoramento da qualidade desses dados? Apresente um panorama dos dados de notificação nos últimos dois anos.

2.6. Como está estruturado o observatório de dados consolidados sobre a violência contra a pessoa idosa no Brasil mantido por este Ministério, especialmente aqueles relacionados à saúde e notificações? Qual formato adotado, quais indicadores são monitorados e como os dados são atualizados e divulgados?

2.7. Qual o funcionamento dos canais de Ouvidoria deste Ministério para recebimento de denúncias e sugestões relacionadas à violência contra a pessoa idosa? Quantos registros foram feitos entre 2023 a 2024 e quais foram os encaminhamentos dados a essas manifestações?



2.8. Considerando a experiência da pandemia de COVID-19 e a pactuação de atendimento/assistência no âmbito do PSF às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), em parceria com o então MMFDH, quais ações o Ministério da Saúde tem desenvolvido para garantir o atendimento e a assistência à saúde dos idosos residentes em ILPIs, especialmente no que se refere à prevenção e ao tratamento de casos de violência?

2.9. Em relação à gravíssima fraude em folhas de pagamento de benefícios previdenciários do INSS, qual iniciativa proativa o Ministério da Saúde teve ou planeja ter visando o acolhimento, diagnóstico e tratamento de saúde mental para os idosos impactados por esses golpes? Como é realizada a integração de dados e a coordenação de políticas com outros Ministérios (como o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome) para garantir a atenção à saúde desses idosos? Existe acordo formal de cooperação técnica firmado entre os órgãos ou tratativas por Ofícios? Se sim, encaminhar documentos que comprovem essa atuação conjunta.

2.10. Que ações o Ministério da Saúde tem implementado para prevenir e combater a violência institucional contra a pessoa idosa no âmbito das unidades de saúde do SUS, em todos os níveis de atenção (atenção primária, especializada, hospitalar e de urgência/emergência)? Além do cumprimento dos direitos à atendimento preferencial, quais medidas estão sendo adotadas para garantir o respeito, a dignidade, a autonomia e a qualidade da assistência à saúde do idoso, prevenindo situações de negligência, desrespeito, medicalização excessiva ou ausência ou qualquer outra forma de violência institucional por parte dos profissionais de saúde e da própria estrutura do sistema? Existem canais específicos para denúncia e acompanhamento desses casos nas unidades de saúde?

3. Execução Orçamentária para Políticas de Combate à Violência contra a Pessoa Idosa no Ministério da Saúde:



3.1. Como está planejada a utilização dos recursos orçamentários previstos para esta Pasta para o ano de 2025 destinados ao combate à violência contra a pessoa idosa? Em quais ações, projetos e programas há previsão de serem executados? Apresente relatórios consolidados por área orçamentária - funcional programática, informando em qual objeto aplicado.

3.1.1. Qual o valor de aporte previsto em emendas parlamentares do OGU 2024 e para quais políticas, programas e projetos desta Pasta serão executados no combate à violência contra a pessoa idosa? Listar valor total por política, programa e projeto, e para quais Unidades da Federação serão destinados.

3.1.2. Quais explicações o Ministério da Saúde apresenta sobre a execução orçamentária destinada a políticas públicas de combate à violência contra a pessoa idosa em 2024, caso haja discrepância com o valor previsto?

JUSTIFICAÇÃO

O Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado anualmente em 15 de junho, é uma data de fundamental importância para alertar a sociedade sobre a violência e os maus-tratos sofridos por idosos em todo o mundo. Criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Rede Internacional de Prevenção à Violência à Pessoa Idosa, esta data serve como um marco para a reflexão sobre os desafios persistentes na garantia dos direitos e da dignidade da população idosa.

Adicionalmente, cumpre ressaltar que a atuação do Ministério da Saúde é essencial no enfrentamento à violência contra a pessoa idosa, conforme suas atribuições regimentais. Nos termos do Decreto nº 11.791, de 16 de novembro de 2023, que aprova a estrutura regimental do MS, compete à Pasta a formulação, coordenação e supervisão de políticas nacionais de saúde, incluindo a atenção integral à saúde da pessoa idosa, a vigilância epidemiológica e a notificação de



agravos de violência, elementos cruciais para a identificação, prevenção e manejo dos casos de violência e maus-tratos.

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) estabelecem a proteção integral da pessoa idosa como dever da família, da sociedade e do Estado. No entanto, a realidade brasileira ainda evidencia a necessidade urgente de uma abordagem coordenada e específica para o enfrentamento dessa grave violação de direitos humanos.

Dados do Disque 100 (serviço do MDHC) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde demonstram a gravidade do problema. Entre janeiro e setembro de 2023, o Disque 100 recebeu 74,6 mil denúncias de violações de direitos humanos contra a pessoa idosa, um aumento de 47,8% em relação ao mesmo período de 2022. Os principais tipos de violação são negligência (42%), violência psicológica (24%), violência física (16%) e violência financeira/patrimonial (13%). O agressor, na maioria dos casos, é um familiar. O IBGE aponta que a população idosa no Brasil continua a crescer, projetando-se que em 2040, o número de idosos (60 anos ou mais) ultrapasse o de crianças e adolescentes (até 14 anos), o que torna a pauta ainda mais premente.

Ademais, a recente e gravíssima onda de fraudes em folhas de pagamento de benefícios previdenciários do INSS expõe um novo e alarmante tipo de violência financeira e psicológica contra os idosos, que impacta diretamente a saúde mental e o bem-estar desse grupo, exigindo uma resposta ativa e proativa do setor da saúde. É crucial também o acompanhamento e a assistência à saúde dos idosos residentes em Instituições de Longa Permanência (ILPIs), que, conforme demonstrado na pandemia, são locais de alta vulnerabilidade para a ocorrência de violência e negligência. Além disso, a violência institucional no ambiente de saúde, que pode se manifestar de diversas formas, exige atenção e medidas preventivas específicas para garantir a dignidade e a qualidade do cuidado oferecido aos idosos no SUS.



O combate à violência contra a pessoa idosa é uma responsabilidade compartilhada entre diversas esferas de governo e a sociedade civil.

Diante desse cenário complexo e da persistência da grave violação de direitos que a violência contra a pessoa idosa representa, justifica-se plenamente o presente requerimento de informações. Torna-se imperativo que o Poder Executivo apresente a esta Casa Legislativa um panorama objetivo, transparente e detalhado das políticas, programas e ações que vêm sendo desenvolvidas para prevenir e erradicar a violência contra a pessoa idosa, bem como os resultados alcançados e os desafios ainda a serem superados.

Nossos idosos representam a memória viva, a sabedoria acumulada e a resiliência de nossa sociedade. Em culturas como a japonesa, o respeito e a valorização dos mais velhos são pilares sociais, servindo de inspiração para a construção de um Brasil onde a dignidade e o bem-estar de cada pessoa idosa sejam a nossa marca distintiva.

Ao Senado Federal, por sua vez, compete o rigoroso acompanhamento e a fiscalização da atuação governamental, em estrita observância à nossa Carta Magna. O artigo 230 da Constituição Federal é categórico ao dispor que:

“A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.”

Nesse sentido, a solicitação de informações visa resguardar e, acima de tudo, contribuir para a concreta e prioritária garantia dos direitos de nossas pessoas idosas, em conformidade com o mandamento constitucional.

Sala das Sessões, 13 de junho de 2025.

Senadora Damares Alves



Requerimento nº 452, de 2025, da Senadora Damares Alves, solicitando informações ao Senhor Enrique Ricardo Lewandowski, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, sobre as ações promovidas por esta Pasta em alusão ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado anualmente em 15 de junho, e sobre as políticas públicas em curso para prevenção, combate e enfrentamento do problema.

Requerimento nº 453, de 2025, da Senadora Damares Alves, solicitando informações a Senhora Macaé Maria Evaristo dos Santos, Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, sobre as ações promovidas por esta Pasta, em alusão ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado anualmente em 15 de junho, e sobre as políticas públicas em curso para prevenção, combate e enfrentamento do problema.

Requerimento nº 454, de 2025, da Senadora Damares Alves, solicitando informações ao Senhor José Wellington Barroso de Araujo Dias, Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, sobre as políticas públicas e as ações promovidas por esta Pasta em alusão ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado anualmente em 15 de junho.

Requerimento nº 455, de 2025, da Senadora Damares Alves, solicitando informações ao Senhor Alexandre Rocha Santos Padilha, Ministro de Estado da Saúde, sobre as ações promovidas por esta Pasta em alusão ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado anualmente em 15 de junho, e sobre as políticas públicas em curso para prevenção, combate e enfrentamento do problema.

Os Requerimentos vão à Comissão Diretora, para decisão.



RESOLUÇÕES



**SENADO FEDERAL**

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 2025

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-União Europeia.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituído, como serviço de cooperação parlamentar, o Grupo Parlamentar Brasil-União Europeia, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações entre o Senado Federal e aquela organização internacional, principalmente quando estiverem envolvidas a dimensão parlamentar e a representação popular.

Art. 2º O Grupo Parlamentar será integrado por membros do Senado Federal que a ele livremente aderirem.

Art. 3º A cooperação parlamentar dar-se-á por meio de:

I – visitas parlamentares;

II – congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III – outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo Parlamentar.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica, com outras entidades nacionais e estrangeiras.

Art. 4º O Grupo Parlamentar reger-se-á por seu regulamento interno ou, na falta deste, por decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Parágrafo único. Em caso de omissão desta Resolução ou do regulamento interno do Grupo Parlamentar, aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições do Regimento Interno do Senado Federal e do Regimento Comum do Congresso Nacional, nessa ordem.



**SENADO FEDERAL**

Art. 5º As atas das reuniões e os demais atos relativos às atividades do Grupo Parlamentar deverão ser publicados no Diário do Senado Federal.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal

phfm/prs23-057



**SENADO FEDERAL**

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 2025

Institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa, destinada a homenagear governadoras e governadores que tenham se destacado na implementação de políticas públicas efetivas em prol da alfabetização infantil.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituída, no âmbito do Senado Federal, a Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa, destinada a homenagear governadoras e governadores que tenham se destacado na implementação de políticas públicas efetivas em prol da alfabetização infantil.

Art. 2º A Comenda, acompanhada da concessão de diploma de menção honrosa, será concedida anualmente pela Mesa do Senado Federal em parceria com o Ministério da Educação, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil, a Fundação Roberto Marinho e entidades educacionais do terceiro setor a 5 (cinco) governadoras e governadores, durante sessão especialmente convocada para esse fim, a ser realizada no dia 15 de maio de cada ano.

Art. 3º A escolha das governadoras e dos governadores premiados obedecerá aos seguintes critérios técnicos e objetivos, mensurados a partir do Índice Estado Alfabetizador das Crianças na Idade Certa (IEA), composto pelos seguintes eixos centrais de avaliação:

I – resultados de alfabetização, mensurados pelo Índice Criança Alfabetizada (ICA), considerando-se tanto o índice final quanto a taxa de avanço entre as edições mais recentes do indicador;

II – equidade racial e socioeconômica, considerando-se a redução das diferenças de aprendizagem entre crianças negras e brancas e entre escolas de diferentes níveis socioeconômicos na última edição do ICA;

III – formação continuada de professores, considerando-se para fins de comprovação da execução da formação de professores que impactam nos resultados da alfabetização os seguintes critérios:





SENADO FEDERAL

a) Estados que asseguraram a participação de 80% (oitenta por cento) das redes municipais no programa de formação Leitura e Escrita na Educação Infantil (Leei), oferecido pelo Ministério da Educação, ou em programa de formação de professores de educação infantil próprio, mediante comprovação;

b) Estados que, no Plano de Ação do Território Estadual (Pate), elaboraram plano de formação para professores do 1º e do 2º anos das redes municipais e para gestores escolares das escolas que atendem classes de alfabetização;

IV – engajamento em alfabetização em regime de colaboração, avaliado a partir de diretrizes governamentais sob a tutela da governadora ou do governador, incluindo:

a) ICMS Educação, considerando:

1. percentual da cota-parte do ICMS repassado aos Municípios com base nos resultados de aprendizagem;

2. peso relativo atribuído à etapa de alfabetização na composição do índice de aprendizagem;

3. impacto da qualidade educacional nos repasses aos Municípios;

b) taxa de escolarização líquida para crianças de 6 (seis) a 10 (dez) anos no Estado avaliado.

§ 1º Os indicadores do IEA serão ponderados conforme metodologia definida por comitê técnico independente, composto por especialistas em educação e avaliação de políticas públicas, que realizará a classificação dos Estados previamente à concessão do prêmio.

§ 2º Serão elegíveis ao prêmio apenas governadoras e governadores cujas redes estaduais apresentem pelo menos 80% (oitenta por cento) de participação das escolas e dos estudantes no sistema de avaliação educacional realizado anualmente.

Art. 4º Uma vez escolhidos as governadoras e os governadores agraciados, seus nomes serão amplamente divulgados pelos meios de comunicação do Senado Federal e em sessão plenária.

Art. 5º Não se aplica à Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa o disposto no § 7º do art. 196 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, consolidado pela Resolução do Senado Federal nº 13, de 2018, relativamente à disponibilização de estrutura de Gabinete prevista no item 1.8 do Anexo I do Regulamento.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal





SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 2025

Institui a Frente Parlamentar do Senado Federal em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial do Brasil.

O **Senado Federal** resolve:

Art. 1º É instituída, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial do Brasil, com a finalidade de:

I – promover o debate, a formulação e o desenvolvimento de ações legislativas voltadas para o apoio e fortalecimento da exploração de petróleo na Margem Equatorial brasileira;

II – reunir Senadores que tenham preocupação especial com o tema, bem como com o desenvolvimento econômico da região e do País;

III – acompanhar iniciativas referentes ao processo em andamento da exploração de petróleo em questão, bem como a tramitação de matérias no Congresso Nacional sobre o assunto.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial do Brasil reunir-se-á, preferencialmente, no âmbito do Senado Federal, podendo, no entanto, por conveniência, valer-se de outro local em Brasília ou em outra unidade da Federação.

Art. 2º A Frente Parlamentar em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial do Brasil será integrada, inicialmente, pelas Senadoras e pelos Senadores que assinarem a ata de sua instalação, podendo a ela aderir outras Senadoras e outros Senadores detentores de mandato popular.

Art. 3º A Frente Parlamentar em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial do Brasil reger-se-á por regulamento interno ou, na falta desse, por decisão da maioria absoluta de seus integrantes, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal

gsl/prs25-002





SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 2025

Institui a Frente Parlamentar Mista das Ferrovias Autorizadas (Frenfer).

O **Senado Federal** resolve:

Art. 1º É instituída a Frente Parlamentar Mista das Ferrovias Autorizadas (Frenfer), com a finalidade de:

I – promover o debate, a formulação e o desenvolvimento de ações legislativas e institucionais para o fortalecimento do setor ferroviário nacional, com o subsequente aperfeiçoamento e o aprimoramento da legislação vigente, principalmente do disposto na Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021 (Lei das Ferrovias), e suas regulamentações;

II – fortalecer a malha ferroviária nacional por meio da implantação de ferrovias autorizadas.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar Mista das Ferrovias Autorizadas reunir-se-á, preferencialmente, no âmbito do Senado Federal, podendo, no entanto, por conveniência, valer-se de outro local em Brasília ou em outra unidade da Federação.

Art. 2º A Frente Parlamentar Mista das Ferrovias Autorizadas será integrada, inicialmente, pelas Senadoras, pelos Senadores, pelas Deputadas e pelos Deputados que assinarem a ata de sua instalação, podendo a ela aderir outros membros do Congresso Nacional.

Art. 3º A Frente Parlamentar Mista das Ferrovias Autorizadas reger-se-á por regulamento interno ou, na falta desse, por decisão da maioria absoluta de seus integrantes, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal

gsl/prs24-041





SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 2025

Autoriza o Estado de Pernambuco a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 32.800.000,00 (trinta e dois milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

O **Senado Federal** resolve:

Art. 1º É o Estado de Pernambuco autorizado a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 32.800.000,00 (trinta e dois milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito externo de que trata o **caput** destinam-se ao Projeto de Transformação Digital da Justiça do Estado de Pernambuco.

Art. 2º A operação de crédito de que trata o art. 1º desta Resolução deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado de Pernambuco;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor da operação: US\$ 32.800.000,00 (trinta e dois milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América);

V – valor da contrapartida: US\$ 8.200.000,00 (oito milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América);

VI – juros: Secured Overnight Financing Rate (SOFR), acrescida de margem aplicável para empréstimos do capital ordinário do Banco;

VII – destinação: Projeto de Transformação Digital da Justiça do Estado de Pernambuco;





SENADO FEDERAL

VIII – liberações previstas: US\$ 2.713.770,00 (dois milhões, setecentos e treze mil, setecentos e setenta dólares dos Estados Unidos da América) em 2025, US\$ 6.987.750,00 (seis milhões, novecentos e oitenta e sete mil, setecentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América) em 2026, US\$ 8.582.848,00 (oito milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, oitocentos e quarenta e oito dólares dos Estados Unidos da América) em 2027, US\$ 8.387.368,50 (oito milhões, trezentos e oitenta e sete mil, trezentos e sessenta e oito dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta centavos) em 2028 e US\$ 6.128.263,50 (seis milhões, cento e vinte e oito mil, duzentos e sessenta e três dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta centavos) em 2029;

IX – aportes estimados de contrapartida: US\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2025, US\$ 2.050.000,00 (dois milhões e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2026, US\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2027, US\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2028 e US\$ 1.070.000,00 (um milhão e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2029;

X – atualização monetária: variação cambial;

XI – prazo total: até 294 (duzentos e noventa e quatro) meses;

XII – prazo de carência: até 72 (setenta e dois) meses;

XIII – prazo de amortização: 222 (duzentos e vinte e dois) meses;

XIV – periodicidade de pagamento dos juros e amortizações: semestral;

XV – sistema de amortização: Sistema de Amortização Constante;

XVI – lei autorizadora: Lei nº 18.730, de 2 de dezembro de 2024, do Estado de Pernambuco;

XVII – demais encargos e comissões:

a) comissão de crédito de até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) aplicado sobre o saldo não desembolsado do empréstimo; e

b) despesas de inspeção e vigilância, dentro do prazo original de desembolso, de até 1% (um por cento) do montante do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Será exigida nova autorização do Senado Federal caso ocorram, antes da assinatura do contrato, alterações nas condições financeiras do empréstimo autorizado que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado de Pernambuco na operação de crédito externo de que trata esta Resolução.

Parágrafo único. A autorização de que trata o **caput** deste artigo é condicionada a:

I – que sejam cumpridas substancialmente as condições de efetividade cabíveis e aplicáveis à operação de crédito externo de que trata esta Resolução;





SENADO FEDERAL

II – que seja comprovada junto ao Ministério da Fazenda a regularidade do ente com relação ao pagamento de precatórios;

III – que o Estado de Pernambuco celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das cotas ou parcelas da participação do Estado na arrecadação da União, na forma do disposto nos arts. 157 e 159, incisos I, alínea “a”, e II, bem como das receitas próprias a que se refere o art. 155, todos da Constituição Federal.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal



**SENADO FEDERAL**

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 2025

Institui a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Médicos Brasileiros Formados no Exterior e da Revalidação.

O **Senado Federal** resolve:

Art. 1º É instituída a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Médicos Brasileiros Formados no Exterior e da Revalidação, com a finalidade de:

I – propor medidas e apresentar proposições legislativas com o objetivo de facilitar o trabalho de médicos brasileiros formados em faculdades de medicina no exterior, aumentando a oferta de profissionais médicos para a população brasileira, por meio da revalidação célere dos diplomas estrangeiros no Brasil;

II – realizar eventos para debater formas de promover o trabalho no Brasil de médicos brasileiros formados no exterior;

III – articular e integrar as iniciativas e atividades da Frente Parlamentar com as ações de governo, órgãos de classe e entidades da sociedade civil, para a consecução de seus objetivos.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Médicos Brasileiros Formados no Exterior e da Revalidação reunir-se-á preferencialmente nas dependências do Senado Federal, podendo, por conveniência, valer-se de outro local em Brasília ou em outra unidade da Federação.

Art. 2º A Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Médicos Brasileiros Formados no Exterior e da Revalidação será integrada pelos Senadores e Deputados Federais que assinarem sua ata de instalação, podendo a ela aderir posteriormente outros membros do Congresso Nacional, mediante a assinatura de instrumento próprio.

Art. 3º A Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Médicos Brasileiros Formados no Exterior e da Revalidação reger-se-á por seu regulamento interno ou, na falta desse, por decisão da maioria absoluta de seus integrantes, respeitadas as disposições legais e as normas do Regimento Interno do Senado Federal.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal

Hall/prs23-029



REQUERIMENTOS DE LICENÇA



Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 35

REQ nº 347/2025	Jaques Wagner	Art. 13, do RISF	14/05/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF. Participar do evento "Desbloqueando o Potencial Industrial Verde do Brasil; aproveitando a inovação, política e capital para liderar a transição global" e do Fórum VEJA Brazil Insights no painel Estabilidade Institucional e Democracia: A singularidade do Brasil no cenário internacional".
REQ nº 348/2025	Veneziano Vital do Rêgo	Art. 13, do RISF	28/05/2025 e 29/05/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
REQ nº 349/2025	Eduardo Braga	Art. 13, do RISF	06/05/2025 e 07/05/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
	Eduardo Braga	Art. 13, do RISF	13/05/2025 e 14/05/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
	Eduardo Braga	Art. 13, do RISF	28/05/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
REQ nº 350/2025	Humberto Costa	Art. 13, do RISF	10/06/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
REQ nº 351/2025	Ivete da Silveira	Art. 13, do RISF	De 13/05/2025 a 15/05/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
REQ nº 352/2025	Alessandro Vieira	Art. 13, do RISF	13/05/2025 e 14/05/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
REQ nº 353/2025	Jader Barbalho	Art. 13, do RISF	06/05/2025 e 07/05/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
	Jader Barbalho	Art. 13, do RISF	13/05/2025 e 14/05/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
	Jader Barbalho	Art. 13, do RISF	27/05/2025 e 28/05/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
REQ nº 354/2025	Soraya Thronicke	Art. 43, I, do RISF	De 20/05/2025 a 24/05/2025	Licença Saúde (até a 120 dias). Art. 43, I, do RISF.
REQ nº 355/2025	Marcos do Val	Art. 13, do RISF	De 10/06/2025 a 12/06/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
REQ nº 356/2025	Rogério Carvalho	Art. 13, do RISF	De 09/06/2025 a 13/06/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
REQ nº 357/2025	Veneziano Vital do Rêgo	Art. 13, do RISF	13/05/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF. Deslocamento para o Japão, em 13/05/2025, a fim de compor a delegação brasileira na Missão Internacional do Transporte – Japão 2025 (Kyoto e Osaka).
REQ nº 358/2025	Jorge Kajuru	Art. 43, I, do RISF	14/05/2025	Licença Saúde (até a 120 dias). Art. 43, I, do RISF.
REQ nº 359/2025	Jorge Kajuru	Art. 43, I, do RISF	27/05/2025 e 28/05/2025	Licença Saúde (até a 120 dias). Art. 43, I, do RISF.
REQ nº 360/2025	Jorge Kajuru	Art. 43, I, do RISF	20/05/2025	Licença Saúde (até a 120 dias). Art. 43, I, do RISF.
REQ nº 362/2025	Jaime Bagattoli	Art. 13, do RISF	28/05/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
REQ nº 363/2025	Oriovisto Guimarães	Art. 43, II, do RISF	De 08/08/2025 a 28/08/2025	Licença Interesse Particular (até a 120 dias). Art. 43, II, do RISF.
REQ nº 364/2025	Daniella Ribeiro	Art. 13, do RISF	10/06/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
REQ nº 365/2025	Irajá	Art. 13, do RISF	27/05/2025 e 28/05/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
REQ nº 366/2025	Angelo Coronel	Art. 13, do RISF	06/05/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
REQ nº 367/2025	Ana Paula Lobato	Art. 13, do RISF	06/05/2025 e 07/05/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF. Participar de reuniões com lideranças políticas do estado do Maranhão.
	Ana Paula Lobato	Art. 13, do RISF	13/05/2025 e 14/05/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF. Participar de reuniões com lideranças políticas do estado do Maranhão.
	Ana Paula Lobato	Art. 13, do RISF	20/05/2025 e 21/05/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF. Participar de reuniões com lideranças políticas do estado do Maranhão.



	Ana Paula Lobato	Art. 13, do RISF	28/05/2025 e 29/05/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF. Participar de reuniões com lideranças políticas do estado do Maranhão.
REQ nº 368/2025	Cid Gomes	Art. 13, do RISF	06/05/2025 e 07/05/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
	Cid Gomes	Art. 13, do RISF	13/05/2025 e 14/05/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
	Cid Gomes	Art. 13, do RISF	De 21/05/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
	Cid Gomes	Art. 13, do RISF	27/05/2025 e 28/05/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
REQ nº 369/2025	Ciro Nogueira	Art. 13, do RISF	14/05/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF. Participar do Fórum Veja Brazil Insights em Nova York
REQ nº 371/2025	Humberto Costa	Art. 13, do RISF	12/06/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
REQ nº 372/2025	Mecias de Jesus	Art. 13, do RISF	10/06/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
REQ nº 373/2025	Otto Alencar	Art. 13, do RISF	11/06/2025 e 12/06/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
REQ nº 374/2025	Magno Malta	Art. 13, do RISF	13/05/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
REQ nº 375/2025	Magno Malta	Art. 13, do RISF	06/05/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
REQ nº 376/2025	Weverton	Art. 13, do RISF	10/06/2025 e 11/06/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
REQ nº 377/2025	Giordano	Art. 256 do RISF	-	Retirada de matéria. Retira o REQ 340/2025 .
REQ nº 379/2025	Beto Faro	Art. 13, do RISF	13/05/2025 e 14/05/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
REQ nº 380/2025	Rodrigo Pacheco	Art. 13, do RISF	11/06/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
REQ nº 381/2025	Eliziane Gama	Art. 13, do RISF	06/05/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
	Eliziane Gama	Art. 13, do RISF	13/05/2025 e 14/05/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
REQ nº 382/2025	Oriovisto Guimarães	Art. 13, do RISF	17/06/2025 e 18/06/2025	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
REQ nº 383/2025	Daniella Ribeiro	Art. 43, I, do RISF	De 08/06/2025 a 12/06/2025	Licença Saúde (até a 120 dias). Art. 43, I, do RISF.
REQ nº 384/2025	Chico Rodrigues	Art. 43, I, do RISF	De 08/06/2025 a 14/06/2025	Licença Saúde (até a 120 dias). Art. 43, I, do RISF.



**REQ
00347/2025**

SENADO FEDERAL

SF/25315.77065-13 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Nova York (EUA), em 14/05/2025, a fim de participar do evento "Desbloqueando o Potencial Industrial Verde do Brasil; aproveitando a inovação, política e capital para liderar a transição global" e do Fórum VEJA Brazil Insights no painel Estabilidade Institucional e Democracia: A singularidade do Brasil no cenário internacional", conforme Convite para Missão e Autorização do Presidente em anexo.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 09/05/2025 a 14/05/2025.

JUSTIFICAÇÃO

O parlamentar estava em deslocamento da referida missão.

Sala das Reuniões, 2 de junho de 2025.

Senador Jaques Wagner
(PT - BA)
Líder do Governo



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaques Wagner

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5194252845>

REQ
00348/2025

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Veneziano Vital do Rêgo

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em, de 28/05/2025 a 29/05/2025, a fim de acompanhar a comitiva do Presidente da República em visita aos estados da Paraíba e Pernambuco.

Sala das Reuniões, 3 de junho de 2025.

Senador Veneziano Vital do Rêgo
(MDB - PB)



Assinado eletronicamente, por Sen. Veneziano Vital do Rêgo

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2220737486>



REQ
00349/2025**SENADO FEDERAL**
Gabinete Senador Eduardo Braga

SF/25945.95888-90 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Brasília, em 06/05/2025, em 07/05/2025, em 13/05/2025, em 14/05/2025 e em 28/05/2025.

Sala das Reuniões, 4 de junho de 2025.

Senador Eduardo Braga
(MDB - AM)

Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Braga

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5271209802>

**REQ
00350/2025**

SF/25098.24195-53 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em São Paulo, SP, em 10/06/2025, a fim de perfazer traslado de retorno de Missão Oficial no Exterior (Parlasul) .

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2025.

Senador Humberto Costa
Senador

Assinado eletronicamente, por Sen. Humberto Costa

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1190490672>

**REQ
00351/2025**

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

SF/25075.96626-61 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, de 13/05/2025 a 15/05/2025, a fim de participar eventos do MDB no estado, além de visitação de eventos em cidades catarinenses como Joinville e Florianópolis.

Sala das Reuniões, 6 de junho de 2025.

Senadora Ivete da Silveira
(MDB - SC)



Assinado eletronicamente, por Sen. Ivete da Silveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1283960552>



REQ
00352/2025

SF/25450.09291-05 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, de 13/05/2025 a 14/05/2025.

Sala das Reuniões, 3 de junho de 2025.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)



Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4946325437>



REG
00353/2025**SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador Jader Barbalho

SF/25441.12482-32 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 06/05/2025, em 07/05/2025, em 13/05/2025, em 14/05/2025, em 27/05/2025 e em 28/05/2025.

Sala das Reuniões, 9 de junho de 2025.

Senador Jader Barbalho
(MDB - PA)



Assinado eletronicamente, por Sen. Jader Barbalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3252942018>

REG
00354/2025

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõem os arts. 55, III, e 56, II, da Constituição Federal, licença saúde, de 20/05/2025 a 24/05/2025, conforme laudo de inspeção de saúde em anexo.

Sala das Sessões, 9 de junho de 2025.

Senadora Soraya Thronicke
(PODEMOS - MS)



Assinado eletronicamente, por Sen. Soraya Thronicke

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3663470905>





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
SERVIÇO DE JUNTA MÉDICA

SF/25020.66705-76 (LexEdit)

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SENADOR (A)

SENADOR (A): SORAYA VIEIRA THRONICKE	PARTIDO PODEMOS	ESTADO MT
<input checked="" type="checkbox"/> HOMOLOGADO		
<input type="checkbox"/> NÃO HOMOLOGADO		

TIPO	AFASTAMENTO	SITUAÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/> TRATAMENTO DE SAÚDE <input type="checkbox"/> ACOMPANHAR PESSOA DA FAMÍLIA <input type="checkbox"/> REPOUSO À GESTANTE <input type="checkbox"/> REASSUNÇÃO	A PARTIR DE: 20/05/2025 05 (cinco DIAS)	<input checked="" type="checkbox"/> CONCESSÃO INICIAL <input type="checkbox"/> PRORROGAÇÃO

ANA PAULA R. G. S. MELLO, CRM-DF 15686
Assinado eletronicamente

BRUNO ANDRADE JESS, CRM-DF 15019
Assinado eletronicamente

CHARLES ANDRÉ CARVALHO, CRM-DF 17363
Assinado eletronicamente

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 56, II
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 7º, XVIII
REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, art. 43, I
DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 19.01.1995, art 4º, § 4º, REVOGADO PELO DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 29.01.1999.
ATO DO PRESIDENTE Nº 23/2022 (BASF 8599 - Seção: 1, 08/12/2022)

DECISÃO DA MESA

☐ **APROVADO** ☐ **REJEITADO**

PRESIDENTE

1º Vice-Presidente

2º Vice-Presidente

1º Secretário

2º Secretário

3º Secretário

4º Secretário



Assinado eletronicamente, por Sen. Soraya Thronicke
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3663470905>

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 115E4410006C614A.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



**REQ
00355/2025**

SENADO FEDERAL

SF/25868.26291-38 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, de 10/06/2025 a 12/06/2025.

Sala das Reuniões, de de .

**Senador Marcos do Val
(PODEMOS - ES)**

Assinado eletronicamente, por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8759622108>

REQ
00356/2025

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

SF/25672.66660-96 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, de 09/06/2025 a 13/06/2025.

Sala das Reuniões, de de .

Senador Rogério Carvalho
(PT - SE)



Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9747316020>



**REQ
00357/2025**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Veneziano Vital do Rêgo

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, por estar em deslocamento para o Japão, em 13/05/2025, a fim de compor a delegação brasileira na Missão Internacional do Transporte – Japão 2025 (Kyoto e Osaka), que foi realizada entre os dias 14 e 26 de maio de 2025.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 13/05/2025 a 26/05/2025.

Sala das Reuniões, 10 de junho de 2025.

Senador Veneziano Vital do Rêgo
(MDB - PB)



Assinado eletronicamente, por Sen. Veneziano Vital do Rêgo

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6133975542>



REG
00358/2025

SENADO FEDERAL

SF/25364.13467-46 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõem os arts. 55, III, e 56, II, da Constituição Federal, licença saúde, em 14/05/2025, conforme concessão de licença para tratamento de saúde em anexo.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2025.

Senador Jorge Kajuru
(PSB - GO)

Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8898632368>



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
SERVIÇO DE JUNTA MÉDICA

SF/25364.13467-46 (LexEdit)

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SENADOR (A)

SENADOR (A): JORGE KAJURU REIS DA COSTA NASSER	PARTIDO PSB	ESTADO GO
<input checked="" type="checkbox"/> HOMOLOGADO		
<input type="checkbox"/> NÃO HOMOLOGADO		

TIPO	AFASTAMENTO	SITUAÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/> TRATAMENTO DE SAÚDE <input type="checkbox"/> ACOMPANHAR PESSOA DA FAMÍLIA <input type="checkbox"/> REPOUSO À GESTANTE <input type="checkbox"/> REASSUNÇÃO	A PARTIR DE: 14/05/2025 01 (um) DIA	<input checked="" type="checkbox"/> CONCESSÃO INICIAL <input type="checkbox"/> PRORROGAÇÃO

ANA PAULA R. G. S. MELLO, CRM-DF 15686 Assinado eletronicamente
BRUNO ANDRADE JESS, CRM-DF 15019 Assinado eletronicamente
CHARLES ANDRÉ CARVALHO, CRM-DF 17363 Assinado eletronicamente

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 56, II
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 7º, XVIII
REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, art. 43, I
DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 19.01.1995, art 4º, § 4º, REVOGADO PELO DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 29.01.1999.
ATO DO PRESIDENTE Nº 23/2022 (BASF 8599 - Seção: 1, 08/12/2022)

DECISÃO DA MESA

<input checked="" type="checkbox"/> APROVADO	<input type="checkbox"/> REJEITADO
<div>PRESIDENTE</div> <div><div>1º Vice-Presidente</div><div>2º Vice-Presidente</div><div>1º Secretário</div><div>2º Secretário</div><div>3º Secretário</div><div>4º Secretário</div></div>	



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8898632368>

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 56E9DBC7006C7733.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



REG
00359/2025

SENADO FEDERAL

SF/25505.11479-48 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõem os arts. 55, III, e 56, II, da Constituição Federal, licença saúde, de 27/05/2025 a 28/05/2025, conforme concessão de licença para tratamento de saúde em anexo.

Sala das Sessões, de de .

Senador Jorge Kajuru
(PSB - GO)

Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3037652378>



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
SERVIÇO DE JUNTA MÉDICA

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SENADOR (A)

SENADOR (A): JORGE KAJURU REIS DA COSTA NASSER	PARTIDO PSB	ESTADO GO
<input checked="" type="checkbox"/> HOMOLOGADO		
<input type="checkbox"/> NÃO HOMOLOGADO		

TIPO	AFASTAMENTO	SITUAÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/> TRATAMENTO DE SAÚDE <input type="checkbox"/> ACOMPANHAR PESSOA DA FAMÍLIA <input type="checkbox"/> REPOUSO À GESTANTE <input type="checkbox"/> REASSUNÇÃO	A PARTIR DE: 27/05/2025 02 (dois) DIAS	<input checked="" type="checkbox"/> CONCESSÃO INICIAL <input type="checkbox"/> PRORROGAÇÃO

ANA PAULA R. G. S. MELLO, CRM-DF 15686 Assinado eletronicamente
BRUNO ANDRADE JESS, CRM-DF 15019 Assinado eletronicamente
CHARLES ANDRÉ CARVALHO, CRM-DF 17363 Assinado eletronicamente

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 56, II
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 7º, XVIII
REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, art. 43, I
DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 19.01.1995, art 4º, § 4º, REVOGADO PELO DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 29.01.1999.
ATO DO PRESIDENTE Nº 23/2022 (BASF 8599 - Seção: 1, 08/12/2022)

DECISÃO DA MESA

<input type="checkbox"/> APROVADO	<input type="checkbox"/> REJEITADO
<hr/>	
PRESIDENTE	
<hr/>	<hr/>
1º Vice-Presidente	2º Vice-Presidente
<hr/>	<hr/>
1º Secretário	2º Secretário
<hr/>	<hr/>
3º Secretário	4º Secretário



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3037652378>

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5CCA63F006C7735.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



REQ
00360/2025

SENADO FEDERAL

SF/25325.99995-40 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõem os arts. 55, III, e 56, II, da Constituição Federal, licença saúde, em 20/05/2025, conforme concessão de licença para tratamento de saúde em anexo.

Sala das Sessões, de de .

Senador Jorge Kajuru
(PSB - GO)

Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1905010289>



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
SERVIÇO DE JUNTA MÉDICA

SF/25325.99995-40 (LexEdit)

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SENADOR (A)

SENADOR (A): JORGE KAJURU REIS DA COSTA NASSER	PARTIDO PSB	ESTADO GO
<input checked="" type="checkbox"/> HOMOLOGADO		
<input type="checkbox"/> NÃO HOMOLOGADO		

TIPO	AFASTAMENTO	SITUAÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/> TRATAMENTO DE SAÚDE <input type="checkbox"/> ACOMPANHAR PESSOA DA FAMÍLIA <input type="checkbox"/> REPOUSO À GESTANTE <input type="checkbox"/> REASSUNÇÃO	A PARTIR DE: 20/05/2025 01 (um) DIA	<input checked="" type="checkbox"/> CONCESSÃO INICIAL <input type="checkbox"/> PRORROGAÇÃO

ANA PAULA R. G. S. MELLO, CRM-DF 15686 Assinado eletronicamente
BRUNO ANDRADE JESS, CRM-DF 15019 Assinado eletronicamente
CHARLES ANDRÉ CARVALHO, CRM-DF 17363 Assinado eletronicamente

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 56, II
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 7º, XVIII
REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, art. 43, I
DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 19.01.1995, art 4º, § 4º, REVOGADO PELO DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 29.01.1999.
ATO DO PRESIDENTE Nº 23/2022 (BASF 8599 - Seção: 1, 08/12/2022)

DECISÃO DA MESA

<input checked="" type="checkbox"/> APROVADO	<input type="checkbox"/> REJEITADO
<hr/>	
PRESIDENTE	
<hr/>	<hr/>
1º Vice-Presidente	2º Vice-Presidente
<hr/>	<hr/>
1º Secretário	2º Secretário
<hr/>	<hr/>
3º Secretário	4º Secretário



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1905010289>

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3DC7845D006C7736.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



REQ
00362/2025**SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

SF/25697.95884-13 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Ji-Paraná - Rondônia, em 28/05/2025.

Sala das Reuniões, 10 de junho de 2025.

Senador Jaime Bagattoli
(PL - RO)

Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1805310970>

REG
00363/2025

SENADO FEDERAL

SF/25237.42983-42 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõem os arts. 55, III, e 56, II, da Constituição Federal, licença para tratar de interesse particular, sem remuneração, de 08/08/2025 a 28/08/2025.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2025.

Senador Oriovisto Guimarães
(PSDB - PR)

Assinado eletronicamente, por Sen. Oriovisto Guimarães

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9778352383>

REQ
00364/2025**SENADO FEDERAL**
Gabinete da Senadora Daniella Ribeiro

SF/25142.32036-26 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 10/06/2025.

Sala das Reuniões, de de .

Senadora Daniella Ribeiro
(PP - PB)



Assinado eletronicamente, por Sen. Daniella Ribeiro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7275886069>

REQ
00365/2025

SF/25477.76344-27 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, de 27/05/2025 a 28/05/2025.

Sala das Reuniões, 28 de maio de 2025.

Senador Irajá
(PSD - TO)



Assinado eletronicamente, por Sen. Irajá

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9674128749>



REG
00366/2025

SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Angelo Coronel

SF/25283.28296-84 (LexEdit*)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Artigo 13 c/c art. 40, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, justificar ausência das votações realizadas em Plenário no dia 6/5/2025 em razão de atividades parlamentares realizadas no meu estado.

Sala das Reuniões, 2 de maio de 2025.

Senador Angelo Coronel
(PSD - BA)



Assinado eletronicamente, por Sen. Angelo Coronel

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3028422650>



**REQ
00367/2025**

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ana Paula Lobato

SF/25941.10794-01 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, de 06/05/2025 a 07/05/2025, de 13/05/2025 a 14/05/2025, de 20/05/2025 a 21/05/2025 e de 28/05/2025 a 29/05/2025, a fim de a fim de participar de reuniões com lideranças políticas do estado do Maranhão.

Sala das Reuniões, de de .

Senadora Ana Paula Lobato
(PDT - MA)



Assinado eletronicamente, por Sen. Ana Paula Lobato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9685390306>



REQ
00368/2025

SENADO FEDERAL

SF/25142.22921-02 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 06/05/2025, em 07/05/2025, em 13/05/2025, em 14/05/2025, em 21/05/2025, em 27/05/2025 e em 28/05/2025.

Sala das Reuniões, de de .

Senador Cid Gomes
(PSB - CE)

Assinado eletronicamente, por Sen. Cid Gomes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9498916841>

**REQ
00369/2025**

SENADO FEDERAL

SF/25889.97473-80 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Nova York - Estados Unidos, em 14/05/2025, a fim de participar do Fórum Veja Brazil Insights .

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 09/05/2025 a 15/05/2025.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme REQ 65/2025.

Sala das Reuniões, 10 de junho de 2025.

**Senador Ciro Nogueira
(PP - PI)**

Assinado eletronicamente, por Sen. Ciro Nogueira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4961392170>

REQ
00371/2025**SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador Humberto Costa

SF/25460.91562-03 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Teresina (PI), em 12/06/2025.

Sala das Reuniões, 10 de junho de 2025.

Senador Humberto Costa

Assinado eletronicamente, por Sen. Humberto Costa

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8401676128>

**REQ
00372/2025**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/25118.61618-48 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Brasília, em 10/06/2025, a fim de .

Sala das Reuniões, 10 de junho de 2025.

**Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1903091643>



**REQ
00373/2025**

SF/25819.35190-77 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, de 11/06/2025 a 12/06/2025.

Sala das Reuniões, 11 de junho de 2025.

Senador Otto Alencar
(PSD - BA)



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8267864203>



**REQ
00374/2025**

SF/25411.58210-91 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 13/05/2025, a fim de cumprir compromissos partidários na qualidade de Presidente Estadual do Partido Liberal no Estado do Espírito Santo, participando de reuniões estratégicas, encontros regionais e demais atividades voltadas à organização e fortalecimento da legenda no âmbito estadual.

Sala das Reuniões, 11 de junho de 2025.

**Senador Magno Malta
(PL - ES)**

Assinado eletronicamente, por Sen. Magno Malta

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7886246585>

**REQ
00375/2025**

SF/25294.41687-39 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 06/05/2025, a fim de cumprir compromissos partidários na qualidade de Presidente Estadual do Partido Liberal no Estado do Espírito Santo, participando de reunião estratégica voltada à organização e fortalecimento da legenda no âmbito estadual.

Sala das Reuniões, 11 de junho de 2025.

**Senador Magno Malta
(PL - ES)**

Assinado eletronicamente, por Sen. Magno Malta

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6672696086>

**REQ
00376/2025****SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador Weverton

SF/25571.16958-38 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, de 10/06/2025 a 11/06/2025.

Sala das Reuniões, 11 de junho de 2025.

Senador Weverton
(PDT - MA)

Assinado eletronicamente, por Sen. Weverton

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6676719886>

**REQ
00377/2025**

SENADO FEDERAL

SF/25375.68902-95 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do REQ 340/2025 - CDIR, que “requer licença viagem da Itália (23 a 29/06/25)”.

Sala das Reuniões, 10 de junho de 2025.

**Senador Giordano
(MDB - SP)**

Assinado eletronicamente, por Sen. Giordano

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5287952220>

**REQ
00379/2025**

SF/25006.54635-95 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Belém, de 13/05/2025 a 14/05/2025, a fim de exercer atividade parlamentar.

Sala das Reuniões, 11 de junho de 2025.

Senador Beto Faro
(PT - PA)



Assinado eletronicamente, por Sen. Beto Faro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2825236947>



REQ
00380/2025

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rodrigo Pacheco

SF/25080.11597-16 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Brasília, em 11/06/2025.

Sala das Reuniões, de de .

Senador Rodrigo Pacheco
(PSD - MG)
Senador



Assinado eletronicamente, por Sen. Rodrigo Pacheco

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4008498842>



**REQ
00381/2025**

SENADO FEDERAL

SF/25764.83782-68 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 06/05/2025 e de 13/05/2025 a 14/05/2025, a fim de considerar como missão política de interesse parlamentar, minha ausência aos trabalhos da Casa, nos referidos dias acima.

Sala das Reuniões, 10 de junho de 2025.

Senadora Eliziane Gama
(PSD - MA)
Líder do Bloco Parlamentar Resistência Democrática



Assinado eletronicamente, por Sen. Eliziane Gama

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6014441973>

REG
00382/2025

SENADO FEDERAL

SF/25805.75325-90 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, de 17/06/2025 a 18/06/2025.

Sala das Reuniões, 12 de junho de 2025.

Senador Oriovisto Guimarães
(PSDB - PR)



Assinado eletronicamente, por Sen. Oriovisto Guimarães

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3415851476>

REQ
00383/2025

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Daniella Ribeiro

REQUERIMENTO Nº DE

Requeiro, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõem os arts. 55, III, e 56, II, da Constituição Federal, licença saúde, de 08/06/2025 a 12/06/2025, conforme laudo de inspeção de saúde em anexo.

Sala das Sessões, de de .

Senadora Daniella Ribeiro
(PP - PB)



Assinado eletronicamente, por Sen. Daniella Ribeiro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5795688856>





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
SERVIÇO DE JUNTA MÉDICA

SF/25695.62604-09 (LexEdit)

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE SENADOR (A)

NOME: Daniella Velloso Borges Ribeiro	PARTIDO PP	ESTADO PB	PRONTUÁRIO
		X HOMOLOGADO <input type="checkbox"/> NÃO HOMOLOGADO	

TIPO X TRATAMENTO DE SAÚDE <input type="checkbox"/> REPOUSO À GESTANTE <input type="checkbox"/> REASSUNÇÃO	AFASTAMENTO A PARTIR DE: 08/06/2025 (05 DIAS)	SITUAÇÃO X CONCESSÃO INICIAL <input type="checkbox"/> PRORROGAÇÃO
---	---	---

BRUNO ANDRADE JESS-CRM/DF 15019
Assinado eletronicamente

ANA PAULA RIBEIRO GOMES SILVEIRA MELLO-CRM/DF 15686
Assinado eletronicamente

CHARLES ANDRÉ CARVALHO - CRM-DF 17363
Assinado eletronicamente

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 56, II
* CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 7º, XVIII
REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, art. 43, I
DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 19.01.1995, art 4º, § 4º, REVOGADO PELO DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 29.01.1999.

DECISÃO DA MESA

☐ APROVADO ☐ REJEITADO

PRESIDENTE

1º Vice-Presidente

2º Vice-Presidente

1º Secretário

2º Secretário

3º Secretário

4º Secretário



Assinado eletronicamente, por Sen. Daniella Ribeiro
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5795688856>

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B68A2C4A006CABE2.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



REQ
00384/2025

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Chico Rodrigues

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõem os arts. 55, III, e 56, II, da Constituição Federal, licença saúde, de 08/06/2025 a 14/06/2025, conforme laudo de inspeção de saúde em anexo.

Sala das Sessões, de de .

Senador Chico Rodrigues
(PSB - RR)



Assinado eletronicamente, por Sen. Chico Rodrigues

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9094919561>





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
SERVIÇO DE JUNTA MÉDICA

SF/25890.88969-67 (LexEdit)

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SENADOR (A)

SENADOR (A): FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES	PARTIDO PSB	ESTADO RR
<input checked="" type="checkbox"/> HOMOLOGADO		
<input type="checkbox"/> NÃO HOMOLOGADO		

TIPO	AFASTAMENTO	SITUAÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/> -TRATAMENTO DE SAÚDE <input type="checkbox"/> ACOMPANHAR PESSOA DA FAMÍLIA <input type="checkbox"/> REPOUSO À GESTANTE <input type="checkbox"/> REASSUNÇÃO	A PARTIR DE: 08/06/2025 07 (SETE) dias	<input checked="" type="checkbox"/> CONCESSÃO INICIAL <input type="checkbox"/> PRORROGAÇÃO

BRUNO ANDRADE JESS, CRM-DF 15019
Assinado eletronicamente

ANA PAULA R. G. S. MELLO, CRM-DF 1568
Assinado eletronicamente

CHARLES ANDRÉ CARVALHO, CRM-DF 17363
Assinado eletronicamente

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 56, II
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 7º, XVIII
REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, art. 43, I
DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 19.01.1995, art 4º, § 4º, REVOGADO PELO DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 29.01.1999.
ATO DO PRESIDENTE Nº 23/2022 (BASF 8599 - Seção: 1, 08/12/2022)

DECISÃO DA MESA

☐ APROVADO ☐ REJEITADO

PRESIDENTE

1º Vice-Presidente

2º Vice-Presidente

1º Secretário

2º Secretário

3º Secretário

4º Secretário



Assinado eletronicamente, por Sen. Chico Rodrigues
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9094919561>

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4E79F73F006CA6CD.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PDT - Ana Paula Lobato** (S)

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

São Paulo

MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Morais**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PSD - Margareth Buzetti* (S)
PL - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Ceará

PSB - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraíba

PP - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Rio Grande do Norte

PSDB - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Alagoas

PL - Dra. Eudócia* (S)
MDB - Renan Calheiros*
MDB - Fernando Farias** (S)

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PSDB - Oriovisto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Acre

UNIÃO - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
UNIÃO - Alan Rick**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PODEMOS - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Distrito Federal

PL - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagattoli**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
PT - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA
(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Democracia - 25 MDB-11 / UNIÃO-7 / PODEMOS-4 / PSDB-3	
Alan Rick.	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira.	MDB / SE
Carlos Viana.	PODEMOS / MG
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Efraim Filho.	UNIÃO / PB
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Giordano.	MDB / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayne Campos.	UNIÃO / MT
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	UNIÃO / AC
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PSDB / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Sergio Moro.	UNIÃO / PR
Soraya Thronicke.	PODEMOS / MS
Styvenson Valentim.	PSDB / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 18 PSD-14 / PSB-4	
Angelo Coronel.	PSD / BA
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Cid Gomes.	PSB / CE
Eliziane Gama.	PSD / MA
Flávio Arns.	PSB / PR
Irajá.	PSD / TO
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Margareth Buzetti.	PSD / MT
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Rodrigo Pacheco.	PSD / MG
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 15 PL-14 / NOVO-1	
Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Dra. Eudócia.	PL / AL
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Izalci Lucas.	PL / DF
Jaime Bagattoli.	PL / RO
Jorge Seif.	PL / SC

Magno Malta.	PL / ES
Marcos Rogério.	PL / RO
Rogério Marinho.	PL / RN
Romário.	PL / RJ
Wellington Fagundes.	PL / MT
Wilder Moraes.	PL / GO

Bloco Parlamentar Pelo Brasil - 12 PT-9 / PDT-3	
Ana Paula Lobato.	PDT / MA
Augusta Brito.	PT / CE
Beto Faro.	PT / PA
Fabiano Contarato.	PT / ES
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Leila Barros.	PDT / DF
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	PT / AP
Rogério Carvalho.	PT / SE
Teresa Leitão.	PT / PE
Weverton.	PDT / MA

Bloco Parlamentar Aliança - 11 PP-7 / REPUBLICANOS-4	
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Damares Alves.	REPUBLICANOS / DF
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dr. Hiran.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

Bloco Parlamentar Democracia.	25
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	18
Bloco Parlamentar Vanguarda.	15
Bloco Parlamentar Pelo Brasil.	12
Bloco Parlamentar Aliança.	11
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)	Fernando Farias** (MDB-AL)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Ana Paula Lobato** (PDT-MA)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Giordano* (MDB-SP)	Oriovisto Guimarães* (PSDB-PR)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Augusta Brito** (PT-CE)	Humberto Costa* (PT-PE)	Paulo Paim* (PT-RS)
Beto Faro** (PT-PA)	Irajá* (PSD-TO)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Izalci Lucas* (PL-DF)	Randolfe Rodrigues* (PT-AP)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Cid Gomes* (PSB-CE)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rogério Marinho** (PL-RN)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Romário** (PL-RJ)
Dameres Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jorge Seif** (PL-SC)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Daniella Ribeiro* (PP-PB)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Leila Barros* (PDT-DF)	Styvenson Valentim* (PSDB-RN)
Dra. Eudócia* (PL-AL)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze* (PP-RS)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Magno Malta** (PL-ES)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Wellington Fagundes** (PL-MT)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcio Bittar* (UNIÃO-AC)	Weverton* (PDT-MA)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Wilder Moraes** (PL-GO)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Margareth Buzetti* (PSD-MT)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (UNIÃO-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Eduardo Gomes - (PL-TO)

2º VICE-PRESIDENTE

Humberto Costa - (PT-PE)

1ª SECRETÁRIA

Daniella Ribeiro - (PP-PB)

2º SECRETÁRIO

Confúcio Moura - (MDB-RO)

3ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lobato - (PDT-MA)

4º SECRETÁRIO

Laércio Oliveira - (PP-SE)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Chico Rodrigues - (PSB-RR)

2º Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)

3º Styvenson Valentim - (PSDB-RN)

4ª Soraya Thronicke - (PODEMOS-MS)



COMPOSIÇÃO
LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PSDB) - 25</p> <p>Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,10,43,44,50,64,76)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 11 Eduardo Braga (60)</p> <p>Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (85) Confúcio Moura (15,86) Giordano (87)</p> <p>Líder do UNIÃO - 7 Efraim Filho (4,10,43,44,50,64,76)</p> <p>Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (18,42,93) Jayme Campos (94)</p> <p>Líder do PODEMOS - 4 Carlos Viana (58)</p> <p>Vice-Líder do PODEMOS Marcos do Val (30)</p> <p>Líder do PSDB - 3 Plínio Valério (33,62)</p> <p>Vice-Líder do PSDB Styvenson Valentim (29,84)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PSB) - 18</p> <p>Líder Eliziane Gama - PSD (11,46,55)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSD - 14 Omar Aziz (13,54)</p> <p>Vice-Líder do PSD Angelo Coronel (68)</p> <p>Líder do PSB - 4 Cid Gomes (74)</p> <p>Vice-Líder do PSB Jorge Kajuru (5,17,75)</p>	<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 15</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PL (24,38,70)</p> <p>Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (78)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PL - 14 Carlos Portinho (69)</p> <p>Izalci Lucas (82,89,92)</p> <p>Vice-Líderes do PL Jorge Seif (81,90) Jaime Bagattoli (83,91)</p> <p>Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (9,39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT/PDT) - 12</p> <p>Líder Weverton - PDT (20,63,73)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 9 Rogério Carvalho (61)</p> <p>Vice-Líder do PT Teresa Leitão (36,65)</p> <p>Líder do PDT - 3 Weverton (20,63,73)</p>	<p>Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 11</p> <p>Líder Dr. Hiran - PP (72)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 7 Tereza Cristina (7)</p> <p>Vice-Líder do PP Esperidião Amin (88)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 4 Mecias de Jesus (6,59)</p>	<p>Maioria</p> <p>Líder Veneziano Vital do Rêgo - MDB (77)</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (1,8)</p>	<p>Bancada Feminina</p> <p>Líder Leila Barros - PDT (35,80)</p> <p>Vice-Líderes Teresa Leitão (36,65) Soraya Thronicke (37)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Jaques Wagner - PT (2)</p> <p>Vice-Líderes Otto Alencar (3,47,52,53) Confúcio Moura (15,86) Daniella Ribeiro (16) Jorge Kajuru (5,17,75) Professora Dorinha Seabra (18,42,93) Randolfe Rodrigues (19) Weverton (20,63,73) Zenaide Maia (21) Augusta Brito (25,32,48,49,66,67,79) Leila Barros (35,80)</p>
<p>Oposição</p> <p>Líder Rogério Marinho - PL (51,71)</p> <p>Vice-Líder Marcos Rogério (45,95)</p>		



Notas:

1. Em 02.01.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
4. Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
5. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
6. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
7. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
8. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
9. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
10. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
11. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
12. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
13. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
14. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
15. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
16. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 3ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
17. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 4ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
18. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 5ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
19. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
20. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 7º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
21. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
22. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
23. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
24. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
25. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
26. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima deixa de exercer a função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
27. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
28. Em 27.02.2024, o Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
29. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
30. Em 28.02.2024, o Senador Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
31. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLI/BLALIAN).
32. Em 31.03.2024, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
33. Em 09.04.2024, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do PSDB (Of. nº 008/2024-GSPVALER).
34. Em 03.05.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 79/2024-GSALOBAT).
35. Em 23.05.2024, a Senadora Leila Barros foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
36. Em 23.05.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
37. Em 23.05.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
38. Em 11/06/2024, o Senador Wellington Fagundes deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Vanguarda pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
39. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
40. Em 18.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado 3º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
41. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Gomes foi designado 4º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
42. Em 18.06.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 2ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
43. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do União Brasil pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
44. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Democracia pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
45. Em 24.06.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder da Oposição (Of. nº 034/2024-BLVANGUAR).
46. Em 16/07/2024, a Senadora Eliziane Gama deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática pelo motivo de "Ocupação de cargo de ministro/secretário".
47. Em 17.07.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 50/2024-GLDPSB).
48. Em 31.07.2024, a Senadora Augusta Brito retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
49. Em 04.09.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 27/2024-GLDGOV).
50. Em 18.10.2024, o Senador Efraim Filho retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
51. Em 18.10.2024, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 50/2024-BLVANG).
52. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
53. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder em exercício do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
54. Em 30.10.2024, o Senador Omar Aziz foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 016/2024-GLPSD).
55. Em 11.11.2024, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 57/2024-GLDPSB).
56. Em 13.11.2024, o Senador Flávio Arns foi designado 1º Vice-líder do PSB (Of. 58/2024-GLDPSB).
57. Em 29/12/2024, o Senador Rodrigo Cunha foi destituído da função de líder do Podemos pelo motivo de "Renúncia".
58. Em 02.01.2025, o Senador Carlos Viana foi designado Líder do Podemos (Of. nº 115/2024-GLPODEMOS).
59. Em 14.01.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 052/2024-GABLI/GLREPUBL).
60. Em 28.01.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 039/2024-GLMDB).
61. Em 01.02.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2025-GLDPT).
62. Em 01.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 003/2025-GSPVALER).
63. Em 01.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 18/2025).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



64. Em 01.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. nº 4/2025-GLUNIAO).
65. Em 01.02.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2025-GLDPT).
66. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
67. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
68. Em 03.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. nº 5/2025-GLPSD).
69. Em 03.02.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. nº 5/2025-GLPL).
70. Em 03.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 2/2025-BLVANG).
71. Em 04.02.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. 03/2025-BLVANG).
72. Em 17.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2025-GABLID/BLALIAN).
73. Em 18.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. 25/2025).
74. Em 18.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
75. Em 18.02.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
76. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 24/2025-GLMDB).
77. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder da Maioria (Of. 24/2025-GLMDB).
78. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 13/2025-BLVANG).
79. Em 13.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
80. Em 13.03.2025, a Senadora Leila Barros foi designada 10ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
81. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
82. Em 21.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
83. Em 21.03.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
84. Em 25.03.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PSDB (Of. nº 005/2025-GSPVALER).
85. Em 02.04.2025, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
86. Em 02.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
87. Em 02.04.2025, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
88. Em 07.04.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado Vice-Líder do Partido Progressistas (Of. nº 19/2025-GLPP).
89. Em 08.05.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
90. Em 08.05.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
91. Em 08.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
92. Em 27.05.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/06/2025 a 17/07/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 019/2025-GLPL).
93. Em 11.06.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
94. Em 11.06.2025, o Senador Jayme Campos foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
95. Em 12.06.2025, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 181/2025-GSRMARIN).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE
POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

Finalidade: debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde.

ATS nº 4, de 2023

Número de membros: 7 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2023

Prazo final: 01/07/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽²⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(2,3)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽²⁾	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽²⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽²⁾	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽²⁾	

Notas:

1. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes e Otto Alencar foram designados Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão (ATS 4/2023). ([DSF de 15/03/2023, p. 330](#))
2. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira, Eliziane Gama e Eduardo Girão, membros suplentes, para compor a Comissão (ATS nº 4/2023). ([DSF de 15/03/2023, p. 330](#))
3. Em 14.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Nelsinho Trad membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão (Of. nº 34/2024-BLRESDEM). ([DSF de 15/05/2024, p. 173](#))

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Secretário-Adjunto: Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cehv@senado.leg.br



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA EM COMEMORAÇÃO
AOS 200 ANOS DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Finalidade: planejar e coordenar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, as atividades de comemoração dos 200 (duzentos) anos da Confederação do Equador.

Requerimento nº 752, de 2023.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾

Instalação: 12/12/2023

Prazo final: 05/03/2025

Prazo final prorrogado: 17/07/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(4,5,6)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹⁾	3.
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽¹⁾	4.
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(1,3,7,8)	5.

Notas:

1. Em 06.12.2023, a Presidência designa os Senadores Teresa Leitão, Humberto Costa, Fernando Dueire, Jussara Lima e Efraim Filho membros titulares e a Senadora Ana Paula Lobato, membro suplente, para compor a comissão.
2. Em 12.12.2023, a comissão reunida elegeu as Senadoras Teresa Leitão e Jussara Lima, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CTI200CONFQ). ([DSF de 15/12/2023, p. 13](#))
3. Em 21.06.2024, a Presidência designa o Senador André Amaral membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão.
4. Em 19.06.2024, a Presidência designa a Senadora Janaína Farias membro suplente para compor a comissão.
5. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO). ([DSF de 31/07/2024, p. 7](#))
6. Em 20.08.2024, a Presidência designa a Senadora Augusta Brito membro suplente para compor a comissão.
7. Em 18.10.2024, o Senador André Amaral deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 21/2024-GSEFILHO). ([DSF de 19/10/2024, p. 24](#))
8. Em 21.10.2024, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 97/2024-BLDEM). ([DSF de 22/10/2024, p. 27](#))

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | Secretário-Adjunto: Breno de Lima Andrade

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cti200confeq@senado.leg.br



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A
SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Finalidade: verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹⁾	1.
	2.

Notas:

1. Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA
INVESTIGAR A SITUAÇÃO DOS BRASILEIROS NA BOLÍVIA

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 dias, a situação dos brasileiros na Bolívia, principalmente os estudantes, e o caso Jenife Silva, estudante de medicina amapaense recentemente assassinada naquele país.

Requerimento nº 268, de 2025

MEMBROS

Secretário(a): Renata Felix Perez | Adjunto: Antonio Silva Neto
Telefone(s): 3303 3490



5) GRUPO DE TRABALHO SOBRE REGULAMENTAÇÃO
DA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS.

Finalidade: elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, projeto de lei para regulamentar a atividade de mineração em terras indígenas.

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL Nº 1, DE 2025

PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾

Leitura: 22/04/2025

MEMBROS

Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽²⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽²⁾

Notas:

- 1. Em 22.04.2025, a Presidência designa a Senadora Tereza Cristina Presidente do Grupo de Trabalho (ATS nº 1/2025).
- 2. Em 22.04.2025, a Presidência designa os Senadores Tereza Cristina, Plínio Valério, Mecias de Jesus, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Efraim Filho, Weverton, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes membros para compor a comissão (ATS nº1/2025).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Adjunto: Henrique Cândido Evangelista

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: gtmty@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**1)CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Finalidade: apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 13/03/2024



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,10)	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(1,10)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(1,10)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,10)	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	6. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(7,10)	7. Senador Giordano (MDB-SP) ^(7,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,10)	8. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	6. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽²⁾	1. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	5. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(2,13)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁹⁾	1. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁹⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁹⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁹⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁹⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁹⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁵⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(5,11)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,12)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire e Alessandro Vieira foram indicados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GLMDB).



2. Em 18.02.2025, os Senadores Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Moraes e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e os Senadores Magno Malta, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Girão e Romário membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Alan Rick e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares, e os Senadores Efraim Filho e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Eliziane Gama membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
6. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado.
7. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
9. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Efraim Filho, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Giordano e Oriovisto Guimarães membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
11. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão; e a Senadora Damares Alves designada terceira suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 005/2025-GABLID/BLALIAN).
12. Em 10.03.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GABLID/BLALIAN).
13. Em 12.03.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 019/2025-BLVANG).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

Finalidade: opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

(Requerimento 160, de 2023 - CAE)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,11)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,11)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(1,11)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,11)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11,14)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(15,19)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(8,11,13,19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(2,20,21)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁶⁾
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁸⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Eduardo Braga foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário e Wilder Moraes foram designados membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Rogerio Marinho e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares e os Senadores Alan Rick e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares e os Senadores Fabiano Contarato, Teresa Leitão e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Dra. Eudócia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2025-GSEGAMA).
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
12. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-BLDEM).
13. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
14. Em 20.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 012/2025-BLDEM).
15. Em 20.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-BLDEM).
16. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GABLI/BLALIAN).
17. Em 24.02.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLVANG).
18. Em 25.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 26/03/2025, p. 121](#))
19. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 028/2025-BLDEM).
20. Em 09.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 045/2025-BLVANG).
21. Em 28.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 057/2025-BLVANG).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS
Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 30/08/2023

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER.

Finalidade: Debater, apreciar e elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, propostas relacionadas à regulamentação, ao financiamento, ao desenvolvimento e à incorporação no sistema de saúde de terapias, vacinas e medicamentos de alto custo, para prevenção ou tratamento dos diferentes tipos de câncer.

(Requerimento 54, de 2025 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,12)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,12)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,12)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,12)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,12,19,20)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,12)	4. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(9,12)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,12)	5. Senador Giordano (MDB-SP) ^(3,12)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,12)	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,11,12,16)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(8,12)	7. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,12)
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(10,12)	8. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(10,12)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(11,12)	9. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(11,12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ^(4,13,15)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾	3. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,15)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽⁴⁾	5. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁴⁾
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	6. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	5. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(2,17,18)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁵⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾	4. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁶⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁶⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁶⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(6,11)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(6,11)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcelo Castro e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 005/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério e Rogerio Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jaime Bagattoli membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Alan Rick foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Angelo Coronel, Lucas Barreto, Irajá, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti e Jorge Kajuru membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito e Weverton foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Jaques Wagner e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ).
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 23/2025-GLMDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Plínio Valério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e os Senadores Efraim Filho e Jayme Campos, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia. Os Senadores Marcio Bittar e Jayme Campos foram indicados nas vagas compartilhadas entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, que antes estavam ocupadas pelo Bloco Parlamentar Aliança, assim a Senadora Tereza Cristina deixa de compor a comissão e os Senadores Mecias de Jesus e Hamilton Mourão passam a ocupar as vagas de 3ª titular e 3ª suplente, respectivamente (Ofs. nºs 003/2025-GABLID/BLALIAN e 004/2025-BLDEM).
12. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães e Marcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Giordano, Marcos Do Val, Plínio Valério, Fernando Farias e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).
13. Em 20.03.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 16/2025-GSEGAMA).
14. Em 02.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 013/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ).
15. Em 02.04.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 18/2025-GSEGAMA).
16. Em 24.04.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 018/2025-BLEMO).
17. Em 21.05.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 49/2025-BLVANG).
18. Em 28.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 056/2025-BLVANG).
19. Em 10.06.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 34/2025-BLEMO).
20. Em 10.06.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 35/2025-BLEMO).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,8,10)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(1,8,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(3,10,11,14)	4. VAGO ^(3,10)
	5.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1.
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,13)	3. Senador Romário (PL-RJ) ^(2,13)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	4. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,15)	3. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹²⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Ivete da Silveira foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 008/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Romário e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho, Dra. Eudócia, Izalci Lucas e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia e Flávio Arns foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão, Leila Barros e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Augusta Brito e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-CE).
- Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 021/2025-GLMDB).
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Márcio Bittar e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Alan Rick e Marcelo Castro, membros suplentes, para compor a comissão, e o Senador Jayme Campos deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
12. Em 21.02.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-GABLI/BLALIAN).
13. Em 11.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em permuta com o Senador Romário, que passa a ocupar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 17/2025-BLVANG).
14. Em 14.03.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-BLDEM).
15. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 11/06/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Finalidade: acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura.

(Requerimento 50, de 2024 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 03/07/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



**5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	1. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ⁽¹⁰⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(3,12)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(8,10)	4. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(9,10)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	1.
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2.
	3.
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	2. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽¹³⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	2.
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁶⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁶⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Renan Calheiros foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e o Senador Marcos Rogério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli e Cid Gomes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Dr. Hiran Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Sergio Moro, Soraya Thronicke e Styvenson Valentim foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
- Em 28.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 015/2025-BLVANG).
- Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEM).
- Em 25.03.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 04.04.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 29/2025-BLVANG).

15. Em 13.05.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEMO).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)
Senador Giordano (MDB-SP) ^(1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,10)
VAGO ^(3,10,12)	4. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(3,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,10)	5. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(8,12)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(9,19)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽¹³⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	3.
VAGO ^(20,22)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁴⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,17,18,21)	1. Senador Weverton (PDT-MA) ^(6,17)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(6,17)	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(6,17)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁷⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,17)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(5,11)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu as Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).
8. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
11. Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLID/BLALIAN).



12. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM).
13. Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA).
14. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG).
15. Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG). ([DSF de 11/03/2025, p. 23](#))
16. Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG). ([DSF de 13/03/2025, p. 85](#))
17. Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
18. Em 29.04.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 55/2025-GLPDT).
19. Em 29.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLDEMO).
20. Em 30.04.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 24/2025-GSEGAMA).
21. Em 06.05.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 01/2025-BLPBRA).
22. Em 20.05.2025, a Senadora Teresa Leitão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2025-GSEGAMA).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER A CONVENÇÃO SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

Finalidade: debater, no prazo de 180 dias, a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica.

(Requerimento 2, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾

Instalação: 21/05/2025

Prazo final: 17/11/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾	1. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽¹⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	5. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾

Notas:
1. Em 05.05.2025, os Senadores Damares Alves, Flávio Arns, Ivete da Silveira, Mara Gabrilli e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito, Jaime Bagattoli, Jussara Lima, Laércio Oliveira e Professora Dorinha Seabra membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. nº 116/2025-CDH).
2. Em 21.05.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Flávio Arns, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 153/2025-CDH).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko
Telefone(s): 3303-2005
E-mail: cdh.haia@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,10)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,10)	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(8,9,10)	5. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,9,10)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁰⁾	6. ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾	1. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Sérgio Petecção (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽⁴⁾	3. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹¹⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	4.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	3. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Renan Calheiros e Fernando Dueire foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 010/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif e Magno Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Marcos Rogério e Carlos Portinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jayme Campos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Daniella Ribeiro, Sérgio Petecção, Irajá e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Jaques Wagner, Rogério Carvalho e Beto Faro membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CRE).
- Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana e Tereza Cristina foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick e Marcos Do Val membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).



11. Em 20.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Partido Progressistas (Of. nº 9/2025-BLVANG).
12. Em 13.03.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Tereza Cristina Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 016/2025-CRE).
13. Em 07.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 040/2025-BLVANG).
14. Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 044/2025-BLVANG).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

Finalidade: acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

(Requerimento 20, de 2023 - CRE)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Instalação: 14/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 27.03.2025, os Senadores Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, para compor a Subcomissão (Of. 018/2025-CRE)

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9,11,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,9,11,12)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(1,11)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(1,11)	3. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	4. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,11)	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,11)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(8,11)	6. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(8,11)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	7. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ^(4,16)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁴⁾	5. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3. VAGO ^(6,17)
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,13)	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(5,13)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura e Fernando Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 006/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio, Wellington Fagundes e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Dra. Eudócia, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro e Margareth Buzetti foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).



9. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLMDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro e Sergio Moro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
12. Em 20.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).
13. Em 21.02.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro titular e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-GABLI/BLALIAN).
14. Em 25.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLALIAN).
15. Em 27.02.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 017/2025-BLDEM).
16. Em 11.03.2025, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 7/2025-GSEGAMA).
17. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR A BR-319

Finalidade: Examinar, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a grave situação criada pela deterioração da BR-319.

(Requerimento 9, de 2025 - CI)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,9)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,9,11,12)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(1,9)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(4,9)	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(4,9)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽⁹⁾	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹²⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,9)	5. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁵⁾	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁵⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁵⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁵⁾	3.
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁵⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(2,10,13)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,14)
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁶⁾	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	2. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁶⁾
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁷⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁷⁾	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁷⁾

- Notas:**
1. Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Ivete da Silveira foram indicados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 13/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jorge Seif foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Rogerio Marinho e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
3. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jorge Seif, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDR).
4. Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Angelo Coronel e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Augusta Brito e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
7. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Alan Rick, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
9. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
10. Em 20.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 021/2025-BLVANG).
11. Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEM).
12. Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLEMO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 16.05.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 048/2025-BLVANG).

14. Em 16.05.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 030/2025-BLREDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁷⁾
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,11,12)	1. Senador Giordano (MDB-SP) ^(1,11,12)
VAGO ^(1,11,12,18)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11,12)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,11,12)	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,9,11,12)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11,12)	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(8,11,12)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(9,11,12)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(10,12,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁴⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,15,19)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(6,16)
VAGO ^(6,14)	2.
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁵⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Jader Barbalho e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Fernando Farias e Giordano, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel e Jussara Lima, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Paulo Paim e Weverton foram designados membros titulares e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRA).

8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

9. Em 19.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular em vaga destinada ao PSDB, deixando de ocupar a comissão como membro suplente em vaga destinada ao União Brasil, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 1/2025-GLPSDB).

10. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente em vaga destinada ao PSDB, pelo Bloco Democracia, para compor a comissão (Of. nº 1/2025-GLPSDB).

11. Em 19.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Plínio Valério (em substituição ao Senador Jayme Campos) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).

12. Em 20.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Jayme Campos (em substituição ao Senador Plínio Valério) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).



13. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG). ([DSF de 22/03/2025, p. 8](#))
14. Em 25.03.2025, o Senador Paulo Paim deixou de compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 32/2025GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 27.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 23/2025-BLVANG). ([DSF de 28/03/2025, p. 43](#))
16. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
17. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 027/2025-BLDEM).
18. Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEMO).
19. Em 22.05.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 51/2025-BLVANG).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS EMBARGOS DE TERRAS
POR PARTE DO IBAMA

Finalidade: Acompanhar, avaliar e fiscalizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, todas as ações referentes aos embargos de terras por parte do Ibama.

(Requerimento 24, de 2025 - CRA)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽²⁾

Instalação: 11/06/2025

Prazo final: 08/12/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽¹⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 26.05.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Alan Rick e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e o Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho, membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. nº 80/2025-PRESIDÊNCIA/CRA).
2. Em 11.06.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Jaime Bagattoli e Hamilton Mourão, Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRATERRAS).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(7,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(10,12)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(2,10,11,15)	3. VAGO ^(2,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(9,10)	4. ⁽¹⁰⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)	5. VAGO ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽³⁾	1.
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽³⁾	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽³⁾	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽¹⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽¹⁾	3.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(4,13)	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(4,13)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Izalci Lucas foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Sérgio Petecão e Lucas Barreto membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Paulo Paim e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-SACCT).
- Em 19.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 015/2025-GLMDB).
- Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcio Bittar, Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Plínio Valério membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).
- Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
- Em 19.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Plínio Valério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEM).
- Em 11.04.2025, o Senador Hamilton Mourão passa a ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Cleitinho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-GABLI/BLALIAN).
- Em 29.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Hamilton Mourão Vice-Presidente deste colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



15. Em 05.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 023/2025-BLDEMO).

Secretário(a): Leomar Diniz
Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: cct@senado.leg.br



11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL

Finalidade: Propor, debater e acompanhar políticas públicas e iniciativas legislativas que promovam a conservação e o desenvolvimento sustentável do Pantanal, com ênfase na aplicação de soluções científicas e tecnológicas voltadas à preservação ambiental, ao fortalecimento do agronegócio sustentável e ao desenvolvimento da bioeconomia regional.

(Requerimento 10, de 2025 - CCT)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Secretário(a): Leomar Diniz
Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1)	1.
	2.
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7)	3. VAGO (6,7)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (3)	1.
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (3)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (4)	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (4)

Notas:

1. Em 18.02.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 018/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, os Senadores Rodrigo Pacheco e Eliziane Gama foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

4. Em 18.02.2025, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).

6. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).

Secretário(a): Felipe Costa Gerales
Telefone(s): 3303-3491
E-mail: cdd@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,11)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(9,11)
Senador Giordano (MDB-SP) ^(1,11)	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽¹¹⁾
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	3. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(3,11)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11)	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁹⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11,12)	5. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁴⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(13,14,15)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁶⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(5,17)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(5,17)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(5,17)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ^(5,17)	3. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁶⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁶⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁶⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁶⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Giordano foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e o Senador Rogerio Marinho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, e o Senador Marcio Bittar membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Otto Alencar e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Mara Gabrilli e Vanderlan Cardoso membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Beto Faro e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito e Jaques Wagner membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-CMA).

8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

9. Em 19.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-GLMDB).

10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

11. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Jayme Campos e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar e Styvenson Valentim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).

12. Em 11.03.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-BLDEM).



13. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-GSEGAMA).
14. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 009/2025-GSEGAMA).
15. Em 18.03.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GSEGAMA).
16. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG).
17. Em 25.03.2025, os Senadores Leila Barros, Fabiano Contarato e Beto Faro foram designados membros titulares, e o Senador Paulo Paim membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).
18. Em 26.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2025-GLPDT).
19. Em 24.04.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 19/2025-BLDEMO).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA CERRADO

Finalidade: acompanhar e estudar as questões referentes à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável do bioma Cerrado.

(Requerimento 60, de 2024 - CMA)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DOS PREPARATIVOS
PARA REALIZAÇÃO DA COP 30

Finalidade: acompanhar, no prazo de 300 (trezentos) dias, os preparativos para realização da COP 30, na cidade de Belém do Pará.

(Requerimento 61, de 2024 - CMA)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾

Instalação: 07/05/2025

Prazo final: 13/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽¹⁾	1.
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽¹⁾	2.
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽¹⁾	3.
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾	4.
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	5.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	6.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽³⁾	7.

Notas:

1. Em 28.04.2025, os Senadores Leila Barros, Beto Faro, Eliziane Gama, Zequinha Marinho e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, para compor a subcomissão (Of. nº 16/2025-CMA).
2. Em 05.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 19/2025-CMA).
3. Em 06.05.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 20/2025-CMA).
4. Em 07.05.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros como Presidente e a Senadora Augusta Brito como Vice-Presidente. Designado o Senador Beto Faro como Relator (Of. 1/2025-CMACOP30).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,11)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,11)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(3,11)	3. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,11)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,11)	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,11)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,11)	5. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(10,11)	6. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,9)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ^(4,9)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(2,15,16)
Senador Magno Malta (PL-ES) ^(2,18,19)	3. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁴⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ^(6,14,17)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁴⁾
VAGO ⁽¹²⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Magno Malta e Rogerio Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Sergio Moro foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Omar Aziz e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato e Humberto Costa foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Bolsonaro Presidente deste colegiado (of. nº 1/2025-CSP).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de ocupar a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 006/2025-GSEGAMA).
- Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Marcos do Val e Styvenson Valentim foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Plínio Valério e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).



12. Em 10.03.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2025). ([DSF de 11/03/2025, p. 24](#))
13. Em 18.03.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Sergio Moro Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 9/2025-CSP).
14. Em 25.03.2025, os Senadores Jaques Wagner e Rogério Carvalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão, deixando o Senador Humberto Costa de ocupar a vaga de titular (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 31.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 024/2025-BLVANG). ([DSF de 01/04/2025, p. 24](#))
16. Em 01.04.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 025/2025-BLVANG).
17. Em 02.04.2025, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 041/2025-GLPDT).
18. Em 15.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 047/2025-BLVANG).
19. Em 22.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 050/2025-BLVANG).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁾
	2.
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	3. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽⁷⁾	4.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁸⁾	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾	2.
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, e o Senador Jader Barbalho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 017/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Carlos Portinho e Rogerio Marinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e o Senador Flávio Arns membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).

7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa
Telefone(s): 6133032230
E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

Finalidade: Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



**15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS
ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS**

Finalidade: viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9)	1. Senador Giordano (MDB-SP) ^(1,9)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,9)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(8,9,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	1.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	2.
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹²⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁵⁾	1.

- Notas:**
1. Em 18.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular; e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 019/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Romário e Eduardo Girão foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Mara Gabrilli, Sérgio Petecão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e o Senador Jorge Kajuru, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, o Senador Cleitinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, as Senadoras Teresa Leitão e Leila Barros foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros Presidente deste colegiado.
8. Em 19.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLUNIAO).
9. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, e Plínio Valério foram designados membros titulares, e o Senador Giordano, membro suplente, para compor a comissão, e o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM).
10. Em 20.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of.nº 008/2025-BLDEM).
11. Em 12.03.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Chico Rodrigues Vice-Presidente deste colegiado.
12. Em 25.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of.nº 33/2025-GLPDT).
13. Em 07.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 41/2025-BLVANG).
14. Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 43/2025-BLVANG).

Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos

Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -

Telefone(s): 3303-2540

E-mail: cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (MDB-AM)**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003**11ª Eleição Geral:** 30/05/2017**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**12ª Eleição Geral:** 18/09/2019**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**13ª Eleição Geral:** 21/03/2023**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
Bloco Parlamentar Vanguarda	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



4) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-713

E-mail: saop@senado.leg.br



5) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

Atualização: 31/01/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Senado Federal - Ed. Principal - Térreo
Telefone(s): 3303-5713
E-mail: npfg@senado.leg.br



7) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO
(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013)

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

Atualização: 11/11/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



8) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

PROCURADOR: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE)

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NAOT

Telefone(s): 33035714



9) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



10) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL
(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



11) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 29/11/2016

Notas:

1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



12) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



13) CONSELHO DO SELO ZUMBI DOS PALMARES
(Resolução do Senado Federal nº 35,2021)

PRESIDENTE:



14) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



15) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



16) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES
(Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



17) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



18) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)



19) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



20) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



21) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



22) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



23) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



24) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



25) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



26) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



27) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



28) COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2025.)

PRESIDENTE:



29) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



30) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



31) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



32) COMENDA CECI CUNHA
(Resolução do Senado Federal nº 49, de 2024.)



33) COMENDA ZILDA ARNS
(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)

Número de membros: 0 titulares

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

